INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências

Mestrado Profissional em Ensino de Ciências

Campus Nilópolis

Annelize de Souza Pereira

A "DUPLA ESCOLA SUSTENTÁVEL" A PARTIR DA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: uma proposta de avaliação com a participação de egressos do Colégio Estadual Erich Walter Heine

Nilópolis, RJ

2019

Annelize de Souza Pereira

A "DUPLA ESCOLA SUSTENTÁVEL" A PARTIR DA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: uma proposta de avalição com a participação de egressos do Colégio Estadual Erich Walter Heine

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências do Instituto Federal do Rio de Janeiro, modalidade profissional, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Maia do Bomfim

Nilópolis, RJ

2019

Annelize de Souza Pereira

A "DUPLA ESCOLA SUSTENTÁVEL" A PARTIR DA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: uma proposta de avalição com a participação de egressos do Colégio Estadual Erich Walter Heine

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências do Instituto Federal do Rio de Janeiro, modalidade profissional, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências.

Data de aprovação: _____ de _____ de 2019.

_____

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Maia do Bomfim.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

_____

Prof.ª Dr.ª Sheila Pressentin Cardoso.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

_____

Prof.ª Dr.ª Wania Regina Coutinho Gonzalez
Universidade Estado de Sá (UNESA)/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Nilópolis, RJ
2019

CIP - Catalogação na Publicação

P436" Pereira, Annelize de Souza
A "DUPLA ESCOLA SUSTENTÁVEL" A PARTIR DA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA : uma proposta de avaliação com a participação de egressos do Colégio Estadual Erich Walter Heine / Annelize de Souza Pereira. -- Nilópolis, 2019.
110 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Alexandre Maia do Bomfim.
Dissertação (mestrado) --Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências (PROPEC), 2019.

1. Educação Ambiental Crítica. 2. Parceria Público-Privada. 3. Educação Profissional. 4. Programa Dupla Escola. I. Título.

Elaborado pelo Módulo Ficha Catalográfica do Sistema Intranet do IFRJ - Campus Volta Redonda e Modificado pelo Campus Nilópolis/LAC, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária: Heloisa S. Lima CRB-7/6089

DEDICATÓRIA

Sou reflexo das pessoas que partilham dessa vida comigo, por isso, a elas e a eles (família e amigos) eu dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado esse mestrado no altar e por me sustentar todo esse tempo.
À minha família pela paciência, pelo amor e pelo tempo suprimido de nosso convívio. Vocês com certeza me fazem entender que eu sou privilegiada.
Ao meu orientador Prof. Dr. Alexandre Maia do Bomfim pela liberdade, paciência, apoio e incentivo incansáveis durante todo esse processo conturbado.
À Prof(a). Dra. Flávia Monteiro por todas as contribuições ao longo das etapas e avaliações do mestrado, pelo incentivo que faz os alunos acreditarem em seu potencial.
À Prof(a) Dra. Sheila Pressentin por todas as contribuições ao longo das etapas e avaliações do mestrado, pela fala delicada de quem acredita nos alunos e pela participação na nossa banca.
À Prof(a). Dra. Wânia Gonzalez pela sua gentileza e pronta disponibilidade de participar de nossa banca.
Às amigas e aos amigos de turma (Alexandra, Aline, Amanda, Ana Paula, Cristiana, Elisa, Jorge, Lucas e Mariana), como vocês são sensacionais e, por isso, indescritíveis. Cada um à sua maneira contribuiu na minha trajetória de vida e acadêmica, como digo sempre com vocês aprendi a ser rede e pude dividir as angústias e as alegrias durante todo esse período.
Aos companheiros do Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) por partilharem tanto conhecimento e risada. Por serem sempre tão solícitos e incentivadores.
Às amigas Lídia e Bruna que me suportaram com muito amor durante todo esse tempo, ouviram pacientemente as minhas angústias, as minhas reclamações, me abraçaram quando o choro foi inevitável e acima de tudo entre muitos risos, acreditaram em mim.
À Letícia que me deu a honra de poder chamá-la de amiga, pela sua disponibilidade em me acalmar perante o mar revolto, por me atender sempre com muito carinho e empatia, por acreditar em mim, por me incentivar e por me dar dicas valiosas.
Aos amigos que souberam lidar com a minha ausência e entenderam que durante muito tempo a minha conversa era apenas sobre a dissertação.
Ao Leonardo Kaplan pela cordialidade em me responder e me oferecer ajuda.
Ao Matheus Henrique pela ajuda incansável e pela solicitude.
À todos os alunos egressos do Colégio Estadual Erich Walter Heine que se dispuseram em nos ajudar a realizar essa pesquisa.
À todas as mulheres que lutaram e me permitiram estar em uma instituição pública de ensino.
E a todos que de uma forma ou de outra me ajudaram a chegar até aqui, por isso, me permito citar Isaac Newton que diz que “se vi mais longe foi por estar sobre os ombros de gigantes”.

Na face do velho
as rugas são letras,
palavras escritas na carne,
abecedário do viver.
Na face do jovem
o frescor da pele
e o brilho dos olhos
são dúvidas.
Nas mãos entrelaçadas
de ambos,
o velho tempo
funde-se ao novo,
e as falas silenciadas
explodem.
Conceição Evaristo

PEREIRA, Annelize de Souza. A “DUPLA ESCOLA SUSTENTÁVEL A PARTIR DA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: uma proposta de avaliação com a participação dos egressos do Colégio Estadual Erich Walter Heine. 108f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, Rio de Janeiro, 2019.

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo geral compreender até que ponto a Educação Ambiental (EA) realizada no Colégio Estadual Erich Walter Heine contribuiu para a formação de sujeitos críticos e emancipados. Para alcançar tal meta foi feito um percurso teórico onde apresentamos o que seria uma “Educação Ambiental Crítica”, sabendo que ela possui uma realidade específica que a distingue das outras unidades estaduais seja pelos fatores sustentáveis seja por sua infraestrutura. Além disso, foi preciso um diálogo com os egressos, onde buscamos seus entendimentos para as questões ambientais, na intenção de perceber a continuação e a reprodução dos saberes ambientais que teriam sido apreendidos no colégio. Para essa parte qualitativa da pesquisa, houve a confecção de um questionário, adotando uma análise interpretativa das respostas dadas pelos egressos. Para além da elaboração teórica da dissertação, foi preciso compreender qual era a conjuntura da construção e do funcionamento da escola, apontando (e problematizando) a formação e a legitimação das parcerias público-privadas, bem como a constituição e as concepções de Ensino Médio Integrado e de Ensino Profissionalizante. Optamos por sair do geral até o específico como é característico da proposta teórico-metodológica do materialismo histórico dialético (nosso arcabouço teórico), que possibilitou a ênfase nas contradições presentes nas relações e nos fenômenos analisados. Por ser uma escola centrada no Ensino Médio e no Ensino Profissionalizante buscou-se averiguar a relação entre Trabalho-Educação-Educação Ambiental. Em se tratando de uma dissertação de mestrado na modalidade profissional, a elaboração de um “Produto Educacional” se fez obrigatória, ele pode ser percebido como resultado da pesquisa e também como item da própria investigação, auxiliando na construção desse conhecimento e visando a sua utilização por outros pesquisadores ou interessados no assunto. Nesse caminho é que foi idealizado e construído o Produto Educacional, o Guia Eletrônico de Avalição Prática de Sustentabilidade (GEAPS), com a finalidade de auxiliar na avaliação de instituições consideradas (ou que se propõem) sustentáveis. Os resultados demonstraram a influência da escola na perpetuação de conhecimentos e atitudes, bem como na reprodução de uma Educação Ambiental voltada para práticas pontuais. Porém, com a ajuda do próprio Guia (GEAPS) vimos que o Colégio Estadual Erich Walter Heine alcança uma avaliação regular, para o que seria uma “sustentabilidade crítica”, podendo futuramente atingir níveis maiores de criticidade com a mudança de algumas atitudes.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação Ambiental Crítica. Parceria Público-Privada. Educação Profissional. Dupla-Escola.

PEREIRA, Annelize de Souza. THE "DOUBLE SUSTAINABLE SCHOOL FROM THE PERSPECTIVE OF CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION: a proposal of evaluation with the participation of the graduates of the State College Erich Walter Heine. 108f. Dissertation. Stricto Sensu Postgraduate Program in Science Teaching, Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro (IFRJ), Nilópolis Campus, Nilópolis, Rio de Janeiro, 2019.

ABSTRACT

The aim of this dissertation was to understand the extent to which Environmental Education (EA) at Erich Walter Heine State College contributed to the formation of critical and emancipated subjects. In order to reach this goal, a theoretical course was done in which we presented what would be a "Critical Environmental Education", knowing that it has a specific reality that distinguishes it from other state units either by sustainable factors or by its infrastructure. In addition, we needed a dialogue with the graduates, where we sought their understanding of environmental issues, in an attempt to understand the continuation and reproduction of the environmental knowledge that would have been learned in the college. For this qualitative part of the research, a questionnaire was prepared, adopting an interpretive analysis of the answers given by the graduates. In addition to the theoretical elaboration of the dissertation, it was necessary to understand the conjuncture of the construction and functioning of the school, pointing (and problematizing) the formation and legitimization of public-private partnerships, as well as the constitution and conceptions of Integrated High School and Vocational Education. We chose to move from the general to the specific as it is characteristic of the theoretical-methodological proposal of dialectical historical materialism (our theoretical framework), which enabled the emphasis on the contradictions present in the relations and in the analyzed phenomena. Because it is a school centered on High School and Vocational Education, it was sought to investigate the relationship between Work-Education and Environmental Education. In the case of a master's degree dissertation in the professional modality, the elaboration of an "Educational Product" became mandatory, it can be perceived as a result of the research and also as an item of the research itself, helping in the construction of this knowledge and aiming at its use by other researchers or interested in the subject. In this way, the Educational Product, the Electronic Guide for Practical Sustainability Assessment (GEAPS), was designed and built to assist in the evaluation of sustainable (or proposed) institutions. The results demonstrated the influence of the school in the perpetuation of knowledge and attitudes, as well as in the reproduction of an Environmental Education focused on specific practices. However, with the help of the Guide (GEAPS), we have seen that Erich Walter Heine State College achieves a regular assessment of what would be "critical sustainability", and may in the future reach higher levels of criticality by changing attitudes.

Key-words: Environmental Education, Public-private partnership, Professional Education

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 10

INTRODUÇÃO 11

1 - BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA PARA PENSARMOS A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS DESAFIOS NO BRASIL 19

1.1 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DE QUAL DELAS ESTAMOS FALANDO? 24

1.2 – CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL 28

1.2.1 – A CATEGORIA TRABALHO PARA O ENTENDIMENTO DAS TRANSOFRMAÇÕES SOCIAIS E A SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO 34

2 – BREVE ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO ENSINO MÉDIO 38

2.1 - O ENSINO MÉDIO INTEGRADO A PARTIR DO PROGRAMA DUPLA ESCOLA NO RIO DE JANEIRO 42

2.2 – OS CAMINHOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGITIMAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL 51

3 – A TEORIA SE MATERIALIZOU NO COLÉGIO ESTADUAL ERICH WALTER HEINE? 56

3.1 – BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE LOCAL ONDE SE ENCONTRA O COLÉGIO ESTADUAL ERICH WALTER HEINE. 61

3.1.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA CHEGADA E DA FIXAÇÃO DA EMPRESA THYSSENKRUPP/TERNIUM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 63

3.2 – O QUE ENFRENTAMOS E O QUE ALCANÇAMOS: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS ENCONTRADOS PARA FAZER A PESQUISA 71

4 - QUAL TRAJETÓRIA DOS EGRESSOS E CONTINUAÇÃO DOS ENSINAMENTOS? DA PESQUISA AO NOSSO PRODUTO EDUCACIONAL... 74

4.1 E FINALMENTE O PRODUTOEDUCACIONAL: A CONSTRUÇÃO DO GUIA ELETRÔNICO DE AVALIAÇÃO PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE – GEAPS 84

CONSIDERAÇÕES FINAIS 88

APÊNDICE 91

REFERÊNCIA 101

APRESENTAÇÃO

Eu, Annelize de Souza Pereira, mulher, negra, fruto de uma família bem estruturada do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro vivi aos 18 anos o meu primeiro desafio acadêmico e pessoal, estudar Geografia na Universidade Federal Fluminense no polo de Campos dos Goytacazes (Norte do Estado do Rio de Janeiro), cabe aqui mencionar que fui contemplada pelo programa REUNI e fui no decorrer da faculdade bolsista PIBIC. A Geografia me encantou, me ajudou a quebrar paradigmas, me tirou da minha zona de conforto, despertou em mim a minha veia política e crítica e presenteou-me com a questão ambiental, meu trabalho de conclusão de curso foi sobre Planejamento Ambiental dos Geossistemas do Norte Fluminense. Logo que sai da universidade, ingressei na pós-graduação do Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística onde, mais uma vez, estive envolvida com os estudos sobre a questão ambiental e a gestão do território, tendo como trabalho final a Educação Ambiental nos parques públicos da cidade do Rio de Janeiro. Foi aí efetivamente que a educação ambiental começou a fazer sentido e ao estudar sobre a temática acabei descobrindo sobre o Colégio Estadual, tido como sustentável, Erich Walter Heine e era sobre ele que queria estudar em oportunidades futuras. Decidi fazer o mestrado, o percurso não foi fácil, tive que lidar com algumas negativas até que após um processo seletivo com 120 inscritos tive a oportunidade de ingressar no Instituto Federal do Rio de Janeiro para fazer o mestrado em Ensino de Ciências. Estar na academia pra mim é uma realização pessoal, um ato de resistência, luta e representatividade. Hoje, sou professora de Geografia e constantemente comento com os meus alunos sobre os meus estudos e os incentivo a continuar nesse árduo e prazeroso caminho. Permaneço em construção e estudar a educação ambiental e faz questionar e rever constantemente o meu ser (enquanto minoria), as minhas atitudes (que por vezes são reprimidas por construções sociais e políticas), a minha prática profissional (que é desvalorizada a partir do ideário de mundo e sociedade estabelecidas), o meu lugar na sociedade (e o lugar que querem me colocar); me faz querer desvendar cada elo (cada amarra que mostra que nada é por acaso); me faz querer enxergar para além daquilo que se vê e que se fala (desvendar cada máscara da construção social) e me faz querer ser melhor (porque eu ainda acredito que tocar vidas com empatia e respeito é o caminho). Essa dissertação é um ponto apenas, mas espero que sirva de base para outros trabalhos que virão.

INTRODUÇÃO

O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a
vida, salgando-me o rosto e o gosto. Sou
eternamente náufraga, mas os fundos
oceanos não me amedrontam e nem me
imobilizam
Conceição Evaristo.

O Colégio Estadual Erich Walter Heine está situado no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, foi idealizado e construído a partir de uma parceria público-privada entre o Estado do Rio de Janeiro e a empresa ThyssenKrupp (TKCSA), contudo no ano de 2018 essa empresa foi comprada pela Ternium que assumiu a parceria com a escola[1]. O ramo de atuação de ambas as empresas é a siderurgia, a primeira de origem alemã e a segunda de origem argentina. É importante destacar a origem das empresas a fim de entender com mais clareza seus projetos de desenvolvimento econômico, além de mostrar que a maior parte do lucro obtido por elas é direcionada para a sede, restando às localidades as quais recebem essas indústrias os danos e uma parcela pequena dos benefícios[2]. Somado a isso, é essencial destacar os programas de responsabilidade social que essas empresas desenvolvem e que estão em sua maioria relacionados com as questões ambientais e educacionais.

O bairro de Santa Cruz era considerado estritamente rural até meados de 1960, porém, com a construção e melhoria das estradas, passou a ganhar novas definições, e viu a sua população aumentar consideravelmente, bem como ser escolhido para a implementação de complexos industriais [3]altamente poluidores os quais contribuíram para o surgimento de casos de conflitos socioambientais (MARAFON e RIBEIRO, 2017). A região é uma das mais pobres e carentes de serviços públicos da cidade, contudo tem sido vista como área de ampliação econômica por diferentes grupos

---

[1] De maneira geral, trataremos, neste trabalho, a empresa ThyssenKrupp a partir da sua denominação genérica: Companhia Siderúrgica do Atlântico e com essa sigla original TKCSA. Faremos dessa forma, porque os efeitos da mudança do comando da ThyssenKrupp para a Ternium ainda não foram sentidos, considerando que isso ocorreu durante nosso processo de pesquisa. Além do mais, não vimos, pelo menos até aqui, a necessidade de refletir essa realidade de outra forma, já que, *a grosso modo,* estamos tratando de uma relação escola pública com uma empresa privada (algo que não modificou). Ademais, os alunos egressos (participantes da pesquisa) estudavam na escola no período em que empresa ThyssenKrupp atuava.

[2] Sob o capitalismo, haverá sempre, relações espaciais de dominação/exploração, tirando dos lugares e, mais, tirando do lugar o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 68).

[3] Além da TKCSA, se estabelecem nessa localidade a Casa da Moeda, a Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC), a Furnas, o Grupo Gerdau, a Michelin etc. (PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, p. 53).

empresariais, desde do setor industrial até o setor de serviços contando com atividades nas áreas de: construção civil, petroquímica, portuária, bancária etc (PACS, 2013).

Segundo Mesentier e Lima (2012, p.8) "os benefícios fiscais[4] e tributários oferecidos pelo governo do Estado do Rio de Janeiro e pela Prefeitura do Rio de Janeiro tiveram papel decisivo na escolha na ThyssenKrupp em favor da cidade carioca[5]". Outros fatores também podem ser destacados como: a construção de um porto próprio [6]na Baía de Sepetiba visando o escoamento da produção; a doação do terreno em que está situada pelo Governo Federal; a flexibilidade das leis ambientais e trabalhistas que contribuíram para a supressão de manguezais e outros ecossistemas, além da não fiscalização dos contratos trabalhistas (há inúmeras denúncias de prática de trabalho análogo ao escravo) (PACS, 2017). Como pode ser visto na figura 1.1 o complexo industrial fica nas proximidades do Rio Guandu e de áreas vegetacionais, além disso no seu entorno existem outras indústrias e conjuntos habitacionais.

Figura 1.1: Estrutura física da Empresa Ternium (antiga TKCSA)
Fonte: Elaboração a partir de imagens de satélite do *Google Maps* com marcações nossas

[4] A TKCSA conta com investimentos públicos que giram em torno de 5 bilhões de reais divididos entre empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de 2,4 bilhões de reais e as isenções fiscais que somam cerca de 700 milhões de reais por parte do governo estadual e municipal e 1,9 milhões de reais por parte da esfera federal. (PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017). Dada a vultuosidade de capital investido no polo industrial, suas escalas econômicas alcançam uma projeção além da esfera estadual, destacando-se nacional e internacionalmente (ROCHA, 2017, p. 11).

[5] Os governos do Rio de Janeiro e do Maranhão disputavam pela instalação desse complexo siderúrgico em seu território (MESENTIER E LIMA, 2012, p.1)

[6] O moderno porto construído pela TKCSA conta com um píer de 700 metros e sua ponte de acesso que avança 4km mar adentro em um total de 9.000 metros quadrados (PACS, 2013).

Esse empreendimento é altamente poluidor e de acordo com a legislação brasileira as empresas poluidoras são obrigadas a criar medidas de maneira a compensarem[7] as localidades e a população por elas afetadas, por isso, ficou estabelecido que o ensino público local no bairro de Santa Cruz receberia uma escola como passivo ambiental[8] (ALBURQUERQUE, LACERDA E KRAUSE, 2013). Além da escola esta empresa ficou responsável por reformar o escritório-sede da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema, atual INEA[9]); negociar com o governo do Estado do Rio de Janeiro a instalação de uma unidade de pronto atendimento em Santa Cruz como também a aquisição de ferramentas e veículos para os bombeiros e para as autoridades portuárias de Itacuruçá (PACS, 2017).

A escola foi construída em um terreno cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro e contou com alta tecnologia e ecotécnicas, que permitiram o funcionamento de sistemas inteligentes, os quais reaproveitam água, possuem maior eficiência energética etc. (LAMOSA E KAPLAN, 2015). Na divisão de afazeres e responsabilidades dessa parceria, a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) ficou responsável em prover tudo o que habitualmente oferece para as demais escolas da rede estadual de ensino, como: mobiliário; laboratório de informática e ciências; equipamentos e utensílios de cozinha; professores; direção e pessoal administrativo, enquanto a empresa TKCSA ficou encarregada de estruturar a escola de uma maneira ecologicamente correta, seguindo padrões internacionais, a fim de obter a certificação *LEED* (*Leadership in Energy and Environmental Design*) [10]. Para alcançar tal objetivo, foram investidos 11 milhões de reais pelo parceiro privado que instalou lâmpadas de *led* as quais apagam quando as salas são liberadas; aderiu à reutilização da água da chuva para banheiros, hortas e jardins; instalou telhados que reduzem o calor e os custos de refrigeração; além

---

[7] A Lei n° 9.605 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e a Lei 9.989/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, já dispunha que, nos casos de licenciamento ambiental de significativo impacto, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral, entre outras medidas. (BRASIL).

[8] O passivo ambiental será uma obrigação da empresa, gerada através de um dano ao meio ambiente, proveniente de suas atividades ou atividades de prevenção e conscientização ambiental para manutenção de algum recurso natural ou recuperação de determinada área (FIORI, 2011).

[9] INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

[10] O *LEED* foi desenvolvido nos Estados Unidos pelo *United States Green Building Council* (*USGBC*) uma organização sem fins lucrativos com cerne em sustentabilidade de edifícios e empreendimentos imobiliários. Ele é um certificado ambiental que visa o melhoramento do desempenho da energia, do consumo de água, da diminuição das emissões de CO^2, da qualidade interna do ar e da gestão do uso dos patrimônios naturais diminuindo os impactos na natureza. O *LEED* se segmenta em seis fundamentos que formarão parâmetros passíveis de pontuação em um painel geral de avaliação. Alguns destes critérios são obrigatórios para a conquista desta certificação (ALBUQUERQUE, LACERDA e KRAUSE, 2013).

de um espaço de reciclagem e piscina adaptada com bordas de material reciclado (SEEDUC). A infraestrutura do colégio pode ser vista na Figura 1.2. O colégio possui Ensino Médio Integrado (EMI) e faz parte do Programa Dupla Escola[11], este programa foi instituído depois da visualização de dados provindos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2008 que demonstravam que 77% dos adolescentes fluminenses entre 15 e 17 anos estudavam tão somente e dos dados de outra pesquisa que demonstrava que 51% dos estudantes almejavam por cursos de formação profissional. A partir disso a SEEDUC juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) criou o Programa Dupla Escola em 2009 que tem por finalidade a formação profissional dos alunos com ênfase em necessidades peculiares do mercado (RAMOS, 2016). Soma-se a isso o alto índice de evasão escolar, pois muitos dos alunos que terminavam o Ensino Fundamental não davam prosseguimento ao Ensino Médio e uma das justificativas decorria da falta de identificação com o currículo utilizado na instituição (GUIMARÃES, 2015).

Essa escola conta com o curso técnico em Administração, possui em torno de 500 alunos matriculados, divididos em 15 turmas, com funcionamento em período integral das 7h às 17h, possui cerca de 43 docentes, sua carga horária é dividida entre as disciplinas do núcleo comum do Ensino Médio e 14 tempos semanais de aulas técnicas. A quantidade de alunos matriculados demonstra a relevância que essa escola possui para o bairro de Santa Cruz onde está localizada, já que a maioria alunos atendidos são moradores desta localidade. Essa escola apresenta bons rendimentos, aparecendo entre as primeiras colocadas das escolas públicas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e obteve a pontuação 5,6 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (BRASIL).

Sua infraestrutura física e sua base pedagógica contribuem na obtenção desses resultados, tornando-se entre as escolas estaduais, uma referência.

[11] Dupla Escola significa duas vezes escola: jornada dupla, ou seja, o aluno cumpre a carga horária das disciplinas básicas do núcleo comum e mais a carga horária da disciplina técnica específica (SEEDUC).

Como pode ser observado na Figura 1.3 a escola fica a uma curta distância do complexo industrial da TKCSA/Ternium, são cerca de 2km demonstrando que este complexo está inserido na dinâmica urbana do bairro de Santa Cruz.

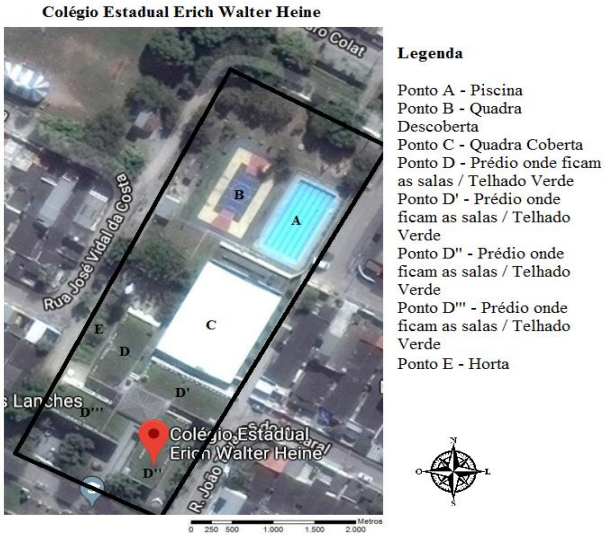


Figura 1.2: Estrutura física do Colégio Estadual Erich Walter Heine
Fonte: Elaboração a partir de imagens de satélite do *Google Maps* com marcações nossas

Figura 1.3: Distância entre a Empresa Ternium (antiga TKCSA) e o Colégio Estadual Erich Walter Heine
Fonte: Elaboração a partir de imagens de satélite do *Google Maps* com marcações nossas

O **objetivo geral**[12] foi compreender até que ponto a Educação Ambiental realizada no Colégio Estadual Erich Heine contribui para a formação de cidadãos

[12] É fundamental mencionar que este trabalho está embasado e dá continuidade aos trabalhos de Plácido (2015) e Kaplan (2017) isso porque ambos os autores estudaram a importância da parceria público-privada tendo como justificativa a educação ambiental realizada em escolas públicas. Plácido (2015) abordou a influência da ThyssenKrupp na Bacia de Sepetiba, principalmente em Itaguaí isso porque a pesquisadora era professora e desenvolvia trabalhos sobre a EA nesta localidade, o estudo se centrou na perspectiva ambiental por parte dos professores, camada escolhida por conta da sua trajetória profissional. Já Kaplan (2017) estudou especificamente o Colégio Estadual Erich Walter Heine, a partir da legislação ambiental vigente. Relacionou a visão ambiental da empresa com o que é feito na escola, demonstrando que é realizada uma EA conservadora a fim apenas de cumprir as legislações ambientais e educacionais.

críticos e emancipados. Por fim, os **objetivos específicos** foram: a) investigar o entendimento da Educação Ambiental por parte dos alunos egressos; b) identificar a influência da parceria público-privada entre o Estado do Rio de Janeiro e a TKCSA/Ternium para a construção do ideário de Educação Ambiental; c) avaliar até que ponto um colégio construído com preceitos sustentáveis contribui para a prática da Educação Ambiental crítica; d) identificar a trajetória da Educação Profissional e o seu estabelecimento no âmbito estadual; e) avaliar através do produto (Guia Eletrônico de Avaliação Prática de Sustentabilidade – GEAPS) o colégio estudado; f) obter com esse produto (GEPS) não somente uma avaliação de uma instituição que se diz "sustentável", como também por meio dele apontar os limites do que não foi alcançado.

A justificativa se dá pela importância de se compreender o papel das parcerias público-privadas na educação pública e sua contribuição na formação de um ideário ambiental por parte dos alunos. Afinal, acredita-se que as práticas apreendidas ao longo da vida escolar, permanecem no indivíduo por toda a sua vida e podem contribuir para a manutenção ou para o rompimento das concepções predominantes na nossa atual sociedade.

Esse trabalho possui caráter qualitativo, com a bibliografia centrada em compreender questões norteadoras como Educação Ambiental Crítica, Parceria Público-Privada e Educação Profissional Pública. Recorreu-se a autores como Costa, Loureiro, Layrargues, Guimarães, Novicki, Bomfim, Adrião, Peroni, Robertson, Verger, Martins, Marafon, entre outros.

Essa dissertação está dividida em introdução, quatro capítulos (os dois primeiros estão centrados na parte teórica e de embasamento deste trabalho; o terceiro traz a especificidade do Estado do Rio de Janeiro até a chegada à escola; o quarto aborda a pesquisa empírica com os apontamentos dos alunos egressos e o desenvolvimento do produto que foi construído a partir da elaboração desta dissertação, no intuito de servir também aos gestores, professores e pessoas que trabalham com a Educação Ambiental e, claro avaliar a escola estudada) e as considerações finais.

O primeiro capítulo discorrerá sobre a Educação Ambiental (EA), apresentando as suas diferentes vertentes, apontar-se-á ainda o materialismo histórico dialético como metodologia escolhida para a análise da EA, com destaque para a categoria trabalho pois é ela quem vai permitir a modificação do homem e do meio. Vale destacar que

muitos outros fatos relevantes aconteceram e acontecem diariamente, mas para atender os objetivos deste trabalho, serão recortados apenas aqueles que atendam ao requisito pré-estabelecido: estarem ligados à educação e ao meio ambiente, culminando na EA.

O segundo capítulo trará um panorama da trajetória da Educação Profissional no cenário brasileiro e do EMI especificamente no Estado do Rio de Janeiro utilizando como exemplo o Programa Dupla Escola que legitima a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio. Além disso, o colégio estudado faz parte deste programa. Outro ponto a ser abordado neste capítulo é a legitimação e criação de parcerias público-privadas que se utilizam da EA para justificar o seu surgimento. Soma-se a isso que foi através dessas parcerias público-privadas que o Colégio Estadual Erich Walter Heine foi construído.

Esses dois primeiros capítulos têm um caráter teórico, visto que é necessário lançar bases concretas que nortearão todo o desenvolvimento do trabalho. A partir disso, entendeu-se que não há como analisar apenas o Colégio Estadual Erich Walter Heine sem percebê-lo como pertencente a uma rede[13] e inserido na lógica da sociedade capitalista[14]. E se o colégio está imerso nessa rede, os alunos também estão.

O terceiro capítulo abordará especificamente o Colégio Estadual Erich Walter Heine situando as especificidades da escola, do bairro de Santa Cruz e da empresa TKCSA/Ternium, demonstrando as contradições presentes nessa relação, que por vezes se mostra conflituosa. Ressaltar-se-á as questões metodológicas da pesquisa, justificando as escolhas feitas, pois, ao optar por determinado viés teórico, outras possibilidades são excluídas, já que uma pesquisa não é neutra, pois leva em consideração as crenças do autor e/ou da autora.

O quarto e último capítulo tratará da pesquisa empírica, demonstrando e interpretando os resultados da pesquisa, colhidos através de um questionário, assim, buscar-se-á relacionar as falas dos estudantes egressos com a bibliografia presente nessa dissertação. Somado a isso, tem-se o Produto Educacional, pois em um Mestrado

---

[13] As pessoas, os atores sociais, as empresas, os políticos, não têm que fazer nada para atingir ou desenvolver a sociedade em rede. Nós estamos na sociedade em rede, apesar de nem todos, nem todas as coisas estarem incluídas nas redes. Assim, do ponto de vista político, a questão-chave é como proceder para maximizar as hipóteses de cumprir os projetos individuais e coletivos expressos pelas necessidades sociais e pelos valores, em novas condições estruturais (CASTELLS, 2005, p.26).

[14] O capitalismo (modo de produção baseado na hegemonia do capital sobre todas as outras relações sociais) não é qualquer sistema econômico dinamizado pela procura de lucro, mas é aquele baseado nas relações de produção capitalistas, no qual o lucro se origina na mais-valia extraída (extorquida) na e pela exploração da força de trabalho livremente contratada e remunerada por um salário (COGGIOLA, 2004, p.16).

Profissional [15]é obrigatório a elaboração e confecção de um produto, este é entendido como objeto de aprendizagem, desenvolvido com base no trabalho de pesquisa e que visa disponibilizar contribuições para a prática profissional de outros professores, alunos e/ou profissionais da área da educação (BRASIL). O Produto Educacional foi construído a fim de ser utilizado por outros profissionais envolvidos com a EA e também para dar suporte a essa pesquisa contribuindo para a avaliação sustentável do colégio (e possivelmente de outras instituições de ensino no futuro).

Por fim, infere-se que a Educação Ambiental é uma construção coletiva e, no caso deste estudo, é formada por um ator privado que tem como objetivo o lucro máximo e a construção de uma imagem "sustentável" a fim de dar continuidade a venda de seus produtos, isenção de taxas e tributos; por um agente público que inúmeras vezes é tido como "ineficiente" em suas obrigações com sua população, mas que a bibliografia mostra que essa é uma construção proposital do sistema econômico vigente, além disso este agente está mais preocupado em manter as condições de sobrevivência das classes dominantes; pelo estudante inserido na lógica da sociedade civil e presente na escola, visto muitas vezes como mão-de-obra para o mercado de trabalho, sofrendo os impactos do que é realizado na escola, mas sendo também o ator modificador da realidade em que se encontra; da escola que é palco de diferentes conflitos e permeada pelas mais diversas intencionalidades, que abarca em si sujeitos de classes sociais distintas, tendo como responsabilidade a formação desses cidadãos e do ensinamento de saberes específicos, além de ser impacta pelas intencionalidades do capital.

[15]Cada Mestrado Profissional possui a sua particularidade, mas em todos é necessário entregar um produto que esteja relacionado a dissertação e que possa ser utilizado pela comunidade como um todo.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA PARA PENSARMOS A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS DESAFIOS NO BRASIL

Todas as manhãs junto ao nascente dia ouço a
minha voz-banzo, âncora dos navios de nossa
memória. E acredito, acredito sim que os nossos
sonhos protegidos pelos lençóis da noite ao se
abrirem um a um no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas fertilizando toda a
terra onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.
Conceição Evaristo

Este primeiro capítulo tem por objetivo apresentar a oficialização da Educação Ambiental (EA) no contexto global, citando as conferências ambientais que surgiram a partir das crises cíclicas do capitalismo, além de destacar as políticas ambientais brasileiras e a consolidação da EA no meio escolar. Muitas conferências [16]ocorreram tendo como foco as mudanças climáticas, as desigualdades sociais e a pobreza, a relação do homem com o meio ambiente, mas neste trabalhou optou-se por trabalhar especificamente aquelas que contribuíram para o desenvolvimento da EA e/ou a tinham como foco. Abordar-se-á a EA em sua perspectiva crítica, analisada neste trabalho pelo materialismo histórico dialético, pois, quanto método, este contribui para a compreensão da construção histórica do ideário ambiental bem como permite a visualização das intencionalidades dos sujeitos, além de possibilitar a visualização das contradições presentes no sistema vigente buscando o rompimento com as atuais concepções ambientais.

Loureiro (2005) ressalta que os historiadores ambientais já mencionavam casos constatados de preocupação com a natureza através de uma vertente conservacionista, preservacionista ou romântica desde o século XVI, positivista e desenvolvimentista desde o século XIX. Assim a forma de lidar com a natureza se modificou, sendo ela ora vista como um recurso que possibilitaria o desenvolvimento econômico ora como um empecilho para o mesmo.

[16] Serão vistas na próxima página (p.20) com maior detalhamento.

As conferências e encontros citados abaixo ocorreram tendo como cerne a constatação de que o modelo de vida vigente era insustentável para a vida humana e que o planeta demonstrava seus sinais de esgotamento/adaptação a nova condição. As questões políticas e econômicas também foram determinantes para que essas reuniões acontecessem, como exemplo tem-se as crises do petróleo, a divisão entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento etc.

Dentre as conferências ambientais ocorridas, pode-se citar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano[17] (1972), o Congresso de Belgrado[18] (1975), a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental[19] (1977), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento[20] (1992), entre outras.

> (...) o propósito fundamental da educação ambiental é também mostrar, com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países podem ter consequências de alcance internacional (recomendação nº1, letra d, Declaração de Tbilisi, BRASIL, 1977. p.1).

Dito isso, optou-se por desenvolver uma contextualização histórica sobre a EA e a sua inserção nas políticas públicas e educacionais brasileiras a partir da década de 1980, pois de acordo com Gonzalez-Gaudino (2001), foi quando ocorreu a chegada efetiva da EA nos países latino-americanos[21]. Estes países enfrentaram situações diversas para a implementação da EA como:

> a) o autoritarismo e o enciclopedismo do nível básico ao superior, a carência de recursos e um currículo rígido, fragmentado e descontínuo, organizado por disciplinas que não favoreciam a articulação entre as mesmas e menos ainda

---

[17] A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo aconteceu em 1972 em Estocolmo, foi realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e teve como principais resultados formais do encontro: a Declaração sobre o Ambiente Humano e a criação de um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (BRASIL).

[18] A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) promoveu em Belgrado um Encontro Internacional em Educação Ambiental onde criou o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA que formulou os seguintes princípios orientadores: a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais (BRASIL).

[19] A Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA, definiu os objetivos, as características da EA, assim como as estratégias pertinentes no plano nacional e internacional (BRASIL).

[20] A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente também conhecida como ECO-92 ocorreu no Rio de Janeiro e será explicitada no decorrer do texto.

[21] Para Gonçalvez-Gaudino (2001) apesar das temáticas ambientais ocorrerem desde antes dos anos 1970 nos países do norte, a América Latina vivenciava um período bem específico, nos anos de 1970 ela sofreu com sérios problemas político-militares e nos anos de 1980 passou por uma dura realidade econômica, por isso, a chegada da Educação Ambiental é repleta de conflitos.

> com a realidade local; b) a uma concepção de educando passivo e que por tanto não promovia a construção de sujeitos aptos a enfrentar a sua realidade; c) a uma realidade educativa profundamente desigual em termos de qualidade e oportunidades entre escolas públicas e privadas, com um sistema escolar marcadamente piramidal e estratificado (GONZALEZ-GAUDINO, 2001, p.149, tradução nossa).

Apesar das dificuldades políticas e econômicas da década de 1980, no Brasil, na esfera ambiental, foram elaboradas leis, como a decretada em 1981 sob o nº 6.938, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Após sete anos da elaboração dessa lei, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) que passou a ter uma divisão específica para EA.

Com relação a década de 1990, pode-se citar a conferência ECO-92 ou RIO-92 que atraiu os olhares de todo o mundo. Paralelamente a esse evento oficial, ocorreram discussões que culminaram em documentos auxiliares à construção de um pensamento ambientalista com destaque para a Cúpula da Terra. Lamosa (2010) afirma que essa conferência propiciou o surgimento de grupos organizados que tinham como cerne da discussão as críticas aos problemas ambientais. Além disso, começou a se formar um grupo de educadores ambientais que atuavam a partir da resistência ideológica, em um projeto de sociedade diferente do atual onde o capital não era o foco dessa sociedade, unindo forças revolucionárias e libertadoras, tendo a noção dos interesses em curso e os projetos civilizatórios em andamento (LAYRARGUES, 2009).

Ainda nesta década (1990) o Ministério da Educação (MEC), através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)[22], instituiu que todos os currículos deveriam contemplar os conteúdos de EA, tornando-a um tema transversal, o qual deveria ser trabalhado de maneira a fazer parte de toda a prática educativa e, simultaneamente, fornecer uma visão de mundo global, correlacionando a questão ambiental com os fatores físicos, históricos e sociais (BRASIL, 1997). No ano de 1994 foi facultado o

[22] Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997, p.13)

Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)[23], houve ainda a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)[24]nº. 9.394 de 1996.

Após a aprovação dessas leis e da EA aparecer em diversos setores educacionais e governamentais, finalmente em 1999 foi aprovada a Lei nº 9.597 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental [25](PNEA) (BRASIL, 1999).

A década de 1990 foi marcada ainda pela transição de governo federal. Com a posse do novo governo em 1995 ocorreu uma mudança política e econômica representada pelo firmamento de uma aliança significativa entre centro-direta que estimulou as reformas econômicas e institucionais com foco no mercado, isso deu início a privatizações e a entrada de capital estrangeiro, gerando, como consequência, a mudança mais uma vez da estratégia econômica brasileira, o que influenciou as políticas ambientais (KAPLAN, 2017).

No intuito de deixar para trás tudo que foi experimentado na década anterior, o país traçou objetivos os quais permitiram o seu amplo desenvolvimento, como: a diminuição das barreiras comerciais através de acordos bilaterais, multilaterais e regionais, a fim de facilitar o livre comércio (PLÁCIDO, 2012). Essas medidas foram fundamentais para o estabelecimento do neoliberalismo e da livre concorrência sem intervenção do Estado nas atividades mercadológicas que acabaram, influenciando a reconfiguração[26] do Estado, o qual passou a ser máximo, ao se responsabilizar por

---

[23] O Programa Nacional de Educação Ambiental é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade – ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo (BRASIL).

[24] A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da educação básica (educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio) e o ensino superior. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL).

[25] A Educação Ambiental compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL).

[26] Para legitimar essa nova ordem, fez-se necessária a reconfiguração do papel estatal, a partir da incorporação das premissas básicas do ideário neoliberal. Lançou-se a crítica ao Estado de bem-estar-social como ineficiente, ineficaz e pouco produtivo, para apregoar o Estado neoliberal e as estratégias de ajustes estruturais que legitimavam o consenso em torno dos padrões de relações sociais vigentes (MARONEZE e LARA, 2009, p. 3281).

manter os desejos do capital e mínimo, ao gerir as demandas socioambientais (PERONI, 2013).

Essa abertura política e econômica permitiu que organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), etc. interferissem nas políticas educacionais, isso gerou uma mudança de entendimento a respeito da importância da educação escolar que passou a ser vista como imprescindível ao desenvolvimento econômico com o encorajamento da ação direta da esfera empresarial na escola pública (PLÁCIDO, 2012).

Assim de acordo com Neves (2004, p.1):

> Os anos de 1990 do século XX e os anos iniciais do século XXI no Brasil vêm sendo palco de um conjunto de reformas na educação escolar que buscam adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista.

Feito esse panorama da conjuntura política e educacional brasileira, retoma-se as conferências ambientais em escala global como a Rio+10 que ocorreu em 2002 e que, segundo Sant'Anna *et al.* (2009), contribuiu para o aumento do número de transações de crédito pelos bancos públicos com o objetivo de financiar projetos que visassem a produção de energia limpa e/ou renováveis, o desenvolvimento sustentável e o incentivo ao mercado de carbono. Nesta década, no Brasil, era instituída a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) sob o nº. 9.985 [27]a qual previa ferramentas que auxiliassem na proteção dos ecossistemas naturais e na preservação dos recursos naturais neles contidos. Para atingir tal objetivo, foram criadas unidades de conservação federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2000).

Por fim, dez anos depois aconteceu a Rio+20 (no ano de 2012) que foi considerada um grande fracasso por conta dos inúmeros boicotes por parte dos governos e das empresas privadas, essa conferência, assim como as outras supracitadas, esteve centrada nas possibilidades e resoluções trazidas pela tecnologia para o enfrentamento

[27] A Lei do SNUC consolidou a ferramenta de compensação ambiental na qual para o licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, destinando um valor mínimo de 0,5% do valor do empreendimento para tais unidades (BRASIL, 2000).

da crise socioambiental, favorecendo o mercado e mascarando os verdadeiros fatores que impulsionaram a atual crise da sociedade (MENEZES, 2015). Plácido (2012) acrescenta que a Rio+20 pode ser entendida a partir da lógica mercantil, ainda que colorida de verde, onde há uma supervalorização da tecnologia separada dos meios que lhes dão vida, numa compreensão de política a qual desconsidera seu perfil necessariamente contraditório, sendo, dessa maneira, conflitiva.

Quanto a educação brasileira, o marco ficou a cargo do decreto nº. 6.094 de 2007 que estabeleceu o Plano de Metas e do Compromisso Todos pela Educação que tem por objetivo a conciliação entre a União, os Estados, os Municípios, as famílias e a comunidade em função do aperfeiçoamento da educação básica (MEC, 2007). O desenvolvimento do PDE foi importante, entre outras coisas, para a legitimação das parcerias público-privadas nas escolas.

Interessa mencionar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois ela propõe mudanças na educação e também na maneira de se trabalhar a EA.

> (...) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2015, p.1)

Conclui-se que as conferências ambientais foram realizadas em diferentes partes do mundo, em épocas distintas, com maior ou menor participação dos governos e da sociedade, elas permitiram o debate sobre a relação entre o meio ambiente e o homem, culminando na criação da EA. Menciona-se que cada reunião esteve permeada por interesses diferentes já que possuía inúmeros atores reunidos e a questão ambiental foi e é, por muitas vezes compreendida como um empecilho ao desenvolvimento econômico passando a fazer parte das estratégias do mercado para lucrar ainda mais, por isso, apareceram soluções como o mercado de carbono e os produtos “eco” e/ou “verdes”.

Enquanto essas conferências ocorriam, o Brasil passava por diferentes estágios nas questões econômicas e políticas e isso refletiu-se tanto em sua participação nesses congressos quanto na elaboração de legislações que visavam a proteção do meio ambiente e estabeleciam a EA no espaço formal (escola) e no não-formal (parques, museus etc). Dessa maneira entende-se que é fundamental olhar para todas as esferas e classes da sociedade, compreendendo que somos fruto das decisões tomadas ao longo da história, bem como somos atores ativos na transformação da nossa sociedade tendo a educação papel crucial na formação crítica e emancipatória dos sujeitos.

1.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DE QUAL DELAS ESTAMOS FALANDO?

Em seu início a educação foi denominada apenas como ambiental para se contrapor a educação convencional, porém ao longo dos anos a EA ganhou diversas terminologias que passaram a defini-la de maneira diferente da que foi estabelecida. Essas divisões auxiliam a compreensão das sociedades no decorrer da sua história e demonstram como os objetivos podem se adequar às concepções e interesses de um grupo social específico. A EA pode ser qualificada como: conservadora, pragmática, crítica, etc. ainda que tal divisão não possa ser considerada de forma estanque e nem mesmo mutuamente excludente na prática (LAYRARGUES, 2006).

Loureiro (2006, p.149-150) acrescenta que:

> No discurso "harmonioso" feito em nome da *salvação planetária*, de defesa e afirmação de um "método unificador" das ciências, cria-se a ilusão de que todos os que fazem Educação Ambiental estão dentro de uma mesma orientação teórico-prática, como se as categorias conceituais que a sustentam – destacadamente participação, interdisciplinaridade, visão integradora do ambiente, respeito à diversidade biológica e cultural – não permitissem diferentes apropriações e usos, dependendo da concepção teórica, do lugar social ocupado pelos sujeitos e da compreensão de sociedade da qual se parta.

A EA Conservadora é normalmente relacionada com a preservação do capitalismo e do consumo sem questionar o padrão estabelecido pelo modelo vigente e a sua prática, entender isso auxilia no entendimento de como esta perspectiva lida com o meio ambiente, segundo Chesnais e Serfati (2003, p.10):

> A escassez da natureza não é uma ameaça ao sistema capital, porque será essa mesma escassez que proporcionará bons novos negócios. Quanto mais a natureza se exaurir, mais se vislumbra a possibilidade de mercantilizar a água, o ar, a beleza, o que restar do verde, dos animais, etc. O sistema do capital é capaz de destruir primeiro a natureza, o ser humano, do que a si mesmo.

Para Layrargues (2006) essa vertente está focada em realizar projetos individuais, pontuais, com prazo e esses projetos são elaborados de cima para baixo, sem uma efetiva participação e construção junto à comunidade. Outro detalhe a ser mencionado, é que a EA Conservadora ora põe as reflexões e atitudes em um patamar estratosférico, como a preocupação com o aquecimento global, ora põe em um patamar individual, como no controle do lixo doméstico, minimizando o que é essencial em termos ecológicos (BOMFIM, 2011).

Há ainda uma outra linha, a pragmática, que atua no mesmo sentido da conservadora, mas está mais preocupada, como o próprio nome já diz, em determinar um conjunto de regras e atitudes que devem ser seguidas por todos para se alcançar o bem-estar no presente e a preservação do meio ambiente para as gerações vindouras, ela utiliza-se de expressões como “desenvolvimento sustentável” e “consumo sustentável”, muito difundidas na sociedade. Ambas as expressões são ambíguas naquilo que almejam e fazem, muitas vezes corroborando para a manutenção da lógica do mercado que cria tecnologias e mecanismos “verdes” a fim de justificar o consumo, com isso a população se sente menos “culpada” ao consumir produtos “eco” ou que foram/serão reciclados (LAYRARGUES, 2006).

Essa vertente também está centrada na mudança de comportamento do indivíduo, na criação de uma consciência ecológica e na sensibilização dessas pessoas. O que mais uma vez se perde nessa corrente é o caráter político inerente aos problemas ambientais, não havendo luta nem ruptura com as ideias hegemônicas, servindo a EA como mantenedora das práticas capitalistas e corroborando para a conscientização do homem como se o problema fosse resolvido com a fabricação de produtos ecologicamente corretos e com a minimização do consumo individual em uma visão de neutralidade da Ciência (DIAS, 2012).

Essa área dá ênfase aos assuntos urbano-industriais como: lixo, coleta seletiva e reciclagem. Quanto a essa última, ela pode ser entendida como apenas uma resolução pontual do lixo gerado que representa uma ínfima parcela se comparado a tudo fabricado na cadeia produtiva (LAYRARGUES, 2012); dá mais destaque aos efeitos do que às causas (a produção do lixo ao invés do consumo); está centrada nas atividades individuais, esquecendo de dar peso aos governantes e grandes entidades (como exemplo o agronegócio que é um dos maiores consumidores de água e que contamina a mesma por conta da utilização de inúmeros produtos químicos); além disso alguns lugares são separados para preservar (unidades de conservação por exemplo) enquanto outros são reservados para poluir (muitas vezes a população mais pobre se encontra no lugar de poluir) (BOMFIM, 2011).

Por fim, a EA Crítica é ímpar ao se comparar com as outras macrotendências, pois indica abertamente o pertencimento a uma associação político-pedagógica elaborada a partir da oposição às linhas abordadas anteriormente, é fruto do desgosto com o domínio de ações educativas sempre marcadas por intenções pedagógicas simplistas que continuam a investir em crianças apenas no espaço escolar, em atitudes

pontuais e comportamentais, na conjuntura doméstica e privada de maneira a-histórica, apolítica, conteudista, instrumental e normativa (LAYRARGUES, 2012).

Ademais, essa vertente está voltada para uma análise erudita de todo o processo de formação da sociedade contemporânea, do consumismo, da ruptura dos atuais padrões impostos pelo capitalismo e da construção de práticas voltadas às necessidades de forma a valorizar o conhecimento e tradição do outro. Dias e Bomfim (2011) afirmam que ao se optar por trabalhar com essa vertente, é essencial avaliar o olhar dos grupos envolvidos, porque é de suma importância entender quais aspectos sociais norteiam o pensar e o agir desses grupos perante suas realidades socioambientais e que problemas e soluções podem indicar para as questões observadas.

Esta educação se mostra fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na transformação da sociedade, ou seja, indivíduos que sejam atores e não coadjuvantes na formação de sua história.

Assim:

> A educação ambiental crítica está pautada num entendimento mais amplo do exercício da participação social e da cidadania, como prática indispensável à democracia e à emancipação socioambiental. Nesse sentido, a democracia seria condição para a construção de uma sustentabilidade substantiva, item indispensável à EA-Crítica. Um tipo de EA que busca incessantemente romper com as práticas sociais contrárias ao bem-estar público e à igualdade (DIAS e BOMFIM 2011, p.3)

De acordo com Loureiro e Viégas (2013, p.12) a EA Crítica estabelece-se por ser:

> - Crítica – por situar historicamente e no contexto de cada formação socioeconômica as relações sociais na natureza e estabelecer como premissa a permanente possibilidade de negação e de superação das verdades estabelecidas e das condições existentes, por meio da ação organizada dos grupos sociais e de conhecimentos produzidos na práxis;
> - Emancipatória – por almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais pela intervenção transformadora das relações de dominação, opressão e expropriação material a que são submetidos os seres humanos nas relações de produção capitalistas;
> - Transformadora – por visar uma mudança societária, do padrão civilizatório, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas.

Segundo Bomfim (2011), a EA Crítica tem como pilar a crítica ao sistema do capital em suas três esferas: a expropriação do trabalho, a mercantilização de tudo e a proteção à propriedade privada, por isso, só ao propor um sistema para além do atual, é que se poderá ter algum fruto favorável ao meio ambiente.

Nessa dissertação optou-se por aglutinar a EA Conservadora e a Pragmática por compreender que elas caminham juntas em seus pressupostos, apresentando poucas diferenciações quanto ao modo como enxergam os problemas ambientais. E escolheu-se analisar as situações a partir da EA Crítica por perceber que é a única que relaciona os problemas ambientais com as questões sociais, afinal "a desigualdade social e a degradação ambiental sempre caminharam juntas no Brasil resultando em uma questão socioambiental" (NOVICKI E DELUIZ, 2004, p.2). Fazer essa diferenciação é fundamental pois é preciso deixar claro qual concepção é adotada neste trabalho e qual é adotada na escola estudada.

1.2 CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Como foi visto anteriormente, é possível analisar a EA a partir de diferentes matrizes teóricas que possuem em suas formulações pontos positivos e negativos, deixando a cargo do pesquisador a escolha da que mais se aproxima das suas crenças e interesses, afinal "todo conhecimento e interpretação da realidade social estão ligados, direta ou indiretamente a uma das grandes visões sociais de mundo, a uma perspectiva global socialmente condicionada" (LOWY, 2000, p.13-14).

Toda pesquisa enquanto elaboração científica requisita uma base epistemológica bem definida e uma elucidação nítida do posicionamento teórico do pesquisador (GOMIDE E JACOMELI, 2016), pois ela é uma ação de construção onde cada sujeito não é apenas mais uma informação, um informe qualquer, pelo contrário, colabora de forma única para o desenrolar de uma ou mais respostas pertinentes ao problema abordado pelo pesquisador (BENITE, 2009).

Ainda sobre a pesquisa, Lélis (2007) aponta que é preciso conhecer a realidade do que se está pesquisando a partir da hierarquia e da organização, procurando desvelar as relações que se firmam dentro da mesma e dos fatores que influenciam essas relações destacando os apoios que suportam a maneira de ser desta realidade. Visto isso, e compreendendo as inúmeras possibilidades de se analisar um determinado objeto, escolheu-se o materialismo histórico dialético[28] como metodologia de entendimento da EA realizada no Colégio Estadual Erich Walter Heine.

[28] Criado por Karl Marx e Friedrich Engels o materialismo histórico dialético é uma perspectiva teórica, metodológica e analítica para entender o funcionamento e as substanciais modificações da história e dos

Ao optar pela práxis materialista em uma pesquisa científica busca-se o entendimento para além daquilo que se vê com o intuito de acabar com a pseudoconcreticidade, devendo ela ser compreendida como aquilo que continuamente objetiva fazer a relação entre a teoria e a prática, que não somente admite esse deslocamento mas também o desenvolve e se almeja o novo (BOMFIM, 2011). Pode-se entender ainda "a práxis (...) como o conjunto de relações de produção e trabalho que constituem a estrutura social e a ação transformadora que a humanidade deve exercer sobre elas" (BENITE, 2009, p.10)

O materialismo histórico dialético como metodologia permite começar do real e ir para o imaterial para posteriormente retornar ao real sendo a consequência desse movimento uma apreensão final do real, logo é uma "ciência das leis e do movimento" que une a natureza[29], a sociedade e o pensamento (COSTA e LOUREIRO, 2013).

Considera-se que esse método se esforça na apreensão dos elos internos do real evidenciados pelo pensamento, por isso, o pesquisador deve entender que a essência do objeto não se manifesta instantaneamente, a sua maneira visível, o fenômeno, o que se vê *à priori*, pode apresentar o contrário do que ele realmente é, pois, quando a sua natureza é escondida, só se pode chegar à sua essência pela esfera da reflexão, passando inicialmente pela abstração até chegar ao item científico concreto (LÉLIS, 2007). É a partir da elucidação do alvo que o mesmo é aos poucos descoberto segundo as suas particularidades, sendo os formatos e as ligações entendidos (BENITE, 2009).

De acordo com Costa e Minasi (2015) ao levar em conta a contradição como condição imprescindível a existência e desenvolvimento de todo o objeto, acontecimento ou processo, se está habilitando o materialismo histórico dialético, a ponto de ele possibilitar o entendimento e demonstrar os danos do próprio sistema, o que aponta o quanto a função da consciência não se destaca jamais da realidade da objetividade. A maior contradição do modo de produção capitalista, demonstrada pela teoria dialética marxista é a propriedade privada causadora da luta de classes e concretizada na exploração da força de trabalho do trabalhador pelo seu proprietário

---

grupos sociais. A palavra materialismo aborda a condição material de vivência humana, o vocábulo histórico remete a compreensão dos fatos históricos e a expressão dialética tem como inerente o movimento de contradição feito pela própria história (GOMIDE e JACOMELI, 2016, p.67).

[29] Para Marx a natureza existe independentemente porém para a humanidade ela só expressa suas qualidades e ganha significado mediante uma relação transformado com o trabalho humano (NOVICKI E DELUIZ, 2004, p.4).

(tanto dos meios de produção quanto do produto criado) como maneira de retirada da mais valia.

Por isso:

> Significa racionalmente compreender que o singular ganha sentido em suas relações (totalizações) e que o todo é mais que a soma de singularidades e ao mesmo tempo diferente do singular que tem suas propriedades próprias num movimento de mútua constituição envolvendo não só o objetivo, o teórico e o coletivo, mas o subjetivo, o indivíduo, o espiritual e o intuitivo (Löwy, 1999). No pensamento dialético, o exercício totalizador busca a complexidade na ação que será sempre parcial, particular e historicamente condicionada (LOUREIRO, 2006, p.1488).

Segundo Gomide e Jacomeli (2016), o materialismo histórico dialético é fundamentalmente polêmico e crítico, pois procura romper com o senso comum, com a forma de pensar dominadora, indo além da reflexão que se encerra em si mesma. A crítica neste método pauta-se por uma atitude de modificação da realidade, uma meditação que provoque o movimento, a alteração.

Logo,

> (...) a crítica de matriz marxista, portanto, não se esgota em críticas teórico-formais ou éticas, mas se fundamenta na explicitação dos mecanismos de produção (pela expropriação do trabalho e uso intensivo e expansivo da natureza) e reprodução (pela dominação de Estado, hegemonia ideológica e opressão social) do capitalismo, na postura teórico-prática transformadora, no posicionamento político comprometido com as lutas sociais por emancipação. (LOUREIRO, TOZONI-REIS, 2016, p.71)

Além da práxis e desse movimento contínuo de vai-e-vem para revelar as contradições do sistema e dos fenômenos, o materialismo histórico dialético também possui por característica a simultaneidade e a evolução dos acontecimentos destacando a relação sujeito-objeto através da história dos itens analisados (BENITE, 2009). Importa saber isso, pois ao longo da história ocorreram acontecimentos que delimitaram um padrão de agir em diferentes partes do mundo.

Abordada a importância deste método para a compreensão do objeto a ser estudado e da realidade em que ele se insere, é preciso entender o sujeito tanto na esfera da produção de si quanto na esfera de ser ele o responsável pela modificação da realidade. Assim, à medida que o ser social forma-se, ele se concebe em dois polos, um subjetivo e outro objetivo os quais especificam suas atividades, ou seja, ora é sujeito, ora é objeto da história (DEITOS E SOBZINSKI, 2015). O ponto de início para o entendimento do ser humano enquanto sujeito real e histórico e de suas conjunturas materiais de vida e sobrevivência está na procura da compreensão de suas atividades para alteração da natureza que gera concomitantemente a modificação do próprio sujeito

ao produzir-se enquanto ser interna e externamente. Quanto a isso Foladori (2001) ressalta que a sociedade ao transformar o meio ambiente também deve se adaptar ao seu redor constantemente transformado.

Ademais, o ser social é definido por aspectos econômicos, políticos e culturais sendo ele o autor da realidade social e modificador desses aspectos através do seu trabalho (GOMIDE e JACOMELI, 2016), acrescenta-se ainda que, a sua maneira de pensar decorre da realidade em que vive (LÉLIS, 2007).

Deluiz *et al.* (2016) aponta que é a partir do trabalho[30] que o homem modifica o meio, logo, a posse e a utilização da natureza estão a serviço do modo de produção capitalista. A categoria trabalho é entendida como classe fundante da totalidade objetiva, ou seja, o indivíduo ao justapor a natureza e dela retirar os recursos materiais, gera a continuidade da própria espécie e a realidade objetiva. O trabalho se concebe como classe primordial de análise da materialidade histórica dos sujeitos porque é a maneira mais fácil, mais concreta e desenvolvida pelos sujeitos para se hierarquizarem socialmente (LÉLIS, 2007).

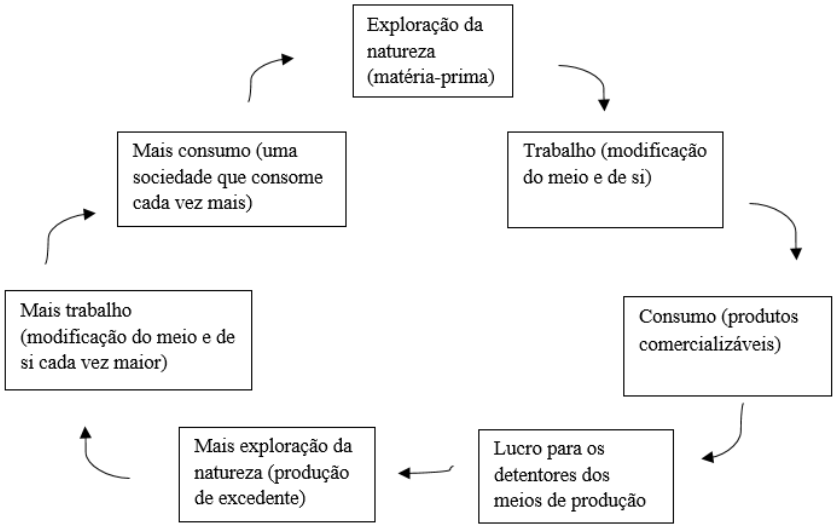
Além da categoria trabalho, é preciso ressaltar o papel do Estado pois é ele quem vai legitimar as políticas públicas essenciais à vida coletiva. Marx o entende como a ofício da classe imperante mantendo e reiterando as vontades desta classe, com isso, pode-se dizer que o grupo social e a união das relações de produção são os motores que definem a essência do Estado (KAPLAN, 2017). Portanto, o Estado é uma consequência da sociedade civil erguendo-se dela, manifestando suas contradições e as eternizando. Assim a burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e ao ter a autoridade sobre o trabalho no processo de produção, passa a se estabelecer como classe dominadora aumentando o seu poder e repassando isso para o Estado o qual passa a exteriorizar os seus interesses através de regras e leis (MONTAÑO, 2001).

Mediante o exposto acima, faz-se essencial salientar como esses conceitos aparecem e servem de base para a análise dos elementos estudados nessa dissertação. O ser humano ao trabalhar, transforma a natureza e nesse processo modifica a si mesmo, os seus pensamentos, as suas concepções e consequentemente acaba mudando o seu entendimento sobre o trabalho e sobre a própria natureza, sua dominação e a sua exploração. Em um determinado momento da história, o homem se reconhece distinto do meio passando a ter com a natureza uma relação de superioridade, entendendo suas

[30] Essa categoria será melhor trabalhada na próxima seção

partes como matéria-prima e as utilizando como recurso para gerar produtos que atendam às suas demandas e vontades, entrando em um *looping* contínuo. Dessa forma, ocorre a exploração cada vez mais intensa da natureza gerando a modificação dela e do homem através do trabalho. A etapa final da cadeia produtiva seria o consumo, cada vez mais preconizado e estimulado nessa sociedade. Com isso o trabalho passa a ser precarizado, a natureza exaurida e o consumo exacerbado. Isso pode ser visualizado na Figura 1.4.

Figura 1.4: Esquema Exploração-Trabalho-Consumo



Fonte: Elaboração Própria

Ao longo da história humana, entre modificações e sobreposições de paradigmas, estava a escola palco de conflitos e interesses que envolve inúmeros sujeitos com as suas particularidades, com objetivos distintos e pertencentes a classes sociais diferentes. Portanto, a escola é fruto do trabalho do homem e de políticas públicas legitimadas pelo Estado, o saber que se constrói nela e os ensinamentos postos

através do currículo foram estabelecidos pela sociedade civil que, ao escolher os assuntos que entram e saem do currículo, ditam um saber científico válido, consequentemente uma visão de mundo. Freres, Rabelo e Segundo (2015) apontam que a educação nasce como uma ação que além de repassar o conhecimento historicamente acumulado pelos sujeitos, atua na subjetividade, interferindo nas atividades humanas ditando como as pessoas devem agir.

De acordo com Frigotto (2006), a escola é uma instância de mediação social, repleta de contradições e não é apenas um simples instrumento ideológico reprodutor das disparidades sociais além-muros, muito menos como entidade totalmente à margem dos acontecimentos sociais mais abrangentes.

E nesse processo de ser influenciada e influenciar a sociedade, a escola possui as suas particularidades como a construção de documentos norteadores e currículos próprios que ditam quais conhecimentos devem ou não ser perpassados e como eles devem ser ensinados. Muitas vezes esses documentos são criados fora da escola, desconhecendo as especificidades locais o que provoca uma inadequação ou até mesmo uma impossibilidade de desenvolvimento do que está sendo proposto. Dessa maneira, a EA a partir do PCN (que é um documento norteador, desenvolvido pelo MEC) passou a ser tratada como tema transversal, devendo perpassar pelas diferentes séries nas mais distintas disciplinas.

Loureiro e Cossío (2007) demonstram que houve um aumento na implementação da EA nos colégios de ensino fundamental, principalmente entre os anos de 2001 e 2004 e um dos fatores que auxiliou esse aumento foi o programa do Governo Federal intitulado Programa Nacional de Escolas Sustentáveis. Este programa define escolas sustentáveis como:

> (...) aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam (BRASIL, 2013, p. 2)

De acordo com Guimarães (2007), a transversalidade da EA nos programas de governo como políticas públicas e legislação permitiu uma maior participação das Organizações Não Governamentais (ONG) e das empresas privadas no desenvolvimento de práticas ambientais. Assim, a partir de uma pesquisa sobre o que fazem as escolas que dizem fazer EA, Loureiro e Cossío (2007, p.61) apresentam que:

> (...) 32% das escolas declararam que a iniciativa de desenvolver projetos partiu da própria comunidade. Essa porcentagem é mais alta quando comparada com a iniciativa de outros atores externos à escola, tais como ONGs, empresas ou universidades.

Neste período (entre os anos de 2001 e 2004), as escolas adicionaram de fato a EA como tema transversal a ser trabalhado nas disciplinas em sala de aula e/ou em projetos a serem desenvolvidos em dias pré-determinados, isso aconteceu pelo incremento do interesse das empresas e ONG na economia verde, no desenvolvimento sustentável, no *marketing* verde e no cumprimento da reponsabilidade social (KAPLAN, 2017).

Percebe-se de fato que houve um aumento na prática de EA nas escolas, contudo é preciso compreender que tipo de EA está sendo realizada e o que ela está ajudando a construir, por isso, analisar uma escola que diz fazer EA e que foi construída com parâmetros sustentáveis se torna tão instigante. É com o discurso da responsabilidade socioambiental que as empresas começam a entrar nos espaços públicos de ensino, através das parcerias público-privadas. E é através das contribuições do materialismo histórico dialético que o entendimento da participação de cada sujeito nessa rede se torna possível, revelando as contradições até então imperceptíveis.

1.2.1 A CATEGORIA TRABALHO PARA O ENTENDIMENTO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

Este subitem tem por finalidade abordar mais especificamente a categoria trabalho a partir do materialismo histórico dialético e demonstrar a sua relação com as mudanças no meio ambiente, no próprio sujeito e na escola. Desta maneira, é importante salientar que a posse e a utilização da natureza estão a serviço do modo de produção capitalista (DELUIZ *et. al.* 2016). E a classe trabalho é entendida como categoria fundante da totalidade objetiva.

Assim:

> Considerando que os homens se caracterizam por um permanente vir a ser, a relação entre os homens não está dada, mas precisa ser construída (vir a ser), construída material (trabalho social) e historicamente (organização social do trabalho). O trabalho, como princípio educativo, traz para a educação a tarefa de educar pelo trabalho e não para o trabalho, isto é, para o trabalho amplo, filosófico, trabalho que se expressa na práxis (articulação da dimensão prática com a dimensão teórica, pensada) (FRANÇA, 2010, p.6)

De acordo com Deitos e Sobzinski (2015) o trabalho é a ação fundadora da existência humana, é a partir dele que aparecem outras atividades que contribuem para a

organização da sociedade, pois é encarregado pela formação da riqueza material, cujo objetivo é a satisfação das suas necessidades, sejam do estômago à fantasia. Este conceito está unido a ontologia do ser social, ou seja, o ser enquanto ser no seu âmago. Ele é responsável pela elaboração da existência humana, na medida em que é requisito fundamental para delinear a forma de reprodução social. Acrescenta-se que o relacionamento do ser humano com o seu ambiente acontece pela mediação do trabalho, dessa maneira o trabalho humano inter-relaciona uma ação física com um meio ambiente externo e com meios de trabalho propagado por trabalhos anteriores (FOLADORI, 2001).

Para Fontes (2017) apenas na sociedade capitalista os seres sociais em sua grande maioria são transformados genericamente em trabalhadores, ou seja, em seres cuja função social essencial é enaltecer o valor e cuja necessidade única insuperável é a venda da sua força de trabalho. A atividade comum do trabalho possibilita ao ser social modificar a natureza com a qual divide a existência e por esse mesmo processo modificar-se intensamente tornando-se sob o capitalismo só "produção de riqueza" abstrata e forma de sujeição de grande parte dos indivíduos da sociedade.

Desse modo:

> Na repartição dos benefícios (a geração de riqueza) e prejuízos (a geração de danos e riscos ambientais) de acesso, apropriação, uso e abuso da natureza e recursos ambientais em geral, através do trabalho na sociedade capitalista, é sempre mediada por relações produtivas e mercantis, e como tal, está sujeita à assimetria do poder nas relações sociais, expondo ao risco ambiental os grupos sociais vulneráveis às condições ambientais em processo de degradação (como as populações marginalizadas nos centros urbanos), ou dependentes de recursos naturais em processo de exaustão (como as populações indígenas e extrativas) agravando a já delicada situação de opressão social e exploração econômica a que tais grupos sociais são impostos pelos setores dirigentes (LAYRARGUES, 2005. p.14)

O capitalismo é um sistema majoritariamente contraditório e produtor estrutural de crises, essa peculiaridade acontece por conta da sua insuficiência sistêmica, pois o capital só atinge o seu objetivo, o lucro, através da exploração da força de trabalho, que lhe é externa (FRERES, RABELO E SEGUNDO, 2015). Fontes (2017) afirma que a categoria trabalho está atravessada de sentindo paradoxal positivos e negativos. Há uma veia forte a entender o trabalho (ação humana, sociometabólica, de modificação da natureza) como "emprego", uma das maneiras de subordinação do trabalho ao capital que agora se move para uma submissão ainda mais direta. Da relação social entre trabalho e capital e da ação criativa pulamos para a relação jurídica "emprego" forma ainda geral cunhada pelo capitalismo, porém em caminhos de modificação, na qual os

sujeitos estão totalmente disponíveis durante grande parte do tempo aos seus empregadores para fazer as atividades (trabalho) que lhes forem tituladas.

Além da perspectiva de emprego, o trabalho também tem uma relação intrínseca com a educação. Fontes (2017) aponta que quando os indivíduos passaram a se separar em classes sociais (no decorrer do tempo com a produção de excedentes, os sujeitos separaram-se em classes sociais, fazendo com que uma classe passasse a viver do trabalho de outros, apoderando-se privadamente da terra e dos meios de produção) o conhecimento também passou a ser dividido segundo o que cada classe exercia no arranjo social.

É nesse período de desenvolvimento dos indivíduos que nasce a educação formal, a escola, como um espaço privilegiado de repasse desse conhecimento para os filhos da classe que não necessitavam trabalhar e podiam se ocupar com o ócio. O trabalho (a ação) é glorificado e reafirmado na Educação Escolar, na Educação Profissional, nas empresas e na propaganda onde se busca retirar uma aptidão, um impulso interno a cada ser único que o legitime e o conforte na atividade que deverá fazer. Também é glorificado como emprego enquanto trampolim para o sucesso e enaltecido positivamente como realce da própria subjetividade. Gera-se uma aparência de confluência entre trabalho (a atividade criativa), emprego (a maneira concreta da sujeição do trabalhador ao capital) e vida (sociabilidade). A educação nas sociedades capitalistas é exibida como restrita a educação formal, letramento, acesso à cultura, socialização de saberes essenciais, sistematização até a etapa da produção científica, neutralizada e apartada das condições sociais que a formam. Ocorre para formar "trabalhadores" de etapas distintas (do mais simples ao mais complexo) e para garantir o desenvolvimento do país (ou seja, a lucratividade do capital). (ibid.).

A educação e o trabalho são os dois suportes do desenvolvimento econômico e social dos países periféricos, sendo a primeira classe central na discussão econômica nas últimas décadas (FRERES, RABELO E SEGUNDO, 2015). A educação, como se apresenta na sociedade, se estabelece, a partir dos princípios e dos valores, que determinada sociedade possui, respondendo aos interesses de um tempo demarcado e de um entendimento de mundo característico. (DELUIZ *et. al.* 2016). Segundo Lélis (2007), apurar a economia, as vantagens da classe imperante e o entendimento da ideologia que orienta a educação ofertada à classe trabalhadora é essencial para examinar o papel da educação na sociedade capitalista. Infere-se que a escola está diante de uma lógica que não prioriza os princípios democráticos de ensino e sim a lógica do

mercado e da disputa tendo como consequência a mercantilização do sistema educacional (PIRES, 2015).

A educação no sistema capitalista condiz com uma educação voltada para responder às demandas do capital em seu processo de ampliação e acumulação ampliada. Produção da riqueza e homens são colocados, sob o capital, numa relação ao avesso, não é a produção da riqueza material que está a ofício dos sujeitos, porém o oposto: o que se produz não é para o coletivo, contudo para poucos que se tornaram historicamente proprietários dos meios de produção e de sobrevivência. Estes almejam, em nome de um fictício desenvolvimento econômico, escolher quais são os caminhos da sociedade e também como ela deve ser hierarquizada, como deve pensar e como deve atuar (FRERES, RABELO E SEGUNDO, 2015).

Como a propensão expansionista do capital é fazer cada vez mais miséria para uns e riqueza para outros, a função designada a educação colocada em um sentido contraditório tem se alternado ao longo da história dos homens socialmente separados. No início do capitalismo, ela auxiliava na esfera do discurso como impulsionadora da igualdade formal, assegurando um mínimo de conhecimento à classe trabalhadora com o objetivo de espalhar a ideologia de que ela asseguraria para essa classe meios sociais melhores, dentre elas, a promessa de emprego e salário para viver bem. O que convém é uma educação direcionada aos interesses do capital e que conserve os trabalhadores presos às rédeas do sistema dado, onde sua formação deve proporcionar uma postura crítica e criativa perante o mundo, ou seja, os sujeitos devem ser instruídos para aprenderem a criar uma maneira de permanecer sobrevivendo em um mundo que os joga na miséria (ibid).

Coelho e Orgechowski (2011) ressaltam que a escola teve e ainda tem uma função primordial na construção que o homem faz para se tornar “ser humano”, além disso, tem-se a consciência de que a educação desenvolve um papel importante no desenvolvimento de um povo. A escola e as concepções pedagógicas que conduzem o seu funcionamento são intensamente instruídos pelo jeito como a sociedade se estrutura economicamente no tempo e no espaço. Para dar mais complexidade, a escola ela é influenciada pelas demandas e transformações da economia estando voltada a atender os desígnios do capital.

Assim:

> No contexto da exploração do trabalho e do trabalhador pelo capital, a educação assume um novo valor a partir da importância de formação escolar impondo-lhe uma necessidade de adaptar-se às condições do mercado por meio de estratégias que atendam os interesses de manutenção das condições de acumulação capitalista e assim, pretende funcionar por suas próprias condições captando seus próprios recursos na dinâmica do mercado intensificando a doutrina neoliberal que tem como proposta a intensificação da privatização da escola pública como política do Estado. (FRANÇA, 2010, p.8).

Loureiro e Tonzoni-Reis (2016) apontam que é necessário que se entenda a escola como uma entidade que se estabelece na materialidade social, não sendo possível pensar nela externamente às relações de soberania validada pelo Estado. Tem-se assim uma característica singular nesse processo de construção humana que qualifica a educação a partir da socialização do conhecimento organizado pela cultura, por isso, o que se faz e como se faz com relação ao ensino, tem uma importância maior do que aquilo que se fala. Portanto, a educação é uma atividade de produção singular em cada indivíduo único, ou seja, a educação baseia-se em ser a reflexão que leva o indivíduo a libertar-se (LÉLIS, 2007).

2. ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO ENSINO MÉDIO

> Quando eu morder a palavra, por favor, não
> me apressem, quero mascar, rasgar entre os
> dentes, a pele, os ossos, o tutano do verbo,
> para assim versejar o âmago das coisas.
> Conceição Evaristo

De acordo com Moura (2007), os primeiros parâmetros do que atualmente se entende como Educação Profissional começaram a ser delimitados a partir do século XIX com a promulgação do Decreto do Príncipe Regente D. João VI que criou o Colégio das Fábricas. Pode-se dizer que essa educação surgiu como assistencialista a fim de atender aqueles que não tinham estruturas sociais suficientes para tal e essa perspectiva só foi mudar no século seguinte com a passagem da educação profissional para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1906-1930), visando o atendimento a essas três modalidades da economia. Passou-se a compreender a Educação Profissional como uma preparação para o mercado de trabalho.

Em 1931, com a reforma idealizada por Francisco Campos, o país passou a ter um sistema nacional de educação, o Estado era responsável por geri-lo em todo território nacional. Essa reforma foi responsável ainda pela criação do Conselho Nacional de Educação e da Universidade do Rio de Janeiro e pela sistematização do ensino superior e do ensino secundário, etc. (BRANCO et al., 2018). Tempos depois, ocorreu uma nova reforma cunhada por Gustavo Capanema a qual permitiu que o país passasse a ter um sistema paralelo de ensino focado na formação profissional para os trabalhadores, surgindo os sistemas S como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e os cursos médios do segundo ciclo que tinham duração de três anos na intenção de preparar os alunos para a entrada no ensino superior (LOPES, BORTOLOTO e ALMEIDA, 2016). Segundo Moura (2007), a criação do SENAI, do SENAC e das demais escolas ao longo das décadas posteriores apontava a estratégia governamental de repassar à iniciativa privada a função de preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho.

O Ensino Profissional esteve atrelado ao Ensino Médio Regular e quanto a isso Lopes, Bortoloto e Almeida (2016) apontam que a dualidade educacional deste nível de ensino está presente desde 1940 e perdura até os dias atuais. A década supracitada se caracterizou como um período onde a população mais pobre começou a frequentar a

escola, mesmo que de maneira tímida, se destacou também pela aprovação de diversos Decretos-lei que foram responsáveis por sistematizar a Educação Profissional e o ensino secundário por todo o Brasil. Esses decretos eram conhecidos como Leis Orgânicas da Educação Nacional (BRANCO ET AL., 2018)

A promulgação da Lei n. 4.024 de 1961, intitulada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), permitiu que os formandos do colegial técnico ingressassem em cursos de nível superior. Essas transformações levaram o Estado a comedir a demanda por este ensino (LOPES, BORTOLOTO e ALMEIDA, 2016). Durante a Ditadura Militar, o tecnicismo ganhou força e requereu uma formação atrelada às exigências da esfera produtiva salientadas principalmente pela Lei n. 5.692 de 1971 que acabou com o ensino geral e tornou obrigatória a Educação Profissionalizante. Dessa maneira, ficou estabelecido que o ensino de segundo grau contemplaria a habilitação profissional na área do magistério, da agricultura e da indústria com duração de três ou quatro anos de estudo. Essa Lei fortificou uma visão da educação afastada da formação intelectual do sujeito e evidenciou o estereótipo de formação instrumental para o trabalho, pensamento educacional presente na América Latina durante o século XX, contudo ela acabou sendo revogada em seguida pela Lei n. 7.044 de 1982 (FARIAS, 2016).

Para Farias (2016) a Constituição de 1988 provocou a ampliação do acesso à escola, mas isso não significou uma melhora em sua qualidade. Ademais, os anos de 1990 apontaram significativas transformações nas políticas educacionais com destaque para a ratificação da Lei n. 9.394 de 1996 que posicionou o ensino médio como item final da educação básica. No artigo 35 desta Lei, o Ensino Médio passou a ser obrigatório, mesmo ele já sendo assegurado pela Constituição Federal de 1988. A consequência foi um aumento do número de matrículas e um maior gasto estatal, isso ia contra as concepções neoliberais defendidas nesta década, por isso, a medida tomada pelo governo e subsidiada pela aprovação da Emenda Constitucional n.14 de 1996 retirou a obrigatoriedade do estado em ofertar o Ensino Médio. Houve por conta disso, uma diminuição no oferecimento de uma formação que unia as perspectivas da ciência, da cultura e da tecnologia e um aumento da oferta de cursos paliativos e aligeirados por parte da iniciativa privada. Ainda nessa década, o Ensino Médio e Profissional associaram a adequação das forças econômicas e políticas ao novo modelo de acumulação capitalista com a efetuação de reformas as quais levaram em consideração um modelo baseado na acumulação flexível. As reformas nessa fase de ensino

continuaram perfeitamente apropriadas às demandas do capitalismo. Vale mencionar o Decreto n. 2.208 de 1997 que regulamentou a Educação Profissional e a sua relação com o Ensino Médio (LOPES, BORTOLOTO e ALMEIDA, 2016).

Ainda na década de 1990 foram regulamentadas pelo Ministério da Educação (MEC) propostas curriculares denominadas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Esses documentos, que tinham como foco o Ensino Médio, davam ênfase a contextualização, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências e habilidades para esse nível específico (GUIMARÃES, 2015).

Essa década pode ser caracterizada ainda por uma maior inserção do setor privado na educação e quanto a isso Branco et al. (2018) ressalta que os PCN se mostraram como um caminho fundamental para o setor empresarial sobre as políticas públicas educacionais, norteando-se nos princípios do sistema capitalista moderno, de sociabilidade e propiciando a possibilidade de interferência direta das empresas nos currículos, na escolha de materiais e na direção dos recursos das escolas públicas brasileiras. E o nível médio não escapou a essa influência, pelo contrário, é ainda mais impactado por ser visto como a etapa de ensino preparatória para o mercado de trabalho e/ou a universidade.

Os anos 2000 foram tipificados por uma série de atividades que intensificaram a expansão do Ensino Médio principalmente com o Decreto n. 5.154 de 2004 o qual consolidou a retomada do Estado na oferta de cursos técnicos profissionalizantes ligados às etapas de ensino, contudo isso não garantiu a ruptura com a dualidade estrutural nem com os interesses produtivos sobre a educação (LOPES, BORTOLOTO e ALMEIDA, 2016). A partir desse decreto a Educação Profissional passou efetivamente a integrar o Ensino Médio em forma de um curso único que abrangeria as duas maneiras de ensino a fim de promover uma formação humana mais completa (FARIAS, 2016).

Entre as muitas retiradas e incorporações da Educação Profissional à educação básica, Moura (2007, p.16) disserta que:

> Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. Dito de outra maneira, a educação profissional não faz parte da estrutura da educação regular brasileira. É considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto.

Ademais, foi lançado pelo Governo Federal o Plano de Desenvolvimento da Educação. Dentro dele existe o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação (Decreto n. 6094/2007) onde se encontra o Programa Mais Educação, voltado para a Educação Integral. Essa perspectiva se mantem no Programa Ensino Médio Inovador (PREMI) que tem por objetivo o aumento da jornada escolar de maneira a abarcar o nível médio de ensino. Esse programa foi criado em 2009 e incluído no PDE com ênfase na educação não-profissionalizante e se consolidou no novo Plano Nacional de Educação em 2014 (Lei n. 13.005 de 2014), que tem como objetivo o aumento tanto da educação integral para pelo menos 50% das escolas públicas quanto o aumento de 25% dos alunos em toda a educação básica (ARAÚJO, 2015).

Mais uma vez é possível visualizar a interferência do setor privado nos comandos, nas modificações das políticas públicas e nas transformações específicas do Ensino Médio. Quanto a isso Ramos (2016) aponta que o MEC tem aguçado a conversa com empresários nas disputas políticas educacionais, onde se compreende a grande interferência desses setores nas diretrizes do PNE criado em 2007.

Por fim, cabe citar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por ela ser a nova ferramenta direcionadora da educação básica brasileira. Para Branco et al. (2018), está havendo a influência de organismos e setores privados no projeto de inserção da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, porque, apesar do discurso dos governistas se basear na intenção de uma educação de qualidade e democrática, essas premissas aparecem em segundo lugar, pois *a priori* o que se está vendo são os interesses privados sendo atendidos com a formação de sujeitos flexíveis, naturalmente adaptáveis às demandas do mercado, perdendo assim a formação emancipatória do sujeito.

> Os estudos sobre o Ensino Médio no Brasil indicam sua histórica dualidade educacional, marcada pela dicotomia intermediária entre a continuidade dos estudos e a formação para o trabalho. A luta por educação sempre foi uma demanda da sociedade. Porém, no contexto da sociedade capitalista periférica, ela é fortalecida, principalmente, com base no discurso que dá centralidade à vinculação entre educação e empregabilidade, visualizada na organização produtiva e por influência das reformas educacionais (LOPES, BORTOLOTO E ALMEIDA, 2016, p.574-575).

Mediante o exposto, algumas considerações a respeito da Educação Profissional e do Ensino Médio podem ser feitas, como: a desproporcional oferta educacional entre as distintas classes sociais as quais caracterizam o dualismo educacional, estando associada ao antagonismo de classes que percorre a sociedade brasileira. Esse dualismo é encontrado na escola, pois historicamente ela é estruturada de maneira a ajustar-se aos díspares interesses de classes, qualificando-se como dual, já que se concebe por

sistemas de ensino que tem arranjos diferentes e respondem ao antagonismo de classes (LOPES, BARTOLOTO E ALMEIDA, 2016).

A Educação Profissional, por exemplo, é vista como salvadora, pois proporciona empregos, isso porque a pobreza é ideologicamente entendida em associação direta com a baixa escolaridade. De forma simplista, ao educar a população mais pobre, esta estaria apta a entrar no mercado de trabalho e a ser bem-sucedida (PEREIRA, 2015).

Infere-se que apesar das suas modificações ao longo da história, a Educação Profissional sempre esteve voltada para preparar as classes mais desprovidas para o mercado de trabalho, visando o emprego rápido e a possibilidade de uma melhora na sua realidade. É essencial entender essa concepção, pois ela vai influenciar as decisões governamentais a respeito das localidades onde as escolas com este nível de ensino deverão ser implementadas.

Ainda sobre as características da Educação Profissional, Deluiz e Gonzalez (2006) abordam que a visão produtivista é aquela que entende a educação como um aparelho essencial para a entrada dos sujeitos no mercado de trabalho. Essa visão não desconsidera as demais finalidades educacionais, mas dá maior destaque as vantagens competitivas que os sujeitos, ao serem escolarizados, possam ter no mercado de trabalho. Essa visão defende a livre concorrência no mercado, até mesmo no que diz respeito aos serviços educacionais.

2.1 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO A PARTIR DO PROGRAMA DUPLA ESCOLA NO RIO DE JANEIRO

A ideia de Educação Integral entendida como uma educação escolar abrangente em suas atividades sociais e culturais se faz presente no pensamento educacional brasileiro desde a primeira metade do século XX em distintas vertentes políticas. Foram distintos os sentidos conferidos à Educação Integral no Brasil ao longo da sua história educacional com teorias e práticas muito variadas dentro de uma grande gama de pensamentos político-filosóficos, contudo pode-se apontar alguns núcleos e questões que embasaram o debate sobre a temática, como: o tempo (o aumento ou não da jornada de ações educacionais); o espaço (o foco do processo educativo fica para a escola ou para além de seus muros, englobando a comunidade, o bairro e a cidade); o papel da escola (limitada à instrução e aprendizagem cognitiva ou abarcando os processos formativos dos sujeitos em suas muitas vertentes) (MOEHLECKE, 2018).

O papel da escola na perspectiva integrada modifica-se, passando a ter como cerne a igualdade e a qualidade, as quais possuem significados distintos dentro das diferentes orientações/concepções. Considera-se que a minimização das desigualdades sociais e educacionais é uma característica proeminente na história brasileira. A igualdade está relacionada ao direito de todos a uma escola púbica, laica, de qualidade, com condições sociais e culturais e com a equidade relacionada a políticas compensatórias constantes (ibid.).

Segundo Farias (2016), o projeto de um Ensino Médio Integrado (EMI) ergueu-se da demanda social de superação de um padrão educacional, separado em Ensino Médio voltado para a continuidade dos estudos em cursos de nível superior e um Ensino Profissionalizante direcionado para a incorporação ao mercado de trabalho. O EMI intenta que a educação geral seja parte indissociável da Educação Profissional em todas as áreas, nas quais se dá tanto a preparação para a esfera do trabalho quanto para a formação e capacitação do aluno em ser um cidadão crítico, apto a modificar a sociedade na qual está inserido e capacitado para o mercado de trabalho. Essa divisão foi determinante para direcionar a oferta desses cursos para classes diferentes da sociedade, limitando o acesso a um ou ao outro. Essa formação deveria ter como finalidade a retomada da relação entre o conhecimento e a prática de trabalho, possibilitando aos educandos a formação e o comando das diferentes ferramentas usadas na produção obtida através dos estudos das distintas áreas do saber.

O vocábulo “integrado”, na expressão “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional”, aborda o conteúdo e o feitio de sua proposta. Essa palavra representa a busca pela superação da dualidade estrutural presente nesse nível educacional, dualidade essa que se mostra entre o “saber” (Ensino Médio) e o “fazer” (Educação Profissional), representando um grande desafio a ser cumprido (ARAÚJO, 2015). Senna (2013) apresenta que a instauração do EMI nas redes estaduais de ensino não tem sido eficaz na prática e eterniza uma relação de interesses entre o público e o privado, políticas e programas abreviados e articulados para a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Ao se afastar da proposição inicial, esse ensino tem auxiliado na ausência da função social da escola e de uma escolarização que proporcione realmente a autonomia mediante uma base teórica e prática sólida, sendo o professor sujeito eficiente na sistematização do conteúdo e em sua maneira de perpassar os conhecimentos.

Para Fontes (2016), em nome da educação para o mercado (formação da mão-de-obra), da educação para a sujeição e o conformismo as leis mais ou menos restrita da subalternidade, aumenta a predominância patronal direta sobre os colégios públicos assim como cresce a industrialização da educação. Esse processo tende a acontecer mediante duas vias: a privatização direta e a transformação da escola pública.

Visto isso, abordar-se-á o caso do EMI e do Ensino Profissionalizante no Estado do Rio de Janeiro. Mediante a utilização de dados provindos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2008 demonstrando que 77% dos adolescentes fluminenses entre 15 e 17 anos estudavam tão somente e dos dados de outra pesquisa que demonstrava que 51% dos estudantes almejavam por cursos de formação profissional, a SEEDUC juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) criou o Programa Dupla Escola (PDE) em 2009, o qual tem por finalidade a formação profissional dos alunos com ênfase em necessidades peculiares do mercado (RAMOS, 2016). Soma-se a isso o alto índice de evasão escolar, pois muitos dos alunos que terminavam o Ensino Fundamental não davam prosseguimento ao Ensino Médio e uma das justificativas decorria da falta de identificação com o currículo utilizado na instituição (GUIMARÃES, 2015).

Para que o PDE pudesse se desenvolver a SEEDUC começou a contar com parceiros privados que investiram altas quantias na infraestrutura das escolas, na compra de materiais didáticos, no oferecimento de cursos etc. Essas parcerias foram legitimadas por leis como a Lei n. 11.079 de 2004, promulgada pelo então presidente Lula, que instituiu as normas gerais para a licitação e a contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Essa parceria pode ser feita através do contrato administrativo de concessão na modalidade patrocinada ou administrativa (BRASIL, 2004). Em âmbito estadual, foi promulgada a Lei n 5.068 de 2007 pelo então governador Sérgio Cabral que instituiu o Programa Estadual de parcerias público-privadas (PROPAR). Alguns dos itens que constam nessa Lei são: “VI – repartição dos riscos de acordo com a capacidade dos parceiros em gerenciá-los; VII – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria” (RIO DE JANEIRO, 2007).

Pode-se dizer que:

> Assim surge o Programa Dupla Escola, uma parceria público-privada na educação básica. Trata-se de uma nova forma de privatização, mais discreta. As escolas seguem sendo públicas, porém com influências centrais do setor privado. As empresas definem a parte profissional do currículo e o perfil dos professores técnicos. A política e as formas de organização do Estado ficam capturadas na empresa privada que define a política com recursos públicos e através do Estado. (PEREIRA, 2015, p.5)

Guimarães (2015) ressalta que em um primeiro momento o estabelecimento do PDE esteve voltado para o economicismo, já que existia um bônus para todo o conjunto de servidores efetivos do quadro (diretores, orientadores e professores), esse bônus[31] era em dinheiro e estava sujeito ao cumprimento de metas e tarefas estabelecidas pela secretaria sem a participação efetiva dos professores e outros responsáveis pelo cumprimento do que era estabelecido. O docente então perdia a sua autonomia, tornando-se um mero cumpridor de objetivos, devendo implementar o currículo mínimo estabelecido para cada disciplina. Esse currículo não é flexível e, por isso, não se adequa às realidades de cada escola, além disso, esses currículos foram estabelecidos para as seguintes modalidades: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Curso Normal, Ensino Fundamental e Ensino Médio regulares, restando ao EMI recorrer ao currículo mínimo da etapa regular, apesar de possuir especificidades. Ademais, os docentes para trabalhar nessas escolas passavam por uma seleção denominada mobilidade interna, a qual previa a avaliação do currículo e entrevista.

As escolas que recebem o projeto precisam participar de avaliações como o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ[32]) e o SAERJINHO[33] compostos por avaliações externas padronizadas aplicadas em toda a rede estadual e que auxiliam no suporte para a formação do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado do Rio de Janeiro (IDERJ) cujo resultado também servia de base para a premiação de professores e alunos (GUIMARÃES, 2015). Nessas avaliações a SEEDUC averiguou que os alunos das escolas que faziam parte do Programa Dupla Escola possuíam um melhor desempenho nas provas internas e externas, maiores

[31] Devido as crises financeiras, esse bônus não existe mais.

[32] A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, com a finalidade de promover a qualidade do ensino nas escolas de sua rede, situando-a em patamares compatíveis com as reais necessidades da população fluminense e a importância sócio-econômica e cultural que esta unidade federada assume no cenário nacional, realiza a Avaliação Externa em Larga Escala das suas unidades escolares. Com esta ação, a SEEDUC efetiva o processo de consolidação do SAERJ (SEEDUC, 2011).

[33] O SAERJINHO é um programa de avaliação diagnóstica do processo Ensino Aprendizagem realizado nas unidades escolares da rede estadual de educação básica, sendo uma das ações que integram o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Rio de Janeiro – SAERJ. Serve como treinamento para o Enem, para o vestibular e para entrevistas de emprego. São provas que medem habilidades e competências (SEEDUC, 2011).

oportunidades de entrada no Ensino Superior e mais facilidade de acesso ao mercado de trabalho, contudo, verificou-se também que esse arquétipo de escola dificilmente seria copiável as outras unidades da rede estadual, levando em conta as particularidades próprias dos modelos de parcerias estabelecidos (ARAÚJO, 2015).

Segundo a SEEDUC (2012), objetivo do Estado é possibilitar o crescimento de maneira conjunta para atender as perspectivas dos cidadãos e as necessidades das empresas que acreditam na competência que cada região tem e aponta para a cooperação na formação profissional. Ademais, a SEEDUC admite a relevância da educação como coeficiente estratégico para que o Estado do Rio de Janeiro dê prosseguimento ao processo de desenvolvimento econômico mediante a produção de saberes e do desenvolvimento de aptidões imprescindíveis para o mundo do trabalho (RAMOS, 2016).

O bom resultado dos alunos dessas escolas demonstra as desigualdades presentes dentro do próprio sistema escolar, pois, ao contarem com uma total infraestrutura física e pedagógica, essas unidades se tornaram "escolas de excelência" ficando as outras como escolas paralelas, porque as primeiras recebem altos investimentos, tanto por parte do governo quanto por parte dos parceiros privados, enquanto as outras unidades padecem com a falta de investimento, apresentando problemas como falta de professores, de infraestrutura, entre outros. Por isso é possível dizer que a Educação Integral para o Ensino Médio no Rio de Janeiro se assenta em duas bases: a diferenciação dos moldes de Educação Integral e da rede de ensino e a privação por meio da disseminação das parcerias público-privadas (MOEHLECKE, 2018).

Ainda de acordo com a SEEDUC (2015), os benefícios da parceria público-privada para os envolvidos (escola, empresa, alunos, pais de alunos, funcionários segundo as suas particularidades) seriam: mais tempo de estudo; facilidade de ingresso no mercado de trabalho; valorização curricular; mão-de-obra qualificada e com formação específica; fortalecimento das potencialidades econômicas da região; redução dos custos de recrutamento; seleção e fortalecimento das ações de responsabilidade social e reforço positivo de imagem para a empresa. Além disso, é importante ressaltar as justificativas para a criação e manutenção do PDE, também de acordo com a SEEDUC (2015) e presentes em seu site, que são:

> A existência de fortes indícios na sociedade de que o jovem de hoje clama por cursos de formação profissional;
> A existência de indicadores demonstrando que os jovens das escolas de formação profissional assumem uma postura diferenciada, tendo consciência de que estão tendo uma grande oportunidade que poderá trazer-lhe emprego e aprovação no vestibular;
> A percepção das empresas de que esses alunos têm a característica do profissional que se espera para o seu negócio: a capacidade de inovar, de aperfeiçoar seu trabalho e de interagir com a equipe em um todo (SEEDUC, 2012).

Mediante o exposto, e a fim de entender melhor o funcionamento deste programa, é essencial compreender a função de cada sujeito envolvido na construção do EMI e para alcançar tal objetivo, montou-se o quadro 2.1 onde constam as ações e responsabilidades do Estado e do parceiro privado segundo aparece no site da SEEDUC.

Quadro 2.1 Funções dos Envolvidos na Parceria Público-Privada

Funções dos Envolvidos na Parceria Público Privada	
SEEDUC	PARCEIRO PRIVADO
Assumir os custos do corpo docente e administrativo;	Adaptação da infraestrutura para implantação dos cursos técnicos. Aquisição e manutenção de equipamentos para os cursos técnicos. Aquisição de insumos e matérias-primas para laboratórios
Assumir as despesas com mobiliário escolar, refeitório, equipagem da cozinha, merenda escolar, transporte escolar, uniforme escolar, material didático, equipagem do laboratório de informática e aquisição de acervo para a biblioteca	Assumir os custos com professores técnicos. Assumir os custos com consultoria técnica para integrar o currículo da base comum ao curso profissionalizante. Arcar com a despesa de formação de professores (base comum + técnicos) no currículo integrado;
Assumir os custos com: coleta de lixo; limpeza e asseio das instalações; manutenção da infraestrutura das instalações; serviço de segurança predial; serviço de segurança patrimonial; fornecimento regular de luz, água e gás; instalação e manutenção de linhas de telefônicas; instalação e manutenção dos serviços de acesso à Internet; encargos, impostos e taxas que incidam sobre a unidade escolar ou suas atividades.	Aquisição de acervo bibliotecário de conteúdo específico ao curso técnico. Ampliação do laboratório de informática e aquisição de softwares de conteúdo específico Assumir as despesas de atividades extracurriculares de conteúdo específico ao curso técnico
Corresponsabilidade por demais ações que venham a ser firmadas	Corresponsabilidade por demais ações que venham a ser firmadas

Fonte: Elaboração feita a partir das informações que constam no Site da SEEDUC (2015)

Visto isso, Pereira (2015) aponta que são muitas as vantagens dos parceiros privados, dentre elas: a qualificação de mão-de-obra com custo minimizado, formação de um contingente reserva de trabalhadores qualificados, construção de uma imagem positiva da empresa e isenções fiscais, já que essa parceria é considerada como responsabilidade fiscal e está dentro da legislação brasileira.

Os exemplos práticos dessas parcerias público-privadas no Estado do Rio de Janeiro podem ser vistos através das escolas que receberam essas parcerias. A primeira escola gerada a partir dessa conjuntura, foi o Colégio Estadual José Lopes Leite ou

Núcleo Avançado em Educação (NAVE) [34] que teve como parceiro privado o Instituto Oi Futuro; a segunda escola nessa lógica foi o Colégio Estadual Comendador Valentim dos Santos Diniz ou Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos e Gestão de Cooperativismo (NATA)[35] que teve como parceiro privado o grupo Pão de Açúcar; a terceira foi o Colégio Estadual Erich Walter Heine. Abaixo segue o quadro 2.2 demonstrando as unidades Ensino Médio Integrado de Educação Profissional Técnica (EMI-PPP), apenas duas não são fruto de parceria público-privada.

Quadro 2.2 Unidades de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

UNIDADES DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
Colégio	Área/Curso	Parceria	Proposta	Local
C.E.José Leite Lopes/NAVE	Multimídia / Roteiro para Mídias Digitais / Programação de Jogos	OI Futuro	A proposta é preparar os jovens para um futuro como roteiristas, programadores, designers e gestores de TV digital, internet, celular e jogos eletrônicos.	Andaraí
C.E. Comendador Valentim dos Santos Diniz/NATA	Leite e Derivados / Panificação	Grupo Pão de Açúcar	A proposta é preparar os jovens para atuarem nas áreas industriais e de varejo	São Gonçalo
C. E. Erich Walter Hein	Aministração	Ternium	A proposta é preparar os jovens para atuarem em funções de apoio administrativo	Santa Cruz
Centro Interescolar Mécimo da Silva	Administração / Edificações / Informática	Lafarge	A proposta é preparar os jovens para atuarem no mercado de trabalho	Campo Grande
C. E. Círculo Operário	Biotecnologia / Metrolo	Inmetro	A proposta é preparar os jovens para atuarem no mercado de medição e nas áreas ligadas a ciência e a indústria	Duque de Caxias
C. E. Hebe Camargo	Telecomunicações	Fundação Xuxa Meneghel/ Embratel/ Claro	A proposta é preparar os jovens para atuarem no mercado de telecomunicações	Pedra de Guaratiba
C.E. Infante Dom Henrique	Hospedagem	Centro Cultural Brasil Turquia	A proposta é preparar os jovens para atuarem em hotéis e também serem capazes de exercer a hospitalidade em outros prestadores de serviços	Copacabana
Centro Educacional Familiar de Formação por Alternância Rei	Agropecuária	Instituto Bélgica	A proposta é preparar os jovens para atuarem no campo e serem incluídos no meio profissional de sua região: a agricultura.	Nova Friburgo
CEIA Barão de Langsdorff	Agropecuária	Não possui	A proposta é preparar os jovens para atuarem no monitoramento de programas preventivos de condições higiênicas na produção animal, vegetal e agroindústria visando o desenvolvimento socioeconômico	Magé
C.E. Dom Pedro II	Produção de Áudio e Vídeo / Técnico em Química	Não possui	A proposta é preparar os jovens para atuarem em diversas funções do mercado de trabalho	Petrópolis

Fonte: Elaboração feita a partir das informações que constam no site da SEEDUC (2015)

[34] NAVE é fruto da parceria público-privada entre a SEEDUC e o Instituto Oi Futuro, é uma escola profissionalizante de excelência em multimídia, visando a formação de profissionais como roteiristas, programadores, designers e gestores de Tv digital, Internet, celular e jogos eletrônicos. A escola funciona em horário integral e atende cerca de 400 jovens e está situada no bairro da Tijuca (Zona Norte do Rio de Janeiro), em uma antiga central telefônica da operadora telefônica Oi. Houve um investimento de 10 milhões de reais por parte do parceiro privado e de 5 milhões da esfera pública (SEEDUC).

[35] NATA é fruto da parceria público-privada entre a SEEDUC e a Secretaria de Agricultura com o Grupo Pão de Açúcar e a Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL), é uma escola profissionalizante, com dois cursos técnicos (leite e derivados e panificação). A escola funciona em horário integral e atende cerca de 360 jovens. Localiza-se em São Gonçalo (Região Metropolitana do Rio de Janeiro). Houve um investimento de 7 milhões de reais por parte do parceiro privado e de 4 milhões por parte da esfera pública, a CCPL e a Secretaria de Agricultura cederam o terreno onde se localiza a escola (SEEDUC).

De acordo com a SEEDUC (2015), a implantação de escolas EMI-PPP proporcionam uma melhor competência do educando já que: possibilita que os professores e os alunos tenham uma vivência com o mundo real dentro do ambiente escolar durante os três anos de ensino, assim os estudantes convivem no dia-a-dia com a empresa privada e dispõem de todos os benefícios provindos dessa aproximação com o mercado de trabalho.

O PDE conta com diversos parceiros que atuam de maneiras distintas, alguns desses parceiros são: Instituto Ayrton Senna (IAS), Grupo PSA[36], Americanas, Serviço Social do Comércio (SESC), etc. E as escolas EMI-PPP podem ser definidas como:

> Instituída pelo Decreto 5.154/04 que prevê a integração da educação profissional às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Compreende o Trabalho, a Ciência, a Tecnologia e a Cultura como categorias indissociáveis da formação humana. Essa modalidade contempla unidades escolares da rede estadual de ensino que executam um itinerário formativo em tempo integral (SEEDUC, 2015).

Há ainda outras modalidades de ensino como Ensino Médio Intercultural com a parceria dos consulados de países como Estados Unidos, França, Espanha e China que tem por finalidade a oferta da proficiência em língua estrangeira, outra categoria é o Ensino Médio Articulado à Educação Profissional que tem por objetivo articular a BNCC com a Educação Profissional, nesse caso as escolas podem também contar com parceiros privados ou não. Segue abaixo a figura 2.1 que sintetiza a diferença entre os programas de educação integral no ensino médio.

Quadro Síntese - Desenvolvimento dos Programas de Educação Integral no ensino médio - rede estadual do Rio de Janeiro

Programa de Educação Integral	DUPLA ESCOLA			SOLUÇÃO EDUCACIONAL	
	EM Integrado	EM Articulado	EM Intercultural	EM de Referência	EM Nova Geração
Data início	2008	2013	2013	2013	2014
Objetivos	Ensino médio regular e profissionalizante integrados. (Dec.5154/2004). Desenvolver habilidades para executar funções específicas demandadas mercado de trabalho.	Ensino médio regular e profissionalizante articulados. (Dec.5154/2004). Desenvolver habilidades para executar funções específicas demandadas mercado de trabalho.	Ensino Médio Regular, não profissional. Proficiência língua estrangeira, valorização cultural, interculturalidade.	Aprendizagem cognitiva associada às competências socioemocionais, dentro matriz séc. XXI, com foco protagonismo juvenil; aproximar escola do mundo e interesse dos jovens.	Incorpora partes do Ensino médio de referência, ampliando a dimensão não-cognitiva no currículo.
Concepção educação integral	Educ. profissional; jornada ampliada (10h); atividades só na escola.	Educ. profissional; jornada ampliada variada; atividades escola + fora (às vezes).	Escola bilíngue; atividades extras; jornada ampliada (10h); atividades na escola.	Aprendizagem socioemocional e projetos de vida; jornada ampliada (10h); atividades na escola.	Aprendizagem não-cognitiva e projetos de vida; jornada estendida; atividade na escola.
Cursos/ aprendizagens ofertadas	Multimídia, Roteiros para Mídias Digitais, Jogos Digitais, Panificação, Leite e Derivados, Administração, Edificações, Informática, Produção em Áudio e Vídeo, Química, Hospedagem, Agropecuária.	Metrologia, Biotecnologia, Logística e cursos livres (auxiliar de operações logísticas, mecânico de manutenção, atendente comercial, assistente de Modelagem, entre outros).	Ênfase ensino Francês, Espanhol, Inglês, Turco, Mandarim, ênfase em Ciências Exatas.	Foco aprendizagem socioemocional, por meio protagonismo jovens, projetos de pesquisa, intervenção e de vida.	Fortalece dimensão não cognitiva na matemática, língua portuguesa e ciências e projetos de vida.

Figura 2.1 – Diferença entre os Programas de Educação Integral no Ensino Médio do Rio de Janeiro
Fonte: MOEHLECKE, 2018

[36] Grupo formado pela indústria automotiva francesa que conta com a Peugeot, Citroen e DS Automobilies (site PSA).

A partir do que foi demonstrado, infere-se que a política de Educação Integral para o Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro não se estabeleceu a partir de um único projeto, definido e delimitado de antemão, pelo contrário foi se organizando no decorrer de um período de quase dez anos, dentro de um processo nem sempre linear, coerente e coeso, unindo programas e teorias de educação em sua maioria contraditórias (MOEHLECKE, 2018).

Pode-se dizer que a sociedade está enfrentando uma nova maneira de lidar e entender a educação, então se a educação tende a servir aos anseios de cada novo projeto societário pretendido pela classe dominante, é essencial buscar compreender qual o modelo de educação estamos tendo a partir das parcerias público-privadas. Por isso é tão fundamental captar os projetos arquitetados e implementados para assim conseguir entender a espécie de sociedade que se almeja (FARIAS, 2006). Para Plácido (2012), nesse processo a educação fica a serviço da empresa facilitando o enraizamento da lógica empresarial, simultaneamente contribuindo para a padronização do conhecimento e uniformização dos conteúdos a partir dos currículos flexibilizados.

> Nesse sentido, a educação escolar pública é utilizada como a melhor ferramenta para conformar espíritos, incutir valores, homogeneizar discursos e fazer com que os indivíduos aceitem como natural a reestruturação do capitalismo globalizado, com as suas diferenças econômicas, sociais e culturais, sob a égide de uma preparação para o mundo do trabalho em detrimento de uma formação emancipadora (BRANCO ET AL. 2018, p.).

Segundo Fontes (2016) a industrialização dos processos educativos ocorre de maneira dispare e estimula tanto novos procedimentos de sistematização quanto a deseducação das camadas populares (que perdem cada vez mais a sua voz, minimizando o desenvolvimento de revoltas).

Encerra-se esse subitem demonstrando as contradições presentes neste Programa da SEEDUC, a primeira delas é a impossibilidade de expansão deste Programa para todas as unidades da rede estadual, seja pela falta de interesse, pela má distribuição e investimento do capital público, seja pela ausência de parceiros privados. Vale mencionar que a falta de dinheiro ou a má administração dele não podem ser utilizadas como justificativas permanentes para a não realização de melhorias na infraestrutura e na contratação efetiva de profissionais de ensino, assim como não é adequado investir tanto em algumas poucas escolas enquanto outras recebem investimentos ínfimos. Pois como consta na legislação, todos os indivíduos têm direito a uma educação pública de qualidade, não podendo haver distinção entre eles.

Com relação as parcerias, pode-se indagar qual é o futuro delas, já que os contratos são temporários e pré-estabelecidos, eles podem durar cinco anos ou mais ao serem renovados, mas não são infindáveis. Demonstrando tanto a volatilidade quanto a instabilidade do sistema, já que os parceiros privados podem ser trocados ou podem encerrar as suas atividades, o próprio Colégio Estadual Erich Walter Heine teve uma parte das suas atividades paralisadas por conta da saída da ThyssenKrupp e elas só foram retomadas pela Ternium porque para a empresa foi vantajoso. O que comprova mais uma vez que para as entidades privadas o que as mantêm em uma parceria são os benefícios, e se elas entenderem que não há mais, elas podem se retirar, deixando a escola a mercê dos seus mandos e desmandos.

Estruturar a educação pública em uma situação tão instável, a faz perder a sua qualidade. Quanto à qualidade do ensino, que por muitas vezes é entendida como um parâmetro a ser medido por avaliações externas à escola, cabe dizer que ela é permeada por diferentes vertentes como a alimentação (afinal para aprender o aluno precisa de todo um funcionamento bioquímico ideal para o funcionamento do cérebro e do corpo), estrutura familiar, boas condições de sociabilidade, de infraestrutura física e pedagógica do colégio e pelo conhecimento apreendido em tal lugar. As avaliações sendo feitas fora da escola, excluem o progresso dos alunos, as particularidades do ensino-aprendizagem e também as especificidades da realidade local. Esses questionamentos permitem perceber o quanto a questão educacional é muito mais profunda, séria e delicada do que pode parecer.

2.2 OS CAMINHOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGITIMAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com Peroni (2003) no hodierno estágio do capitalismo ocorrem rearranjos na funcionalidade do Estado como resultado das estratégias de superação da sua instabilidade como o neoliberalismo[37], a globalização[38] e a terceira via[39]. O caso

[37] "O neoliberalismo advém do liberalismo econômico clássico e se originou nos Estados Unidos da América. Este pode ser entendido como uma ideologia política e econômica capitalista, que visa o mercado e o consumo, sustentando o argumento de não participação do Estado na economia" (SOUZA, 2018, p. 161)

[38] Trata-se de um processo à escala mundial, ou seja, transversal ao conjunto dos Estados-Nação que compõem o mundo. Se faz a partir da crescente interligação e interdependência entre Estados, nas relações econômicas, sociais, políticas, culturais. Facilitados pelos desenvolvimentos tecnológicos que permitem a comunicação entre pessoas e entre instituições e que facilitam a circulação de pessoas, bens e serviços (CAMPOS E CANAVEZES, 2007, p. 10).

brasileiro segue o de muitos outros ao colocar o Estado em crise ao invés do capitalismo, consequentemente surge a necessidade de reformulá-lo, diminuindo a sua atividade afim de superar a suposta crise. A contrarreforma do estado brasileiro foi categórica na formação do terceiro setor[40], pois foi mediante a tática de descentralização, privatização e focalização de políticas públicas que as corporações público-privadas se operacionalizaram como uma medida alternativa ao Estado (LÉLIS, 2007)

Assim como no neoliberalismo, os teóricos da terceira via apontam que a crise fiscal é provinda dos gastos públicos com as políticas sociais, por isso, o mercado, tido como mais eficiente e produtivo, pode auxiliar o Estado na superação desses problemas. Essas políticas podem ser realizadas também pela sociedade civil que as fazem de maneira fracionada, direcionada e filantrópica, exercida por cidadãos de boa vontade e não sendo alicerçadas sobre bases democráticas na maior parte do tempo (PERONI E CAETANO, 2012).

> Há uma refuncionalização no papel do Estado e na sua relação com a esfera privada, uma vez que o papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos). (PERONI, 2016, p. 14)

Com relação ao aumento da eficácia do Estado, isto se daria a partir da entrada de ferramentas da gestão privada em seu funcionamento já que nem todas as atividades do Estado podem ou devem ser transformadas em mercadoria, por isso, setores como educação, saúde e assistência passaram a ser geridas a partir de três táticas: a inserção de ferramentas competitivas na gestão pública (como a premiação por desempenho); a modificação de instituições estatais em uma categoria de instituição privada sem fins lucrativos (iniciando um âmbito "público não estatal" sustentado pelo Governo e administrada privadamente) e a última estaria relacionada a delegação para a camada

---

[39] Terceira Via se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das últimas duas ou três décadas. É uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o Neoliberalismo (GIDDENS, 2001, p. 36).

[40] O Terceiro Setor é a estratégia da Terceira Via para a execução das políticas sociais. A denominação "terceiro setor" foi construída a partir de um recorte da área social em três esferas: o Estado como "primeiro setor", o mercado como "segundo setor" e a sociedade civil como "terceiro setor". A parceria entre o público e o privado acaba sendo "a política" pública (PERONI ET AL., 2009, p.19-20).

privada “não lucrativa” da oferta de serviço estatal específica (normalmente sustentada também pelo Estado) (ADRIÃO, 2009).

Segundo Peroni e Caetano (2012), as mudanças na função do Estado modificaram os limites entre o público e o privado, especialmente através das parcerias do Estado com o terceiro setor e do quase-mercado[41]. Compreende-se que uma das maiores ações do terceiro setor é ser fornecedor de reestruturação do capital especificamente na agregação de transformações do Estado, como as reformas trabalhistas, a flexibilização do trabalho e a participação ínfima da população nos processos decisórios nacionais. O terceiro setor, mediante as instituições público-privadas, aumenta o poder empresarial na esfera pública, além de recolher do campo político e público os confrontos sociais modificando a sociedade civil e a incorporando a uma zona ideológica de efetuação de parcerias. Vale lembrar que quando ocorre a entrada deste setor no serviço público através das parcerias, a proposta de qualidade não é imparcial, são pontos de vista da sociedade em conflito. (LÉLIS, 2007).

No tocante às parcerias público-privadas foi fundamental, para a sua consolidação, a participação de instituições internacionais e governamentais que contribuíram para o estabelecimento do modelo hegemônico de sistematização da vida política e social que foi ainda mais significativa em países de baixo poder aquisitivo e influenciou diretamente a legitimação dessas parcerias (KAPLAN, 2017). Quanto a isso, Lamosa (2010) expõe que a presença das agências internacionais provocou significativas transformações políticas na América Latina fazendo com que a sociedade civil fosse apenas um espaço de consenso e cooperação, abandonando sua real característica de lugar de lutas e conflitos de classe. Essas parcerias surgiram como uma próspera ferramenta para suavizar os impactos negativos causados anteriormente pela privatização, portanto, facilitaram o enquadramento de diferentes interesses e finalidades (ROBERTSON e VERGER, 2012).

Ademais, em relação ao terceiro setor, pode-se dizer que por não haver uma distinção clara entre as medidas e finalidades das diferentes corporações sob esta denominação, ocorre uma enganosa impressão de unidade e de igualdade ligada a diversas entidades do lucro e da eficiência, o que os apartam como sociedades filantrópicas, solidárias e cooperativas (PIRES, 2015). O brado pela consolidação desse setor como uma das três esferas formadoras da sociedade humana, tem como intuito

[41] O quase-mercado é que direciona o setor público ao pressupor que o mercado é mais eficaz e produtivo que o Estado (PERONI E CAETANO, 2012, p.62).

espalhar o ideário da filantropia na população brasileira, fortificar a cidadania empresarial em conjunto com os empresários, além de gerar conhecimento e mão-de-obra específicas fundamentais a ele (LÉLIS, 2007).

Plácido (2012) afirma que, para a concepção neoliberal, a união do lucro e a idealização de seus pressupostos em um único processo, demonstra o veemente êxito funcional dos projetos de parceria, pois, além de contribuírem para a concordância entre os pensamentos e os costumes, potencializam a taxa de lucro. Nessa conjuntura, a Lei de Incentivos Fiscais embasa a formação dessas parcerias, pois permite que as empresas direcionem uma parte do seu capital para as atividades relacionadas à educação, arte e cultura com a finalidade de abater o imposto de renda. Essa ação transforma-se em uma ferramenta de *marketing* das empresas, resultando numa legitimação e produção de uma boa imagem para as mesmas.

A datar disso, a responsabilidade social e ecológica passou a integrar a estratégia política de diferentes corporações, podendo influenciar nos seguros das suas construções, no seu gerenciamento, em suas vendas e na sua relação com os consumidores (KAPLAN, 2017). Mesmo a responsabilidade social das empresas sendo vista como uma possível resolução para os assuntos sociais, ela prova mais uma vez a diminuição do papel do Estado, já que a esfera privada age no espaço público de uma maneira tecnicista, impondo decisões a partir das demandas do mercado capitalista. Logo, pode-se correlacionar as atividades de responsabilidade socioambiental das empresas com a aniquilação da crítica social (PLÁCIDO, 2012).

Essa nova conjuntura política e econômica tem grande influência nas políticas educacionais e na gestão escolar, isso porque há uma maior participação do terceiro setor nas escolas públicas via entrada de material apostilado produzido por ONG e Institutos, entrada de empresas via parceria com a escola a fim de auxiliar na construção e na gestão da mesma etc. Segundo Lélis (2007), a escola pode procurar parceiros por diversos motivos, como para o fornecimento de recursos necessários para a sua preservação, na modificação e preservação do espaço físico, na oferta de materiais e aparelhos, realização de eventos, patrocínios de cursos de capacitação de professores, além do auxílio na organização da função administrativa das redes educacionais envolvidas (ADRIÃO, 2009). Considera-se que a educação sofreu interferências do mercado, sendo o gerenciamento e o currículo escolar altamente marcados por uma perspectiva de qualidade, ferramenta inerente ao mercado e visando atender às necessidades da reestruturação produtiva. Vive-se um tempo de contradição na

educação com a entrada do privado na educação pública e com uma dualidade entre o conteúdo pertencente a proposta educacional e a incumbência social da escola (PERONI E CAETANO, 2012).

Kaplan (2017, p. 172-173) ressalta que:

> As reformas educacionais promovidas buscam reduzir custos, encargos e investimentos públicos, transferindo-os para a iniciativa privada (empresas, ONGs, fundações e afins), por meio das parcerias público-privadas. Nesse sentido, é a avaliação dos resultados (principal papel a ser exercido pelo Estado na área educacional, com a reforma iniciada nos anos 1990) que busca assegurar a eficiência e produtividade, condicionando-se ao desempenho o repasse de verbas.

Uma das consequências dessa ação é o afastamento dos ideais da gestão democrática e a primazia do sentindo empresarial nos sistemas de ensino, assim, o poder público permanece a custear a educação, mas é o ramo privado que dita a sua doutrina. A educação passa a ser impulsionada por interesses particulares, os indivíduos acabam não integrando o comando dos bens gerados em grupo, entre eles, o próprio conhecimento. Como resultado têm-se: a ampliação da competição entre os alunos; a bonificação pela performance; o destaque aos resultados e a redução da autonomia dos professores; diminuição da atuação da sociedade nos complexos educacionais decorrente da alteração paulatina do direito à educação em um bem de consumo provocando uma ausência do direito obtido pelos cidadãos (PIRES, 2015).

Considera-se que a entrada da terceira via foi uma das condicionantes que modificaram a concepção de parceria público-privada no âmbito educacional, por isso, termina-se esse capítulo e especificamente esse subitem, dizendo que é fundamental entender a educação como uma política social genuinamente de caráter público, o que representa dizer que ela deve estar enlaçada em desenvolver políticas sociais públicas que assegurem acesso, qualidade e continuidade dos estudantes nas escolas (PIRES, 2015). É preciso pensar a educação excedendo a perspectiva da disseminação do conteúdo de maneira a construir efetivamente a consciência onde esse indivíduo saiba compreender a realidade a qual está inserido, identificando-se como indivíduo histórico e sabedor da viabilidade de outras maneiras de hierarquização social (LÉLIS, 2007).

Foi preciso mostrar a influência dos organismos internacionais nas políticas públicas educacionais em favor de um empresariado que se volta constantemente ao interesse de preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho e também na construção de uma imagem positiva por parte dessas empresas (caso de muitas ONG e Institutos). Eles estão fazendo cada vez mais parte do sistema educacional público brasileiro, subsidiados pela política da parceria público-privada. Foi a partir disso que o Colégio

Estadual Erich Walter Heine se formou e é nessa lógica que ele permanece educando sujeitos.

A EA aparece como uma via que pode servir para legitimar parcerias público-privadas e contribuir com a manutenção do sistema ou servir como uma ferramenta para propor um novo modelo de sociedade a ser pensado e construído coletivamente.

3. A TEORIA SE MATERIALIZOU NO COLÉGIO ESTADUAL ERICH WALTER HEINE?

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.
Conceição Evaristo

O Colégio Estadual Erich Walter Heine é considerado a primeira escola sustentável da América Latina[42], ele foi construído a partir de alta tecnologia e de ecoténicas e quanto a isso Menezes (2015), destaca que nesta escola é dada uma importância maior nas ecotécnicas o que é interpretado como relevante e moderno.

Abordando especificamente a sua construção, esse colégio conta com: ecotelhado (revestido de grama); sistema de utilização da água da chuva; ecopiso cobrindo o terreno; refrigeração de alta eficácia energética (com ferramentas que consomem 40% menos); sensores de presença nas salas de aula que apagam a luz quando não há mais ninguém e os aparelhos de ar condicionado que também contam com um sistema inteligente que desliga após 20 minutos se não houver ninguém; lâmpadas *led*; sistema de aproveitamento de energia (captação de luz solar e ventos); coleta de lixo para reciclagem; sistema acústico; acessibilidade para cadeirantes; plantio de espécies nativas da região etc. (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2015). Essas especificidades em sua construção fizeram com que o colégio recebesse o certificado *LEED (Leadership in Energy and Environmental Design*) que tem por objetivo premiar as construções voltadas para a sustentabilidade. A escola foi a primeira na América Latina a ganhar esta certificação, os outros países que também a possuem são: EUA com cento e dezoito, Noruega com uma e Bali também com uma.

[42] C. E. Erich Walter Heine é a primeira escola sustentável da América Latina. Reportagem de 06/08/2013, disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1704998 e acessada em janeiro de 2019.

A empresa TyssenKrupp (TKCSA) investiu cerca de 11 milhões de reais para que essa construção se tornasse real, além disso ela também contratou uma consultoria pedagógica para estruturar o conteúdo próprio para a escola e o treinamento dos professores que, como trabalhavam em regime de dedicação exclusiva, recebiam um bônus por meio de gratificação garantido pela empresa, somado a isso a empresa ainda oferecia um curso de Educação Ambiental (EA) para os professores (SENNA, 2013).

Coube a SEEDUC ofertar o que habitualmente fornece para as demais escolas da rede estadual de ensino, como: mobiliário; laboratório de informática e ciências; equipamentos e utensílios de cozinha; professores; direção e pessoal administrativo. Os professores trabalhavam em regime de dedicação exclusiva e recebiam uma bonificação (como já foi mencionado anteriormente, esse bônus não existe mais devido as crises financeiras do Estado do Rio de Janeiro). Para trabalhar nesse colégio era preciso fazer uma prova de mobilidade interna. Vale destacar ainda que a escola foi construída em um terreno cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Quanto as certificações no ano de 2018, a escola recebeu mais uma do Programa de Escolas Associadas (PEA)[43] da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), essa iniciativa está presente em 130 países e tem por finalidade criar uma rede internacional de escolas que trabalhem pela cultura da paz (SEEDUC, 2018). E falando ainda sobre a UNESCO e o desenvolvimento de atividades relacionadas a ela, em 2002 a Assembleia Geral das Nações Unidas aderiu a uma resolução firmando a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, essa resolução estabelecia um período de dez anos, entre os anos de 2005 a 2014 e determinava a UNESCO como a agência líder para alcançar tal meta. A finalidade principal da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) é conceder poder aos cidadãos para atuar por modificações sociais e ambientais positivas, provocando uma ação participativa (UNESCO, 2009). No ano de 2017, esse colégio desenvolveu um projeto sobre mudanças climáticas baseado nessa resolução.

Retomando as características físicas e de funcionamento da escola, ela possui o Ensino Médio Integrado (EMI) com o curso técnico em Administração oferecendo em torno de 500 vagas com funcionamento em período integral das 7h às 17h, a carga horária está dividida entre as disciplinas do núcleo comum do Ensino Médio e 14 tempos semanais de aulas técnicas, os alunos ficam na escola em torno de 10 horas

[43] C. E. Erich Walter Heine é certificado pela Unesco. Reportagem de 25/01/2018, disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=5444535 e acessada em janeiro de 2019.

diárias, ela conta ainda com 43 professores que em sua maioria lecionam na disciplina na qual são formandos, apresenta bons resultados em avaliações como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) onde conseguiu a nota de 5,6 em 2017 (BRASIL). Por ser uma escola que possui o Ensino Profissionalizante, ela conta com uma empresa júnior no intuito de simular um ambiente empresarial e treinar os alunos para o mercado de trabalho, além disso visa promover iniciativas de projetos de *marketing*, consumo "verde" etc. (LAMOSA E KAPLAN, 2015).

Tanto os alunos quanto os professores são incentivados a participarem de concursos[44], o que muitas vezes acaba contribuindo para o ganho de premiações em dinheiro. Quanto a forma de seleção, até o ano de 2011 era feita a partir de uma prova de seleção e desde o ano de 2016 é realizada mediante a inscrição através do site da SEEDUC e a seleção é feita levando em consideração a proximidade da residência do estudante com a escola e a idade do mesmo, não há mais prova (SEEDUC). Essa mudança ocorreu, pois estava-se associando o bom desempenho escolar com essa primeira seleção que ocorria através das provas.

Em 2017, o professor de Educação Física era o encarregado de cuidar do telhado verde e ele ficava responsável por montar uma equipe de alunos para cuidar juntamente com ele do telhado de maneira a inserir a maior quantidade de estudantes nessa atividade. A horta que é realizada por um profissional enviado pela Ternium que diz quais são as melhores espécies para plantio e como cuidar, oferecendo também os insumos necessários para tal atividade, depois disso um professor fica responsável pela manutenção juntamente com os alunos. As folhagens colhidas são utilizadas na cozinha da escola e quando há excedente são distribuídas para a comunidade do entorno do colégio. Por dentro a escola é pintada de diferentes cores e possui em sua área comum, as lixeiras coloridas para reciclagem e as lixeiras para recolhimento de pilhas e baterias. Além disso, conta com as imagens tanto da SEEDUC quanto do parceiro privado, na foto está a TKCSA mas atualmente já se encontra a da Ternium (considera-se que é a

[44] O Colégio Estadual Erich Walter Heine foi premiado pelo Conselho Internacional de Sustentabilidade por suas atividades ecológicas. Reportagem de 29/11/2013, disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/parceiro-rj/noticia/2013/11/escola-sustentavel-do-rj-ganha-premio-de-conselho-internacional112.html. Acessada em janeiro de 2019.
O professor André Gonçalves de Oliveira, do Colégio Estadual Erich Walter Heine, em Santa Cruz, Zona Oeste, ficou com o 2º lugar na categoria Ensino Médio. O projeto dele consiste no lançamento de foguetes como uma proposta interdisciplinar para aprendizagem de Física, buscando a compreensão dos modelos de cidades sustentáveis. Reportagem de 15/12/2017, disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=4967574. Acessada em janeiro de 2019.

incorporação da empresa visualmente na escola, para além de tudo que ela já faz). Por fim, os estudantes escolhem um aluno representante que deve cuidar do colégio e fiscalizar a atitude dos outros colegas para que a escola possa se manter limpa e organizada.

Abaixo seguem algumas imagens (Figuras 3.1/3.2/3.4/3.5) retiradas da internet para a melhor visualização do interior da escola, isso é importante, pois demonstra as atividades nas quais os alunos estão constantemente inseridos e também no que eles observam diariamente.

Figura 3.1: Telhado Verde
Fonte: Inovações em Educação

Figura 3.2: Laboratório de Ciências
Fonte: Inovações em Educação

Figura 3.4: Área Comum da Escola
Fonte: Inovações em Educação

Figura 3.5: Área Comum da Escola
Fonte: Inovações em Educação

Cabe aqui apontar algumas contradições presentes na escola e também responder a pergunta feita no início desse capítulo. Abordando a inserção da empresa em um espaço escolar público, pode-se dizer que uma das consequências é a retirada da responsabilidade da SEEDUC, à medida que os aparatos estruturais são fornecidos pela empresa. Ao entrar por essa via a empresa acaba conseguindo ingressar também nas questões pedagógicas através da oferta de cursos e indicação de material didático, como consequência tem-se o distanciamento da gestão democrática de ensino. Por um lado, a escola se torna parte da empresa que a divulga com grande orgulho e a permite construir

uma imagem positiva, por outro a escola vira empresa já que as suas atividades são pautadas em simular um ambiente empresarial, haja vista ter um aluno específico para fiscalizar os outros e também uma empresa júnior. É possível considerar a importância dos aparatos visuais já que eles são incorporados facilmente pela mente humana, facilitando a aprendizagem, por isso, ao visualizar diariamente a imagem da empresa, os alunos acabam absorvendo as concepções e diretrizes dela, perdendo a possibilidade da crítica, e nesse caso específico, o questionamento se faz fundamental já que essa empresa é altamente poluidora e impacta significativamente a vida da população do bairro de Santa Cruz.

Outra contradição diz respeito as avaliações e aos professores que ao receberem bonificação por conquistar bons desempenhos avaliativos, veem a sua autonomia ser minimizada além de criar um ambiente de competitividade, muito mais focado nos resultados do que no processo de ensino-aprendizagem. Simulando mais uma vez o ambiente empresarial que é mais focado no lucro do que no processo. Tornando a educação um bem de consumo a ser consumido por poucos. Retoma-se as autoras Peroni e Caetano (2012) quando elas abordam que atualmente, experimenta-se um tempo de contradição na educação com a entrada do privado na educação pública e com uma dualidade entre o conteúdo pertencente a proposta educacional e a incumbência social da escola.

A contradição em relação aos aspectos ambientais é ainda maior, visto que essa escola recebe premiações e certificações internacionais e nacionais pela sua construção ecologicamente correta e pelas atividades desenvolvidas visando a sustentabilidade, mas age com medidas pontuais que se esgotam em si mesma, somado a isso tem-se que a empresa parceira que auxiliou na construção desse colégio sustentável destruiu alguns hectares de mata nativa, poluiu a água e o ar com os resíduos da sua atividade, impossibilitou e mudou a lógica de vida dos pescadores artesanais que viviam naquela região há tempos, entre outras medidas, tudo isso foi feito para possibilitar a construção da sua base logística e de produção.

Conclui-se que a figura do Estado representado pela SEEDUC se isenta das suas responsabilidades e as passa para o setor privado. A empresa por sua vez consegue instalar um ambiente muito próximo da sua realidade e atingir tanto os alunos quanto os professores através de benefícios (como a bonificação). Essa conjuntura é naturalizada e incorporada à lógica escolar. Há ainda um incentivo para a realização de diversos cursos ofertados por empresas privadas.

Aqui cabe retomar França (2016) quando a autora aborda que a educação passa a ser dividida pelos empresários que projetam vender educação e os que necessitam comprar trabalhadores devidamente formados. De outro lado, a sociedade capitalista é impulsionada a responder às demandas de massas crescentes de trabalhadores que almejam (e lutam) por inúmeras possibilidades provindas da educação (mesmo que dúbio).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE LOCAL ONDE SE ENCONTRA O COLÉGIO ESTADUAL ERICH WALTER HEINE

O bairro de Santa Cruz, caracterizado como um bairro de grande extensão, contando com cerca de 126,85 km² representando um pouco mais de 10% do território da cidade do Rio de Janeiro, possui uma população de aproximadamente 217.333 habitantes, tem como bairros limítrofes Paciência, Guaratiba, Sepetiba, Itaguaí e Seropédica. Os moradores desse bairro são de classe média, médio-baixa e baixa, dentre eles destacam-se os pescadores artesanais de Sepetiba (BEZERRA, 2012). É um dos bairros que mais carecem de serviços públicos de qualidade. O Índice de Desenvolvimento Social (IDS)[45] em 2010 foi de 0,527.

Até 1960 o bairro era estritamente rural com produção de hortifrutigranjeiros para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, sendo conhecido como cinturão agrícola, porém com a construção e melhoria das estradas – Rio/Santos e Avenida Brasil – o bairro começou a ganhar novas características, tornando-se mais industrial e aumentando consideravelmente a sua população (MARAFON e RIBEIRO, 2017, p. 169).

Segundo Lamosa e Kaplan (2015), a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, principalmente a região da Baía de Sepetiba perto do bairro de Santa Cruz, é reconhecidamente caracterizada pela inserção de grandes complexos industriais[46], extremamente poluidores e pela transgressão dos direitos sociais, ambientais,

[45] O IDS foi inspirado no conhecido Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pela ONU (PNUD). Sua finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de uma determinada área geográfica em comparação com outras de mesma natureza, utiliza como parâmetros: acesso ao saneamento básico, qualidade habitacional grau de escolaridade, disponibilidade de renda. Quanto mais próximo do 1 melhor é a situação da localidade e quanto mais próximo do 0 pior é a situação (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

[46] Vale Sul Alumínio S.A., White Martins, Grupo Gerdau, Companhia Siderúrgica da Guanabara, etc. (BEZERRA, 2012)

econômicos e culturais sendo considerada como uma "zona de sacrifício[47]", delimitada pela presença de comunidades de baixo poder aquisitivo com mínima infraestrutura onde se consolidam as fábricas poluidoras. A região é uma das mais pobres e carentes de serviços públicos da cidade, contudo tem sido vista como área de ampliação econômica por diferentes grupos empresariais, desde do setor industrial até o de serviços contando com atividades nas áreas de: construção civil, petroquímica, portuária etc (PACS, 2013). Essa é uma área de "fronteira metropolitana", ou seja, toda essa localidade está se transformando a partir de um processo intenso de urbanização que se qualifica pelo aumento da metrópole em função das suas atividades econômicas e ao contingente populacional (PACS, 2017).

Acrescenta-se a isso que a Baía de Sepetiba é uma localidade muito diversa sob o prisma ambiental e socioeconômico. Com relação ao meio ambiente, destacam-se as restingas de Marambaia e os manguezais, além dos inúmeros rios que cortam essa localidade (PLÁCIDO, 2012).

Segundo Lamosa e Kaplan (2015), as vertentes industriais relacionadas à confecção de *commodities*[48], como no caso da siderurgia, não necessitam, em sua maioria, de trabalhadores com alto nível tecnológico e qualificação profissional, isso resulta quase sempre em empregos com baixo salário. O aumento das atividades industriais na zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro retrata um movimento das partes poucos desenvolvidos das cadeias produtivas de grandes empresas multinacionais em direção aos países de periferia da economia mundial. O que tem aumentado consideravelmente o número de conflitos socioambientais (PACS, 2013).

Para compensar os danos causados pelas suas atividades, a TKCSA teve que se sujeitar à medida compensatória proposta por lei, por isso, ficou estabelecido que ela reformaria o escritório-sede da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

---

[47] Zona de sacrifício, essa expressão é cunhada para designar localidades em que se observa a concentração de empreendimentos e instalações perigosas, responsáveis por danos e riscos ambientais, que, via de regra, são áreas onde o valor da terra é relativamente baixo e as pessoas estão em condições de vulnerabilidade social (baixa escolaridade e renda, pouquíssima ou nenhuma representatividade nos processos decisórios, articulação de moradores efêmera ou inexistente). No caso do Rio de Janeiro as zonas de sacrifício são marcadas pelo racismo ambiental, pois o fator raça está diretamente relacionado às populações mais vulneráveis, havendo portanto uma imposição desproporcional de rejeitos perigosos aos corpos negros (DAMAS, 2017, p.1)

[48] O termo "commodities" serve para designar bens em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grande quantidade e por diferentes produtores. Basicamente, commodities equivalem a produtos padronizados, cujo preço não é definido pelo produtor, o que faz com que sua estrutura de produção possa ser razoavelmente aproximada a partir de um mercado competitivo (em concorrência perfeita). A princípio, engloba os produtos intensivos em recursos naturais, padronizados e com tecnologia de produção amplamente conhecida, sendo o termo geralmente associado a bens negociados em Bolsa de Mercadorias (MAGALHÃES, 2011, p. 1)

(Feema, atual INEA[49]), negociaria com o governo do Estado do Rio de Janeiro a instalação de uma unidade de pronto atendimento no bairro de Santa Cruz, compraria ferramentas e veículos para os bombeiros e para as autoridades portuárias de Itacuruça (PACS, 2017). Além, é claro, da construção da escola sustentável e da construção de um Centro de Formação Profissional no município de Itaguaí em parceria com o SENAI/RJ que oferta cursos nas áreas de processos industriais, administração, comércio e serviços (ROCHA, 2017).

3.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CHEGADA E DA FIXAÇÃO DA EMPRESA THYSSENKRUPP/TERNIUM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A relação entre Brasil e Alemanha é antiga e se iniciou com a venda de armas. O grupo Krupp foi o responsável por enviar as armas bélicas que foram utilizadas pelo imperador Dom Pedro II e seu exército na Guerra com o Paraguai. A Friedrich Krupp LTDA começou as suas atividades em 1811 como uma indústria de fundição e em 1999 ela se fundiu com a Thyssen S.A. formando a ThyssenKrupp, maior siderúrgica europeia. Esse conglomerado industrial atua nos setores da metalurgia, siderurgia, setor extrativista mineral e produção de automóveis e o Brasil é um dos principais fornecedores de matéria-prima (minérios de ferro) para esse país (ROCHA, 2017). Essa relação passou a ser ainda mais significativa com a cooperação entre essa empresa e a Vale do Rio Doce.

Vale aqui fazer um breve panorama do modelo econômico brasileiro que justifica essa relação com a Alemanha e com outros países mais desenvolvidos. O Brasil tem características agrícolas desde a chegada dos portugueses, servindo de colônia exportadora de matéria-prima. Apesar da sua independência e de passar por um período urbano/industrial entre as décadas de 1930 e 1950 (esse período pode ser entendido como um tempo onde as bases econômicas e políticas foram alicerçadas para possibilitar o desenvolvimento do urbano/industrial, o Brasil viveu um momento de abertura econômica com a atuação de empresas multinacionais em seu território e organismos internacionais) (PLÁCIDO, 2012), porém nosso país continuou a ter como característica básica ser um país agroexportador.

Senna (2013) contribui ao abordar sobre essa tentativa de mudança do paradigma econômico, o desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido entre as décadas

[49] INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

de 1950 e 1960 se deu em decorrência da política industrial desenvolvimentista[50] adotada pelo governo brasileiro com forte atuação do mesmo que tinha por finalidade fomentar as indústrias de base e aumentar o seu parque industrial. Acrescentando-se a isso, no período entre os anos de 1945 e 1961 houve a solidificação do modelo nacional-desenvolvimentista com a intensa ajuda das teorias provindas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) para o conjunto dos países latino-americanos (KAPLAN, 2017). Mesmo com essa tentativa de se tornar um país mais urbano/industrial, o Brasil continuou tendo como seus produtos mais significativos, em questões econômicas, as *commodities*.

Segundo Plácido (2017) o Brasil a partir da década de 1970 vivenciou uma industrialização de base, altamente impactante que foi fruto da rejeição dessas indústrias em países centrais. Houve então, a exportação dessas indústrias altamente poluentes para os países da América Latina, a fim de promover um desenvolvimento econômico mais veloz. Foi nessa conjuntura que empresas (incluindo a TKCSA) ganharam espaço no cenário nacional. Unindo a chegada dessas empresas com a sua característica principal, o Brasil passou a ser um dos maiores fornecedores de matéria-prima para os outros países desenvolvidos.

Apesar do seu período de industrialização e modernização, o Brasil permaneceu como um país majoritariamente agroexportador (produtos agrícolas, minerais e metálicos), utilizando exaustivamente os elementos naturais e a força de trabalho barata. Esse padrão brasileiro pode ser entendido como essencialmente concentrador, excludente e de elevado impacto ambiental (PLÁCIDO, 2012). Acselrad (2010) acrescenta que a permanência do modelo agrário exportador, filiado aos grandes projetos de infraestrutura com destaque para o crescimento econômico a qualquer custo, com intenção à inserção no mercado global, culminou no acirramento das disputas ambientais. No mais, os ganhos ambientais passaram a ser vistos como barreira ao crescimento econômico. Para Rocha (2017) o paradigma hegemônico no qual o Brasil está colocado é de um país semiperiférico, cuja ação enfatiza-se pela lógica extrativista e exportadora de *commodities*.

A TKCSA se instalou no Brasil e se uniu a Vale do Rio Doce na intenção de estabelecer um conglomerado industrial-siderúrgico-portuário denominado Companhia

[50] "A era desenvolvimentista (1930-1979) resultou em significativas mudanças estruturais no país, sendo a mais destacada a formação de uma economia industrial moderna" (KAPLAN, 2017, p.102).

Siderúrgica do Atlântico onde a ThyssenKurpp detinha 73% das ações e a Vale do Rio Doce/Companhia Siderúrgica do Atlântico 27% (PACS).

É importante destacar a origem das empresas a fim de entender com mais clareza seus projetos de desenvolvimento econômico, além de mostrar que a maior parte do lucro obtido por elas é direcionada para a sede, restando às localidades as quais recebem essas indústrias os danos e uma parcela pequena dos benefícios[51]. Somado a isso, é essencial destacar os programas de responsabilidade social que essas empresas desenvolvem e que estão em sua maioria relacionados com as questões ambientais e educacionais (isso é ainda mais significativo no caso da Ternium já que em todos os países onde se encontra ela desenvolve projetos educacionais com cursos profissionalizantes).

A intensão era fazer da TKCSA a maior da América Latina com a capacidade de produção na marca de 10 milhões de toneladas de placas de aço semielaboradas para a exportação, esse complexo siderúrgico teve o apoio (financiamento e isenções fiscais) dos governos municipal, estadual e federal e foi construído em uma localidade onde viviam setenta e cinco famílias que faziam parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A TKCSA escolheu esta localidade por conta das isenções fiscais; pela sua proximidade com o porto de Sepetiba que facilitaria as suas exportações de longotes de aço; pela flexibilidade das leis trabalhistas e ambientais, segundo a PACS (2013).

Essa empresa é acusada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro de ter trabalho análogo ao escravo, fazer doação de propina aos governantes da época, estar associada aos grupos de milicianos do bairro de Santa Cruz, além de inúmeros casos de descumprimento da legislação ambiental, com a supressão de vegetação nativa, manguezais e rios e com a retirada da população pesqueira. Essa companhia estava sendo denunciada por diferentes entidades e instituições por conta dos grandes impactos ambientais, sociais e para a saúde da população do bairro de Santa Cruz e redondeza (KAPLAN, 2011), os estudos feitos por pesquisadores demonstram que a população e o meio ambiente deste território têm sofrido com o aumento das emissões de CO^2, com a geração de benzeno(a)pireno (um composto aromático altamente cancerígeno, a exposição crônica a essa substância provoca toxidade para o sangue que acarreta

[51] Sob o capitalismo, haverá sempre, relações espaciais de dominação/exploração, tirando dos lugares e, mais, tirando do lugar o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 68).

anemia, leucopenia e trombocitopenia), com a poluição atmosférica com fuligens de grafite (denominada chuva de prata), partículas de limalha de ferro, pó de calcário e outros minerais que estão nestes particulados, somado a isso o gusa é colocado em covas abertas, consequentemente a população local sente os efeitos de todos esses poluentes retratando doenças de pele, intensas irritações e alergias nos olhos e no sistema respiratório (LAMOSA e KAPLAN, 2015).

De acordo com PACS (2013), a TKCSA foi favorecida com crédito de R$ 1,48 bilhão pelo BNDES; cinco anos depois, foi investimento mais dinheiro, totalizando R$ 2,4 bilhões; além de isenções de tributos estaduais e municipais pelo prazo de 12 anos, ela contou ainda com as bênçãos dos governos federal, estadual e municipal, no valor de pelo menos R$ 38 bilhões[52], destinados à construção de rodovias, terminais portuários, siderurgias e centros de distribuição da produção. Segundo os autores, os projetos contemplavam a ampliação do Porto de Itaguaí (antigo Porto de Sepetiba); a construção da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA); a construção de um terminal conjunto entre as empresas Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Gerdau e Petrobras, o Porto Sudeste; e um estaleiro de posse da Marinha do Brasil.

Como apontado anteriormente a TKCSA é uma empresa de origem alemã mas que tem grandes negócios e parcerias em todo o mundo, inclusive com o Brasil, isso pode ser justificado pela ação do neoliberalismo já que o propósito dele é fazer com que as corporações exerçam o seu poderio em todo o planeta através das indústrias transnacionais, que procuram novos lugares para explorar os recursos naturais com o intuito de aumentar o seu domínio e as suas vendas. De acordo com Rocha (2017) a utilização de um recurso abrange relações muito mais complexas daquelas realizadas em uma análise superficial, a transformação de um bem, antes de uso comum e partilhado pela sociedade em valor de troca demanda extrapolar o primeiro olhar, pois a forma com que as trocas acontecem e os frutos dos escambos podem servir de pistas para entender a natureza dos processos de apropriação e dominação.

As localidades procuradas por essas empresas possuem algumas características básicas como abundância de recursos naturais para a produção de suas mercadorias, isenções fiscais, mão-de-obra em grande quantidade etc. A partir disso, as empresas se fixam em áreas distantes da sua matriz trazendo benefícios e prejuízos que devem ser incorporados pela população local, tais empresas deixam um rastro de prejuízos

[52] Valor equivalente a U$ 11 bilhões e 530 milhões (de acordo com o fechamento de 08/07/2016). (PACS, 2017)

socioambientais como poluição das terras e das águas principalmente, mas vale mencionar que eles se estendem para as esferas econômicas e sociais, afetando intensamente as populações locais (SILVA, 2013).

Uma das justificativas para a instalação desses empreendimentos é a oferta de empregos tanto na época de sua construção quanto em seu funcionamento. No caso específico da TKCSA, ela prometeu um aumento de cerca de 35% do número de empregos nessa região (BEZERRA, 2012). Os benefícios podem ser vistos através dos empregos gerados que acabam por fazer com que a população aceite de uma forma mais positiva a instalação dessas empresas, mesmo essa geração de emprego sendo menor do que o divulgado.

Mascarando seus danos e demonstrando os seus benefícios, essas empresas se instalam e utilizam de medidas compensatórias para dizer que estão cumprindo as suas responsabilidades socioambientais. Para Acserald (2009) as empresas sabendo das mazelas que causam à população, elaboram uma política de conquista da simpatia das comunidades adjacentes aos seus empreendimentos no intuito de escapar das mobilizações que refutam as suas bases de funcionamento. Aspiram a construir em localidades de residência de baixo poder aquisitivo, isento de serviços públicos primordiais, onde conseguem a partir do vazio do poder público turvar a visão questionadora dos moradores instalando postos de saúde, escolas, entre outros.

E nessa conjuntura de instalação da empresa, domínio e exploração do território, ela vai criando mazelas, incorporadas pela população. Dessa maneira, pode-se dizer que o capital cria contradições em todas as esferas da vida humana que não podem ser solucionadas em seu próprio interior. Esses problemas alcançam graus preocupantes, mas não convém ao capital solucioná-los e sim minimizá-los já que são contratempos para o próprio sistema (e colocam em risco, inclusive, a existência da humanidade) (FRERES, RABELO E SEGUNDO, 2015). E essa minimização ocorre através da criação de empregos, postos de saúde, escolas etc.

Com relação a esse outro benefício que essas empresas dizem fazer como atuação e construção de postos de saúde e escola, Ramos (2016), aponta que os empresários do setor produtivo/industrial/agronegócio/comercial entendem a educação como um produto fundamental para incrementar a produção de outras mercadorias. Assim, há a intenção de assegurar o acesso à educação para adicionar ao estoque de mão-de-obra sobressalente e o Estado, nessa ótica, possui papel fundamental ao colaborar com o mínimo de conhecimento ofertado à classe trabalhadora.

Dessa forma, esse complexo industrial altamente poluente entra no âmbito educacional a fim de compensar os danos causados por ele em outras localidades, nos próprios indivíduos moradores das adjacências do empreendimento etc., mas para o capital não importa o dano que ele está provocando muito menos a sua reparação, se for possível fazer atitudes paliativas que custem menos e proporcionam maiores lucros[53], assim será feito. Logo, mesmo colocando a vida humana em perigo, o capital não se preocupa com isso, pois faz desse contratempo um meio de ganhar mais dinheiro e/ou de criar uma imagem positiva para si.

Atualmente, a escola conta com um novo parceiro, a Ternium, isso porque a TKCSA foi vendida para o grupo siderúrgico Techint. E é, por isso, que alguns apontamentos sobre tal companhia e sua relação com os quesitos socioambientais são fundamentais. A "Compagnia Tecnica Internazionale" que passou a ser denominada Technit foi fundada em 1945 por Agostino Rocca, engenheiro, administrador e empresário que fundou tal empresa com caráter internacional e passou a desenvolver a indústria italiana de aço nos de 1930. A empresa começou a atuar tanto na Europa quanto na América Latina e atualmente se divide em outros grupos sendo eles: Tenaris, Ternium, Techint, Tenova, Tepetrol e Humanitas (TECHINT). A Ternium, uma das maiores produtoras de aço da América Latina, atua no México, Argentina, Colômbia e Guatemala, fatura mais de 700 milhões de dólares por ano. Essa empresa foi fundada em 1961 pelo empresário argentino Paolo Rocca e em 2005 passou por um processo de fusão com a argentina Siderar, a venezuelana Sidor e a mexicana Hylsa. De acordo com o PACS (2009), essa empresa vem acumulando inúmeros casos de conflitos socioambientais, cabe considerar que a Ternium é sócia da Usiminas ao lado da Nippon Steel.

Em sua página na internet essa empresa ressalta seus feitos a partir da sua responsabilidade socioambiental, demonstrando suas atividades em cada país que está presente e o setor educacional é o setor-chave da sua responsabilidade socioambiental. Na Argentina atuou com programas intitulados "empreendendo para o futuro" e "encontros de adolescentes" destinados aos filhos de funcionários que desenvolviam projetos socioambientais, desenvolveu juntamente com a UNESCO o programa "escolas do bicentenário" a fim de melhorar a educação pública primária, desenvolveu e auxiliou o programa Gen Técnico que é o fortalecimento das escolas técnicas e onde

[53] Vide o caso da Vale em Mariana e Brumadinho, duas situações que poderiam ter sido evitadas se houvesse realmente preocupação e investimentos na segurança e na prevenção de acidentes.

atuam através da parceria entre três agentes: a empresa, o governo e as escolas técnicas de San Nicolás, Ramallo, Berisso e Ensenada, tendo capacitado quase 800 alunos por ano (TERNIUM).

Consta em seu site que:

> Através de Gen Técnico, Ternium impulsa a formação de técnicos com alta capacitação e favorece a inserção no mercado de trabalho dos jovens das comunidades onde opera. Assim busca-se reduzir as brechas que existem entre a formação acadêmica e o perfil requerido pelo mercado de trabalho industrial (TERNIUM, tradução nossa).

Em relação ao México, foi responsável pelo desenvolvimento e manutenção da escola técnica Roberto Rocca na qual forma técnicos em mecatrônica e eletromecânica. Já na Colômbia, o estímulo educacional veio por meio de um programa de bolsas que visa atender os filhos dos trabalhadores da própria empresa. Na América Central é responsável pelo programa de Bolsas Roberto Rocca que tem por objetivo o apoio a estudantes de Licenciatura de diferentes cursos como engenharia mecânica, química, elétrica etc (TERNIUM).

Aqui no Brasil, assumiu a responsabilidade deixada pela TKCSA e continuou com os projetos no Colégio Estadual Erich Walter Heine, além disso, assinou em 2018 um acordo com a SEEDUC, o prêmio Reconhecimento Ternium de Educação [54]que prevê a bonificação de 60 alunos do ensino médio de dez escolas públicas estaduais localizadas no bairro de Santa Cruz no valor de 2,500 reais.

Adicionando mais uma contradição a outras tantas já vistas no decorrer desse trabalho, a Ternium foi indicada ao Prêmio Faz Diferença [55](no ano de 2018 em sua 16 edição) que é realizado pelo jornal O Globo em parceria com a Firjan e tem por objetivo reconhecer e premiar o trabalho, a dedicação e o talento de brasileiros que serviram de inspiração para o país. A Ternium foi selecionada pela Firjan na categoria Desenvolvimento do Rio que reconhece as entidades que mais se esforçaram em cumprir a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)

> Com tecnologia de ponta, a Ternium opera em Santa Cruz, Zona Oeste da cidade do Rio, região que concentra a segunda maior população de jovens fora da escola e sem trabalho. A empresa acredita que indústria e comunidade devem crescer juntas e entende que o desenvolvimento sustentável é um

---

[54] Escolas Estaduais vão ganhar prêmios. Reportagem de 12/11/2018, disponível em: http://rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo;jsessionid=8872F521372E96E667AE992BB028F67B.lportal2?p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_struts_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%2Fview&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_groupId=103138&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_articleId=9189487&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_viewMode=print e acessada em janeiro de 2019.

[55] Votação do Prêmio Faz a Diferença. Reportagem de 26/12/18, disponível em: https://www.firjan.com.br/noticias-1/votacao-do-premio-faz-diferenca-acontece-ate-27-de-janeiro.htm

> valor fundamental do negócio. Desse modo, a Ternium mantém um programa de desenvolvimento territorial com foco em educação, esportes e cultura. Cada projeto é desenvolvido com um parceiro e deve necessariamente envolver as pessoas da região. Os projetos sociais beneficiam mais de 6.500 diretamente e mais de 25 mil indiretamente.
> Entre as iniciativas, estão o Reforço Escolar, o Educarte e o Voluntários em Ação. Este último reuniu mais de 350 pessoas para reformar os três andares da Escola Municipal Japão, além da instalação de uma sala de informática com computadores e cabeamento doados pela companhia.
> As três iniciativas estão em conformidade com os ODSs 3, 4, 10 e 17. A Ternium promove ainda Educação de Jovens e Adultos (EJA) e patrocina o Justiça Restaurativa, capacitando as pessoas na promoção da paz. Organiza ainda a Jornada da Educação, reunindo mais de 200 diretores e professores das escolas da região para troca de experiências. Essas ações têm aderência aos ODSs 3, 4, 10, 16 e 17 (FIRJAN, 2018. Notícia de 26/12/2018 e acessada em janeiro de 2019).

Muitos são os pontos de incoerência nessa reportagem, mas, destaca-se que essa reportagem foi elaborada para demonstrar uma imagem positiva da empresa através da sua atuação na responsabilidade social, que por vezes auxilia na diminuição dos conflitos e no silêncio do povo, ao colocar em foco os benefícios e ao minimizar (ou nem mostrar) os danos causados pela indústria. Aponta-se: a relação da indústria com a comunidade em uma visão de isenção de conflitos, onde ambos os sujeitos se ajudam e contribuem para o crescimento um do outro, o que é uma falácia haja vista os inúmeros casos de conflitos (com os pescadores artesanais do bairro, a contaminação dos moradores por conta da fuligem etc.), entre a empresa e a população local; o desenvolvimento sustentável aparece como fundamental para o negócio, demonstrando que a sustentabilidade é usada para impulsionar as vendas; as ações envolvem a comunidade em atividades paliativas que não tem em nada relação com as comunidades afetadas diretamente por eles como o caso dos trabalhadores do MST que plantavam arroz na área onde o complexo industrial foi montado e a comunidade de pescadores artesanais que teve o seu trabalhado suprimido pelas modificações no ecossistema também causadas pela instalação do complexo industrial; todas as atividades desenvolvidas pela empresa estão em conformidade com os ODS mas não estão em conformidade com a realidade local.

Logo, a ideologia capitalista consegue adequar-se e delinear-se as situações, consequentemente entram em cena ferramentas de apaziguamento de lutas dentre as quais a responsabilidade social. Muitas vezes compreendidas como soluções paliativas para empreendimentos de significativo impacto (ROCHA, 2017). Para Fontes (2016) as classes dominadas não se arranjam, porque as suas lutas não prosseguem substantivamente. A propensão é que as escolas se modifiquem dando lugar a

domesticação, ainda que através da participação estrondosa da mídia que encoberta o recuo das posições das classes subalternas.

Conclui-se que a Ternium está envolvida com muitos projetos educacionais focados na Educação Profissional, o que permite inferir que essa corporação está formando mão-de-obra especializada tanto para trabalhar em suas empresas quanto para ser excedente no mercado de trabalho. Lamosa e Kaplan (2015), justificam essa atitude da companhia em investir majoritariamente em cursos técnicos, pois a sua demanda é maior nesse setor do que, por exemplo, com profissionais que tenham Ensino Superior. Outra questão que merece ser salientada é a bonificação que a empresa oferece aos estudantes dos seus programas, como resultado, aponta Pires (2015), acontece a ampliação da competição entre os alunos em busca de uma performance que deve ser alcançada visando apenas o financeiro ao invés da construção do conhecimento de maneira coletiva. Mais uma vez, destaca-se a responsabilidade social como uma estratégia de construção de uma imagem positiva da companhia, mascarando os danos por ela causados bem como a possibilidade de reserva de mão-de-obra.

3.2 O QUE ENFRENTAMOS E O QUE ALCANÇAMOS: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS ENCONTRADOS PARA FAZER A PESQUISA

Assim como a fundamentação teórica depende das concepções e vivências do escritor, o percurso metodológico também vai se desenhando a partir das demandas da pesquisa e visões do autor, com relação a isso, Deitos e Sobzinski (2015) abordam que cada tipologia de problema a ser analisado precisa de uma abordagem específica de metodologia onde a construção do conhecimento científico não é feita de maneira desinteressada, pelo contrário, está estritamente vinculada ao ponto de vista de mundo e de sociedade que o pesquisador tem. Logo, todo trabalho de pesquisa precisa de uma personalidade e uma profundidade teórica, ou seja, de direcionamento e significação, por isso, é importante que o pesquisador defina uma concepção epistemológica para que possa desenvolver um trabalho coerente. (FRANCO, CARMO e MEDEIROS, 2014).

Nem sempre há denominação ou especificação que possa emoldurar a pesquisa, quanto a isso André (2013, p. 96) ressalta que:

> Na perspectiva das abordagens qualitativas não é a atribuição de um nome que estabelece o rigor metodológico da pesquisa mas a explicitação dos passos seguidos na realização da pesquisa, ou seja, a descrição clara e pormenorizada do caminho percorrido para alcançar os objetivos com a justificativa de cada opção feita. Revela ainda a ética do pesquisador que ao

> expor seus pontos de vista dá oportunidade ao leitor de julgar suas atitudes e valores.

O que se pode considerar é que essa é uma pesquisa qualitativa com viés interpretativo, pois tenta compreender a realidade social a partir da apreensão subjetiva a fim de dar significado aos acontecimentos. O processo no qual acontece o contato entre o sujeito e o fenômeno social é atravessado por uma teia de conceitos e significados produzidos socialmente e para compreender tal processo é preciso que se levantem algumas hipóteses com apoio na interpretação subjetiva do sujeito da própria realidade (SILVA, GOBBI, SIMÃO, 2005).

Segundo Oliveira (2008), a pesquisa qualitativa busca compreender a vida humana como uma ação interativa e interpretativa, feita a partir do contato dos indivíduos, por isso, a inquietação desse tipo de pesquisa é demonstrar a complexidade de uma conjuntura específica evidenciando o problema em sua feição total. Moreira (2002 *apud* Oliveira 2008) aponta que a pesquisa qualitativa possui alguns aspectos fundamentais, são eles: a interpretação como cerne (dessa forma há uma relevância em entender a conjuntura a partir do olhar dos próprios sujeitos); a subjetividade e a flexibilidade (assim o processo se torna mais interessante do que o resultado, pois é no caminhar que pode compreender os arranjos e as ligações entre as situações); o contexto (como estritamente relacionado ao modo como as pessoas agem na formação da experiência e o reconhecimento de que há influência de todos os lados, logo o pesquisador também é afetado não estando mais neutro na situação).

Martins (2004, p.292) acrescenta que:

> É preciso esclarecer, antes de mais nada que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador.

Essa dissertação tem um caráter qualitativo e busca entender a percepção ambiental dos egressos do Colégio Estadual Erich Walter Heine, como dito anteriormente, e como é de se esperar em qualquer pesquisa, alguns contratempos surgiram e as soluções encontradas foram se dando com o passar do tempo. Após a visita ao colégio pude visualizar os projetos desenvolvidos nele e que, segundo a coordenadora pedagógica que me recepcionou no dia, esses projetos só estavam em pleno funcionamento porque a Ternium tinha assumido. À primeira vista, todas essas atividades (horta, telhado verde, reaproveitamento de água, etc.) estavam relacionadas a

uma Educação Ambiental (EA) Conservadora, na qual não há um questionamento da realidade e uma crítica a sociedade, porém vi os alunos muito engajados nos projetos o que me fez querer compreender o entendimento ambiental deles e a relação que eles tinham com aquela escola. Com a demora da SEEDUC em autorizar o desenvolvimento da pesquisa na escola e o tempo restrito devido a bolsa, busquei outras alternativas que me possibilitassem a permanência do colégio como objeto de estudo, foi então que, ao conversar com o Leonardo Kaplan, ele me passou o contato *(e-mail)* de um aluno egresso dessa escola. A partir de uma conversa com esse aluno, vi a possibilidade de encaminhar a pesquisa para o viés do entendimento ambiental dos alunos egressos, consegui mais contatos (*whatsapp*) e a disponibilidade desses sujeitos em participar da pesquisa.

Com uma nova rota traçada, foi elaborado o questionário (apêndice A) com cerca de 10 perguntas, que auxiliaram o entendimento do perfil desses estudantes, apreendendo o que eles fizeram após a saída do colégio, como enxergavam as questões ambientais e se permaneciam fazendo alguma coisa do que tinha aprendido na escola. O questionário foi elaborado pela pesquisadora e respondido pelos egressos em um *site* chamado *SurveyMonkey*[56] a partir das respostas foi montado um quadro no intuito de facilitar a compreensão das respostas dadas.

Essas respostas foram analisadas de maneira que fosse possível relacioná-las com a bibliografia presente ao longo dessa dissertação e outras que ajudassem a compreender a realidade apresentada. Vale dizer que a análise deu-se mediante "livre interpretação" no exame dos dados coletados, isso não quer dizer isenta de critérios, ela só não utiliza uma metodologia já concebida, ou seja, usa-se um roteiro próprio de análise (NASCIMENTO, 2018).

Os dados coletados serviram para entender um pouco do perfil dos alunos egressos, do seu entendimento sobre as questões ambientais e do que eles tinham aprendido na escola, e ainda possibilitou também a construção de um Produto Educacional que pode ser usado pela comunidade como um todo, por esses alunos, por profissionais que trabalhem com a EA e até mesmo por outros colégios e empresas.

[56] Esse site permite que você monte questionários de maneira livre, até 10 perguntas a plataforma é gratuita e acima disso é paga. Para o uso gratuito tem suas ferramentas limitadas, mas, no caso dessa pesquisa, atendia bem o objetivo requerido.

4. QUAL TRAJETÓRIA DOS EGRESSOS E CONTINUAÇAO DOS ENSINAMENTOS?: DA PESQUISA AO NOSSO PRODUTO EDUCACIONAL

Navego-me eu–mulher e não temo,
sei da falsa maciez das águas
e quando o receio
me busca, não temo o medo,
sei que posso me deslizar
nas pedras e me sair ilesa,
com o corpo marcado pelo olor
da lama.
Conceição Evaristo

Foi feito contato com cerca de vinte alunos egressos, mas apenas oito[57] se disponibilizaram a participar da pesquisa. Com as respostas do questionário foi possível observar que desses oito, cinco são mulheres e três são homens, eles possuem idade entre 18 e 25 anos, o que demonstra que estavam em idade escolar correta quando cumpriram o ensino médio (entre 15 e 17 anos), a maioria deles mora no bairro de Santa Cruz onde o colégio está situado, isso permite inferir que muitos deles conhecem a realidade do bairro, seus pontos positivos e negativos, bem como sentem a influência tanto do colégio quanto do complexo industrial da ThyssenKrupp/Ternium. Como foi visto anteriormente, esse complexo fica próximo a áreas residenciais impactando significativamente a vida da população e, por isso, os efeitos são sentidos com mais intensidade. Esse complexo está incorporado na lógica urbana dessa localidade.

Dos oito egressos apenas um indivíduo não ingressou no ensino superior, todos os outros estão cursando ou já cursaram a faculdade, entre a gama diversa de cursos estão: Ciências Contábeis, Administração, Filosofia, Psicologia, Jornalismo e Pedagogia. Deduz-se que a escola contribuiu para que os alunos continuassem seus estudos e isso pode ser justificado pela fala dos mesmos.

O indivíduo A1, por exemplo aborda que: "*O colégio foi um divisor de águas para mim, eu não tinha perspectiva de dar continuidade nos estudos, muito menos numa faculdade ou coisas do tipo...*"

[57] Sabe-se que esse estudo foi feito com pouquíssimos estudantes egressos e que essa realidade está permeada por uma série de particularidades como a escola possuir uma boa infraestrutura física e pedagógica bem diferente das outras unidades escolares do Estado do Rio de Janeiro. Por contar com sala de aula, laboratório, etc, os professores de todas as disciplinas, com projetos pedagógicos que os incentivam a participar de campeonatos educacionais, entre outras coisas, esses alunos são mais motivados para continuarem seus estudos (mesmo que isso não seja determinante). Contudo é possível perceber uma proximidade nas respostas (tanto no quesito ambiental quanto na importância da escola) que permite o desenvolvimento mais geral deste estudo.

Dentre os fatores que possibilitam e incentivam os alunos a continuarem seus estudos estão: a boa infraestrutura que a escola possui como biblioteca, sala de informática, sala de ciências, salas com aparelhos de ar condicionado e projetor, professores de todas as disciplinas, projetos pedagógicos recorrentes, etc. Soma-se a isso o desenvolvimento de projetos que visam bons resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Quanto a participação no ENEM, o A7 disse que: "*Os professores são bem preparados, bem solícitos e empenhados com a integração de uma matéria com outra, em propor projetos para nos auxiliar no Enem, além de serem compreensivos e conscientes".*

Observa-se, dessa maneira, que além dos estudos voltados para a formação profissional, havia também a preocupação com o ENEM. Os professores serem bem preparados também é um fato relevante, pois quase 80% deles tem formação na disciplina em que lecionam (sabe-se que essa também não é uma realidade de muitas escolas) (BRASIL), outro ponto é que os professores à época trabalhavam em caráter de exclusividade e ganhavam uma bonificação (o que também não comum, pois os professores se desdobram entre várias escolas). Os projetos voltados para o ENEM contribuíram para as altas taxas de alunos que participaram desta avaliação.

Ao analisar os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), visualiza-se alguns fatos expressivos, como em 2015, 157 alunos participaram do ENEM, demonstrando que a maioria tem pelo menos a pretensão de continuar os seus estudos, além disso a taxa de evasão escolar é baixa, menos de 20% e com uma taxa de aprovação de cerca de 98%. Esses dados são importantes porque os alunos egressos entrevistados tiveram a sua data de conclusão do ensino médio entre 2014 e 2016.

Mesmo que esses fatores são sejam determinantes, pois sabe-se que outras razões influenciam como por exemplo ter integrantes da família[58] no Ensino Superior, eles contribuem para que o aluno pense em dar continuidade aos seus estudos. Quanto a isso Araújo (2015), aponta que esses alunos tiveram um melhor desempenho nas provas internas e externas, maiores oportunidades de ingresso ao Ensino Superior e ao mercado de trabalho.

[58] Tanto filhos de mães e pais com ensino superior quanto filhos de mães e pais com ensino médio indicaram a alternativa vestibular com maior frequência. No entanto, os filhos de mães e pais com ensino fundamental marcaram com a mesma frequência a alternativa ingresso no mercado de trabalho (SPARTA E GOMES, 2005, p.50)

Vale pontuar que nenhum deles está atuando na área de formação técnica, porém dois alunos estão dando prosseguimento aos estudos (graduação) na mesma área técnica em que se formaram (administração). Mesmo que o Ensino Profissionalizante tenha a característica de preparar mão-de-obra imediata para o mercado de trabalho, esses estudantes não seguiram esse padrão, pois deram continuidade aos seus estudos em outros níveis, porém eles ainda sim, com tudo que aprenderam, são a mão-de-obra excedente que o mercado precisa, a diferença é que eles estarão ainda mais especializados. E essa especialização contribui para um aumento salarial[59].

Ainda se tratando do perfil acadêmico e profissional desses estudantes, considera-se que a escola permitiu que eles vislumbrassem um futuro que antes era impensável (ou tido como inalcançável) e as atividades desenvolvidas também proporcionaram experiências parecidas com a universidade. Essas vivências trouxeram uma familiaridade com essa etapa de ensino.

Quanto a isso o egresso A4 expressa que: "*foi lá que me deparei com muitos projetos extra curriculares e tive a oportunidade de ser bolsista do CNPQ, entrar como Coordenador de uma Organização Brasileira voltada ao incentivo de ciência e tecnologia, pesquisa no geral*..."

De uma maneira geral, os alunos egressos salientam a importância do colégio, seja pelo desenvolvimento de projetos pedagógicos, seja pela atmosfera criada que os fez sentir mais preparados para o futuro. Sendo assim, o colégio cumpriu uma de suas funções sociais ao dar esperança e expectativa de futuro para esses jovens, oportunidades muitas vezes negadas pelo bairro onde moram e pela classe social[60] da qual fazem parte.

Ao analisar o colégio pela ótica dos alunos egressos, infere-se que a avaliação deles foi positiva, pois conseguiu proporcionar a socialização entre os indivíduos, o empenho nos estudos, abriu horizontes e possibilidades, permitiu a continuidade dos estudos, os preparou para diversos desafios, porém se a análise for feita mediante as contradições existentes no sistema, pode-se dizer que esse colégio se destaca e se diferencia das outras unidades escolares por todos os benefícios e investimentos que

[59] O nível de instrução é determinante para a renda dos brasileiros. A renda de quem concluiu o Ensino Superior é maior do que daqueles que têm apenas o ensino médio. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnadc)/IBGE)

[60] Dos alunos que completaram o ensino médio na rede pública, apenas 36% entraram numa faculdade. Para os da rede privada, esse percentual mais que dobrou: ficou em 79,2%. Os números foram divulgados hoje pelo IBGE na Síntese de Indicadores Sociais 2018, que destaca as desigualdades de acesso ao ensino na pré-escola e no nível superior. Disponível em: Agência de Notícia IBGE. Notícia de 05/12/2018. Acessado em: 10/02/2019.

recebe tanto do parceiro privado quanto da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC). Mesmo com toda essa atmosfera criada, algumas questões essenciais não foram ressaltadas pelos estudantes como a questão das classes e a diferença que os indivíduos têm de acessar o Ensino Superior por conta delas, ou mesmo a questão racial que por vezes, é determinante para esse acesso. Ficou demonstrando por eles através de uma lógica simples que ao ter uma boa escola, o aluno teria bons resultados e consequentemente conseguiria ingressar na faculdade, o que não ocorre de fato, ou pelo menos na maioria dos casos.

Para Deluiz e Gonzalez (2006) a vertente emancipatória da Educação Profissional abrange uma nova pedagogia que centra as relações entre conhecimento e poder para além dos limites da produção econômica, incluindo a discussão das maneiras de poder evidentes no capitalismo contemporâneo tais como as relacionadas à etnia, à raça, ao gênero, à sexualidade e de sua relação com o saber, que critique de um lado o distanciamento entre conhecimento científico e técnico e de outro lado o conhecimento cultural e social.

Os egressos salientaram ainda que as disciplinas profissionalizantes contribuíram para o seu desempenho profissional. Uma das suposições diz respeito à infraestrutura da escola, como mencionado acima, e também por conta dos projetos desenvolvidos que visavam especificamente o mercado de trabalho, principalmente aqueles que criavam um ambiente a fim de simular o local de trabalho, com isso esses alunos puderam se preparar melhorar para o mercado de trabalho.

Justifica-se isso a partir da fala do egresso A7, o sujeito é bem elucidativo ao falar sobre esses projetos e como os mesmos funcionam, simulando o mercado de trabalho: *"Durante os 3 anos, aprendemos temas diversos, importante para nossa área profissional como, por exemplo, o Adminimarketing, uma empresa fictícia criada por nós alunos com o intuito de assessorar uma empresa com falhas em divulgação, visando seus competidores e buscando maneiras de ajudar a empresa. Também a sala de emprego, onde tivemos uma simulação de entrevista de emprego, onde tínhamos que pesquisar as informações da empresa e responder a várias perguntas dos entrevistadores(professores), foi de muita importância pois, dessa maneira, sabemos nos comportar numa entrevista e garantir uma vaga..."*.

O A4 por sua vez exprime que: "*Foi em projetos que modelei meu perfil profissional como o adminimarketing...*"

Retoma-se também a fala do A5: "*Projetos incríveis como Adminimarketing e Sala de Emprego são projetos que todas as escolas precisavam adotar pra si, pois torna o aluno muito mais responsável e disciplinado com questão a tudo*..."

E do A1: "*Inserção de forma adequada ao mercado de trabalho*"

Neste ponto, reassume-se a bibliografia presente nessa dissertação na parte que aborda a Educação Profissional, onde os autores apontam constantemente que esse nível serve para preparar mão-de-obra para o trabalho. Branco et al. (2018) diz que a escola passou a ser direcionada para atender a lógica do mercado imposta e os alunos passaram a ser formados focados no caráter flexível e adaptável. A partir dessa lógica, o estudante perde toda a formação crítica que o permite questionar o sistema em que vive, dessa maneira já não vale mais indagar como uma escola pública cria uma aparência de ambiente empresarial. Deixa-se de formar sujeitos emancipados para se formar sujeitos modelados ao interesses e demandas do capital. O que efetivamente é feito nesses projetos não se sabe, mas, ao observar palavras como "responsável" e "disciplina", pode-se considerar que esses alunos estão sendo moldados para o que o mercado espera deles.

De forma sutil, a esfera privada consegue adentrar na camada pública e passar as suas filosofias e crenças que são absorvidas pela maior quantidade de sujeitos, em uma perspectiva que visa a universalização desses valores pelas gerações atuais e futuras. Fontes (2016), expõe que a industrialização dos processos educativos contribui para a deseducação das camadas populares que perdem cada vez mais a sua voz, minimizando o desenvolvimento de revoltas, ou seja, o processo é feito sem que essas camadas da população percebam, diminuindo o seu poder de luta.

Para além desses aspectos, é preciso mencionar que, esses alunos abordaram que se sentiram preparados para outras etapas e esferas da vida como o relacionamento com outras pessoas e a mudança de crenças e valores.

Quanto a isso o egresso A2 diz que o colégio proporcionou "*Mudança de cultura em nível social e ambiental*".

Se a cultura é algo que se constrói ao longo da vida do sujeito e sofre influência das pessoas com as quais ele convive como sua família, amigos e sociedade e é algo que inclui diferentes esferas como os costumes, a arte, o conhecimento, os valores, etc, ao abordar que houve uma mudança de cultura, entende-se que houve uma mudança de postura proporcionada pela escola, salientando mais uma vez a importância da mesma na formação de um cidadão. De acordo com Pereira (2013) a cultura pode ser

assimilada como as seleções feitas pelo ser humano mediante os seus significados que ele mesmo designa ao se relacionar com o meio ambiente, social e com ele próprio.

Se a cultura está estritamente ligada a significados, fica o questionamento de quais são os significados dados as questões sociais e ambientais. Sobre os significados dados as questões sociais, pode-se ponderar sobre a categoria trabalho que foi associada a emprego, perdendo-se a sua essência de modificadora do meio e de próprio indivíduo, além de estar inserida em uma lógica complexa. Pode-se considerar ainda a questão social da escola que também foi muito ressaltada como um espaço de socialização e formação de valores, crenças e hábitos, se essa escola já muda a realidade local e consequentemente a sociedade, imagina tantas outras que são idealizadas e operam pelo sistema de parceria público-privada. O entendimento da questão ambiental será visto a seguir.

Por fim, as perguntas se voltaram para tentar compreender como um colégio com premissas sustentáveis passava o ideário ambiental para os seus alunos, como com atividades tidas como conservacionistas (horta, telhado verde, reciclagem, etc.) poderiam auxiliar na formação crítica desses alunos em relação às questões socioambientais. A maioria dos alunos respondeu que estudar em uma escola sustentável foi muito importante para seu entendimento ambiental. Contudo, se forem analisadas as respostas dissertativas, é possível observar que os valores apreendidos e levados para a vida estão na esfera das mudanças comportamentais individuais como: a reutilização, a reciclagem, a diminuição do consumo, a formação de uma consciência ambiental etc.

Essas atitudes são vistas como sustentáveis ou ambientalmente corretas, e isso pode ser observado na fala da maioria dos estudantes como o caso do egresso A1 que apontou: "*Reutilizar alguns itens, reciclar, plantar, não jogar lixo fora do local apropriado, utilizar produtos que não agridam tanto a fauna e flora, poupar recursos naturais que podem se esgotar";*

O A2, por sua vez falou sobre: *"Sustentabilidade, reutilização, redução de itens que tem impacto no ambiente"*;

Assim como o A5 abordou: "*Economia e reuso de água, aproveitar restos de comidas para fazer adubo, economia de energia*";

Por fim, o A6 dissertou que: "*Todo o conceito de sustentabilidade e compreensão da importância do meio ambiente passou a fazer parte da minha vida.*

Economizar recursos, consciência na hora de usar e tudo que está ao alcance para fazer e contribuir".

Mediante o exposto acima, Guimarães (2011, p.15) salienta que:

> Sendo assim, a ação que me parece prevalecer ainda nos ambientes restringe-se apenas à difusão da percepção sobre a gravidade dos problemas ambientais e suas consequências para o meio ambiente.

De uma maneira geral, o que se observa é que a EA é feita de maneira conservadora e que esses projetos contribuem ainda mais para reforçar estereótipos, crenças e valores que vão sendo perpetuados ao longo da vida, perde-se a oportunidade de contribuir para o pensamento crítico e emancipado desses sujeitos. Destaca-se que as palavras mais utilizadas foram reciclagem e/ou a reutilização, elas aparecem como solucionadoras dos problemas ambientais, não havendo um questionamento da produção, do consumo e das relações sociais díspares.

Assim, Layrargues (2006, p.88) aponta que:

> Exige-se do cidadão comum uma mudança cultural que resultará em pequenas e relativamente confortáveis mudanças individuais nos hábitos cotidianos na esfera privada, como o consumo sustentável e a reciclagem por exemplo, com a confiança de que haverá solução tecnológica para todos os impasses modernos, que esses sim, serão discutidos e implementados no âmbito da esfera pública, ainda distantes do cidadão comum.

Para Brusamarelo (2017) o enfoque em práticas relacionadas com o lixo ou com ênfase na modificação da conduta individual corresponde a uma ação insustentável e diminui a possibilidade de reflexão sobre a magnitude e a amplitude da questão ambiental. Essa prática limita o desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo e propositivo do público jovem. Mais grave do que focar apenas nessas atividades é esquecer da responsabilidade imposta pelo capital de maneira igualitária aos sujeitos, para o sistema não há diferença na responsabilidade e nas atitudes a serem tomadas entre a cadeia do agronegócio, das indústrias têxteis ou do indivíduo, por exemplo.

Como foi visto, o capital se utiliza dessas situações limite do meio para ter ainda mais lucro, com a produção de itens sustentáveis ou ecologicamente corretos e direciona ao cidadão a responsabilidade de consumir esses produtos e de "cuidar do planeta". Por isso, Freres, Rabelo e Segundo (2015), expressam que o capital responsabiliza os próprios sujeitos mediante ferramentas ideológicas. Estes devem "fazer a sua parte", ser solidários, ter espírito de cooperação, cuidar da sua cidade, seu bairro, sua rua ou sua casa oferecendo mais do que recebem. Sob a lógica do capital os sujeitos tomam os interesses do sistema como seus próprios. Mais uma contradição do sistema, o capital se

isenta dos malefícios criados ao meio e as populações e coloca para elas a responsabilidade.

Todas essas atividades possuem uma visão simplista da questão ambiental.

> A visão ingênua, presa à armadilha paradigmática, tende à reprodução de práticas educativas consolidadas, como por exemplo, a da educação comportamentalista que acredita que dando (transmitindo) ao indivíduo (educando) os conhecimentos (aspecto cognitivo) necessários e ainda provocando nele uma sensibilização (aspecto afetivo) pela questão ambiental, o indivíduo pode transformar seu comportamento incorreto e que, se assim for, ao final teremos como resultado da soma destes indivíduos transformados uma sociedade transformada (GUIMARÃES et al., 2006, p. 71-103).

Outro ponto a ser destacado nessas falas são os usos de vocábulos tão presentes nos discursos ambientais como o de sustentabilidade que dá margem a interpretações dúbias. Plácido (2012) afirma que não há como se pensar em sustentabilidade de maneira homogênea já que estamos inseridos numa sociedade de classes distintas e de interesses díspares, onde os indivíduos estão a todo momento buscando incansavelmente os seus interesses em detrimento do dos outros. A sustentabilidade está ligada a possibilidade que as coisas possuem em se manter e isso pode ser tanto a manutenção do capitalismo quanto a manutenção da natureza. O perigo da reprodução desses discursos é que eles mascaram as intencionalidades que carregam, transformando-se em mais um conceito comum presente nas falas dos cidadãos. Bomfim (2011) aborda que ao utilizar a ideia da sustentabilidade entende-se que está se fazendo algo para o futuro e o presente acaba ficando apenas com a ação de não exterminar os recursos naturais.

Ademais há uma preocupação com a reciclagem e a reutilização visando o não esgotamento dos “recursos naturais”. E a palavra recurso está intimamente relacionada a bens, a algo que se pode monetizar, a algo que pode ser explorado e quanto a isso Layrargues (2006, p.7) afirma que:

> Apesar de grande parte dos esforços na educação ambiental serem dirigidos para a dimensão ética no relacionamento humano com a natureza, em que se pretende torna-la um bem em si, com seu valor intrínseco, ela continua sendo uma mercadoria (seja na forma de produtos ou serviços ecológicos), com um valor de troca.

Aqui abre-se espaço para uma reflexão, mesmo quando o meio é considerado preservado como é o caso das unidades de conservação ou de outros espaços, eles ainda sim são entendimentos como mercadoria, pois oferecem a oportunidade de desenvolvimento de atividades recreativas e/ou turísticas; são vendidos e consumidos exatamente pela paz e beleza que proporcionam e por permitir a “fuga” dos centros

urbanos. Isso mostra a capacidade que o sistema tem de transformar os objetos e as situações em seu favor e em favor do lucro.

O que se observa de uma maneira geral, é que os egressos relatam como atitudes que levaram para a vida, hábitos que aprenderam ao longo da sua vivência escolar, ações essas que foram forjados por tudo que eles viveram, ouviram e experimentaram na escola. Por existir todo um mecanismo de reutilização de água e economia de luz, da presença de inúmeras lixeiras destinadas a reciclagem, a utilização de restos de comida para adubo na horta entre outras permitiu que esses hábitos fossem desenvolvidos naturalmente, como parte de uma rotina. É por isso, que essas atitudes permanecem com maior intensidade no ideário desses egressos, talvez bem mais do que se tivessem ocorridos apenas palavras ditas em aulas ou palestras. Para eles, é fácil fazer o descarte correto do lixo, reciclar, plantar, porque eles passaram três anos da vida deles fazendo isso diariamente.

De acordo com os depoimentos tem-se uma EA centrada em atitudes paliativas que até acompanham esses indivíduos para além do espaço escolar, mas que apresentam fim em si mesmo. Uma única pessoa retratou a questão da construção do indivíduo como um ser humano melhor (mesmo que ela não tenha dito como se forma uma ser humano melhor, parte-se do pressuposto que para isso, o sujeito precisaria de uma formação integral, que abrangeria diversas áreas da vida, incluindo a EA), todas as outras respostas estiveram centradas em medidas que podem ser tomadas e que estão presentes na abordagem mercadológica de consciência ambiental.

E, quanto a esse último item, foi algo que chamou muita atenção, pois nenhum dos estudantes citou em momento nenhum a empresa, nenhum deles falou da participação dela na escola ou qualquer outra atividade relacionada a ela. Aponta-se que a partir da visita à escola, foi possível visualizar no pátio principal da escola, um círculo contendo o nome da empresa e essa é uma área de livre circulação onde os alunos se encontram e passam tempo na hora da chegada, da saída e dos intervalos. Além disso, várias outras partes da escola possuem o emblema da empresa, nas hortas, no laboratório de ciências, por toda parte existe, de alguma maneira, a menção à empresa. E, apesar de tudo isso, nenhum aluno achou importante abordar sobre ela, considera-se que houve uma naturalização do setor privado na escola. E se há uma neutralização da empresa em seu agir, não há um questionamento do seu posicionamento, do seu caráter ideológico, de suas ações, o que permite ainda maior possibilidade de inserção de outros projetos na escola por parte da empresa.

Acrescenta-se a isso que o discurso da empresa passa a fazer parte da educação pública e nada é questionado sobre isso. A empresa constrói, dessa maneira, uma imagem positiva e as pessoas que são atendidas de alguma maneira pela escola não criticam a empresa, mas ela está causando inúmeros impactos significativos na população de Santa Cruz e de outros bairros. E como se, uma ação "positiva", realmente compensasse todas as outras negativas.

Essa pesquisa permitiu fazer algumas análises das situações a partir do materialismo histórico dialético, que demonstrou as contradições existentes nos fenômenos e ações. Alguns desses apontamentos são: a de que a escola analisada pratica uma EA conservadora, como já era de se esperar, com atividades ambientalmente corretas e simplistas, focadas na mudança de postura do indivíduo, ignorando a complexidade da questão ambiental que permeia as áreas políticas, econômicas e culturais. Segundo Layrargues (2006), essa educação ambiental costuma estar relacionada à manutenção do capitalismo e do consumo, sem questionar esse padrão e também sem indagar sobre a sua prática, pautando-se em projetos individuais, pontuais e com prazo que foram elaborados de cima para baixo, sem uma efetiva participação e construção junto à comunidade. Dos muitos saberes que poderiam ser construídos em conjunto, merece destaque, os saberes das comunidades de pescadores artesanais já que eles foram e continuam sendo dizimados pela instalação e pela operação do complexo da Ternium. Outro fator que merece evidência é que esses projetos de EA foram feitos sem a presença da comunidade e de outros sujeitos interessados como os próprios alunos, o projeto foi desenvolvido de cima e colocado na escola, sem a adequação a realidade local. Como é o caso dos projetos que visam atender aos objetivos educacionais da UNESCO.

Na perspectiva da EA crítica, o conhecimento é construído junto com o outro já que este vem dotado de seus próprios valores e saberes, tem-se aí um saber integrado que parte da realidade do indivíduo, do seu saber, entendendo que ele faz parte de um todo bem mais complexo, só dessa maneira é possível construir projetos e atitudes que demonstrem quais são as suas necessidades, seus problemas e as suas possíveis opções para resolvê-los. Não tem como pensar em um outro tipo de sociedade tendo os mesmos relacionamentos e maneiras de se encarar o mundo. Não tem como almejar uma nova sociedade dando valor monetário aquilo que tem valor inestimável.

4.1 E FINALMENTE O PRODUTO EDUCACIONAL: A CONSTRUÇÃO DO GUIA ELETRÔNICO DE AVALIAÇÃO PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE – GEAPS

Esse subitem tratará especificamente do Produto Educacional que foi elaborado a partir da construção dessa dissertação. Tal Produto tem por finalidade auxiliar a análise do Colégio Estadual Erich Walter Heine, servir a profissionais que estejam envolvidos com a Educação Ambiental e também às empresas que se consideram sustentáveis.

A concepção do Produto Educacional [61]surgiu através da observação de Guias Avaliativos muito usados na área de Administração e pelas empresas para identificar os pontos fracos e fortes. Os setores administrativos se utilizam desses guias para acompanhar as empresas e os seus funcionários. Somado a isso, há uma crescente preocupação das empresas em cumprir normas e parâmetros ambientais como a ISSO 14001, entre outros.

De acordo com Bortolin et al (2008), tem-se acompanhado atualmente uma crescente preocupação com o meio ambiente, impactos e consequências das atividades humanas. Essa preocupação se reflete também no setor produtivo, pois vem sendo observado estímulos ao desenvolvimento de métodos e instrumentos que objetivam incorporar as questões ambientais na tomada de decisão e nas ações do meio empresarial. Como exemplo, aponta-se a produção mais limpa, a eco-eficiência, o eco-design, os sistemas de gestão ambiental como a ISO 14001, a remanufatura, a avaliação do ciclo de vida, entre outros.

A partir dessa visualização da preocupação das instituições (tanto empresas quanto o próprio Colégio Estadual Erich Walter Heine) com a questão ambiental e também com a intenção de avaliar a escola estudada, foi pensado e estruturado o nosso Guia Eletrônico de Avaliação Prática de Sustentabilidade (GEAPS). Ele serve para avaliar as instituições que se consideram sustentáveis, de acordo com as respostas dadas por ser professores, gestores, coordenadores, técnicos, administradores etc. Depois disso, é possível traçar um perfil ambiental da instituição.

O guia é composto por dez perguntas com pontuações diferentes por letra, devendo o respondente escolher uma das opções apresentadas. Ao final, aparecerá uma pontuação total. A escala de pontuação é feita da seguinte forma:

[61] Que será melhor abordado nos próximos parágrafos

Quadro 4.1 Escala de Pontuação do GEAPS

Pontuação	Resultado
De 0 a 10 pontos	Insatisfatório
De 10 a 20 pontos	Regular
De 20 a 30 pontos	Bom

Fonte: Elaboração Própria

O resultado qualitativo da escala de pontuação foi baseado no trabalho de Bortolin et al. (2008). Dessa maneira, entende-se por:

Insatisfatório – quando não atende ou atende pouco às expectativas quanto ao padrão desejado de desempenho estabelecido para a competência avaliada. Precisa desenvolver-se total ou quase que totalmente na competência e para isso precisa da interferência permanente constante do responsável.

Regular – quando atende parcialmente às expectativas quanto ao padrão desejado de desempenho definido para a competência avaliada. O desempenho oscila entre atendimento e não atendimento, por conta dessa oscilação é necessário uma melhoria com alguma interferência do responsável. Apresenta pouco ou médio empenho para desenvolver-se na competência.

Bom – quando atende às expectativas quanto ao padrão desejado de desempenho, estabelecido para a competência avaliada. Alcança o padrão esperado, demonstrando resultado de desempenho muito satisfatório.

Esse é protótipo de um guia que pode servir tanto para avaliação quanto para direcionamento das atividades. A finalidade é que a partir da avaliação gerada, a equipe da instituição possa se reunir e traçar novas metas e melhorias. A avaliação deve ser constante, pois as questões socioambientais precisam sempre ser debatidas em conjunto visando o bem comum e não só o desenvolvimento da instituição e o aumento do seu valor no mercado financeiro.

O GEAPS é o protótipo de uma ideia que tem ainda alguns itens a serem aprimorados. Ele foi idealizado para mensurar o desempenho ambiental das instituições como escolas, empresas, ONG etc. De uma maneira geral, através dele é possível acompanhar o desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental, bem como é possível descobrir as potencialidades e as fraquezas das instituições em relação às questões ambientais. Para isso, é preciso que a pessoa responsável (diretor(a), coordenador(a), professor(a), gestor (a), administrador (a) etc.) por responder o guia

seja imparcial para que os resultados obtidos cheguem mais próximo à realidade. O usuário encontrará ainda no site textos e artigos que tratam da Educação Ambiental e sugestão de atividades.

O "protótipo" do GEAPS auxiliou na avaliação da escola, vale dizer que esse teste foi feito pela própria pesquisadora/mestranda por conta da indisponibilidade de representantes do colégio estudado para responder e também dos alunos egressos. Mediante o que foi visto, falado e pesquisado sobre o Colégio Estadual Erich Walter Heine. A análise do protótipo revelou que a pontuação gerada foi de 12 pontos, o que na escala significaria que essa instituição possui uma avaliação regular. Isso pode ser explicado porque em suas atividades, funcionamento e estrutura a escola possui elementos considerados sustentáveis, como lixeiras, horta, disciplinas que trabalham com a Educação Ambiental. Contudo, quando se eleva o nível de criticidade, o colégio deixa a desejar. Isso pode ser exemplificado na não participação de responsáveis e da comunidade nas decisões da escola. Acreditamos que a escola pode se tornar mais crítica desde que incorpore alguns elementos e críticas as suas atitudes e debates.

A base teórica do Produto Educacional foi construída a partir de Bortolin et al (2008). Segundo os autores, os indicadores de desempenho ambiental podem ser utilizados objetivando a supressão de demandas internas ou externas. As primeiras estariam relacionadas com o suporte na tomada de decisão e na melhoria do funcionamento da empresa, já as externas, estariam relacionadas à possibilidade de averiguação da adaptação dos processos a normas e leis, da comunicação mais transparente de relatórios ambientais.

Para acessar o GEAPS é preciso entrar no site: https://wordpress.com/view/geaps.wordpress.com[62].

[62] Há uma explicação detalhada e visual do GEAPS e do questionário no Apêndice D.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não,
a água não me escorre
entre os dedos,
tenho as mãos em concha
e no côncavo de minhas palmas
meia gota me basta.
Conceição Evaristo

Com a base teórica foi possível visualizar o surgimento e a legitimação da educação ambiental (EA) e como esse processo de construção se deu permeado de intencionalidades e interesses dos mais distintos sujeitos sociais. Esses indivíduos buscavam a todo momento a permanência dos seus privilégios e a prevalência das suas visões de mundo. Essa formação se deu em meio a debates políticos, sociais e econômicos, por isso, é imprescindível relacionar a questão ambiental com esses fatores. Existe uma gama de pesquisadores/professores/teóricos/estudantes, sujeitos como um todo, envolvidos em pensar a sociedade e a educação para além daquilo que é imposto, pensando em novas maneiras de atuação e de emancipação, fazendo isso de inúmeros jeitos, incluindo a EA.

A partir da fundamentação teórica foi possível traçar um panorama do aparecimento e da validação das parcerias público-privadas, apesar de terem surgido antes da década de 1990, foi nesta década que elas ganharam força em todo o mundo por conta do fortalecimento das políticas neoliberais. Foi possível observar no cenário mundial a entrada efetiva das Organizações Não-Governamentais (ONG) e das empresas privadas no setor público. A justificativa para que elas atuassem era a de que o Estado não dava conta das demandas sociais sozinho e precisava de auxílio. Essas entidades poderiam então, oferecer a ajuda necessária, agregando eficiência e competitividade.

Influenciada e influenciando essa conjuntura estava a escola, palco de diferentes anseios e englobando sujeitos de distintas camadas sociais. A escola viu o seu currículo e as suas diretrizes serem modificadas pelos interesses neoliberais, o que repercutiu sobremaneira no Ensino Profissionalizante. Esta etapa permaneceu sendo vista como uma maneira de se alcançar o mercado de trabalho com maior facilidade e destinada as esferas mais pobres da sociedade.

Como materialização de tudo o que foi visto a partir da base teórica, analisou-se o Colégio Estadual Erich Walter Heine, a sua idealização e construção e o seu papel no bairro de Santa Cruz e na vida dos alunos. As críticas aqui feitas foram embasadas no

viés do materialismo histórico dialético, que permitiu a visualização das contradições existentes na formação das parcerias público-privadas e no próprio desenvolvimento do programa de Ensino Médio Profissionalizante. Esse método contribuiu ainda com a possibilidade de formação de um novo pensamento e a busca por transformação da sociedade. Mesmo que não seja de forma imediata e linear, existe a possibilidade de, ao desvendar as amarras, as conexões e os interesses que muitas vezes são escondidos, trazer esclarecimentos que possibilitam a mudança de padrões sociais e uma nova maneira de pensar e agir.

Dito isso, algumas considerações podem ser feitas a fim de responder aos objetivos específicos propostos no início deste trabalho e elucidá-los. O entendimento da EA por parte dos alunos egressos esteve voltado para as práticas de uma EA conservadora, focada nas mudanças individuais do sujeito e na crença de que ao mudar as atitudes de cada indivíduo, a sociedade mudaria em um processo 'dominó' (ao derrubar o primeiro dominó todos os outros cairiam sucessivamente em seguida). Os alunos agiram conforme foram ensinados, com práticas conscientes e responsáveis ambientalmente, o que demonstra a importância da educação em geral na perpetuação de conceitos, atitudes, conhecimentos e valores e de como a EA pode sim estar contribuindo para a manutenção da ideologia dominante e do mercado verde.

Essas atitudes individuais são importantes, mas perde-se o caráter crítico e reflexivo que a EA crítica possui em sua essência, são descartados conceitos e fundamentos que seriam imprescindíveis de serem trabalhados, como a questão do consumo, de classe, de exploração e dominação da natureza em prol de um grupo específico etc.

A influência da empresa ThyssenKrupp/Ternium é muito grande, mesmo que ela tenha sido naturalizada e não tenha sido exposta pelos egressos, a atitude de mandar um funcionário para cuidar da horta, o oferecimento de cursos para professores, a bonificação em dinheiro para os alunos com melhores desempenhos, demonstram a sua interferência no espaço escolar público. Essa empresa de alguma maneira está conseguindo construir uma imagem positiva, mesmo perante a tantos casos negativos. Um fato importante para lembrar é que a fuligem e todas os outros materiais particulados que ficam suspensos no ar e que a população entra em contato diariamente, seja através da pele, seja através da respiração causa comprovadamente doenças graves que podem levar a óbito e não há como compensar isso. Por mais que a escola proporcione um futuro aos seus alunos, novas oportunidades, novas metas a serem

alcançadas etc, não tem como compensar as vidas que são afetadas negativamente nem o ambiente que é exaurido ao máximo e que não retorna ao seu estado ‘saudável’/original.

Esse modelo de sociedade que construímos não é o único possível, é preciso questionar, repensar, agir e mudar e as bases teóricas para se pensar as realidades foram dadas, um exemplo é o materialismo histórico dialético. É preciso valorizar aquilo que não tem valor monetário, como o caso de um rio, de uma floresta, de um bioma, de vidas humanas. Uma nova sociedade só é possível, e a educação (e isso engloba a EA, pois ela é antes de mais nada educação) tem papel crucial nisso, à medida que ela é crítica, emancipatória e prega a mudança. E aqui cabe uma menção a Paulo Freire, lembrando que, quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.

Quanto a construção de ideário ambiental pelo colégio, ficou constatado que as suas práticas são conservadoras e ligadas à lógica de mercado, contudo vale destacar que a escola cumpriu uma de suas funções ao socializar esses jovens, ao dar a eles novas perspectivas; novas esperanças; novos rumos; ao contribuir para a continuidade dos seus estudos e tornar a universidade um objetivo que antes nem existia.

Foi demonstrado que a Educação Profissional esteve e está muito atrelada ao mercado de trabalho enquanto o ensino mais geral, a continuidade dos estudos na universidade. A Educação Profissional nessa escola, contribuiu mais uma vez para a formação de mão-de-obra excedente para o mercado de trabalho, apesar de ela ter contribuído para que os estudantes se preparassem para o convívio social, para as dificuldades diárias, para a continuidade dos estudos e também para moldar o seu perfil profissional. Além desses aspectos técnicos e práticos, essa etapa de ensino precisa contribuir para a formação global de cidadãos, livres, críticos, responsáveis e sabedores do seu poder perante a sociedade.

Quanto ao Produto Educacional pode-se dizer que ele contribuiu tanto para a análise da escola quanto serve para uso de outros profissionais e estudantes. Esse produto demonstrou que a escola possui elementos sustentáveis, mas que são considerados regulares sendo o GEAPS. Um dos benefícios deste instrumento é permitir traçar um perfil que possibilite a identificação de pontos positivos e negativos com vista a futuras melhorias. É possível, o colégio estudado se tornar uma escola mais crítica desde que incorpore alguns elementos e críticas as suas atitudes e debates.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco, Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 2009 in http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf

ADRIÃO, T. Indicações e reflexões sobre as relações entre esferas públicas e privadas para a oferta educacional no Brasil. *Revista Políticas Educativas*, v. 3, n. 1, p. 48-64, 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/22531/13064

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? *Revista Educação e Contemporaneidade*, v. 22, n. 40, 2013.

ALBUQUERQUE, R. T.; LACERDA, M. A.; KRAUSE, C. B. Avaliação dos Níveis de Eficiência Energética da Escola Estadual Erich Walter Heine Sob a Ótica Dos Métodos Leed, Aqua e Procel Edifica. In: Encontro Latinoamericano de Edificações e Comunidades Sustentáveis, Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.elecs2013.ufpr.br/Anais/edifica%C3%A7%C3%B5es/198.pdf

BENITE A. M. C. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. *Revista Ibero-americana de Educação*, v.4, n.50, p. 1-15, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Sony/Downloads/3024Benite.pdf

BEZERRA, D. O. A mediação em conflitos ambientais: uma experiência entre a TKCSA e os moradores do bairro de Santa Cruz/RJ. Monografia – A Voz do Mestre Faculdade integrada, Rio de Janeiro, 2012.

BOMFIM, A. M. do. Trabalho, Meio Ambiente e Educação: apontamentos à Educação Ambiental a partir da Filosofia da Práxis. *Revista Labor*, v. 1, n. 5, p. 3-19, 2011. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6635/4854

BONFIM, A. Educação Ambiental (EA) para além do capital: estudos e apontamentos para a EA sob a perspectiva do trabalho – GPTEEA (IFRJ). *Revista Trabalho Necessário*, v. 9, n. 13, 2011. Disponível em: http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6849

BORTOLIN, A. R.; LEMOS, C. C. de.; OIKO, OL. T.; RODRIGUEZ, U.; MALHEIROS, T. F. Instrumentos de Avaliação de Desempenho Ambiental nas Empresas: contribuições e limitações. In: Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade, 2008. p. 1-184. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Olivia_Oiko/publication/266327872_INSTRUMENTOS_DE_AVALIACAO_DE_DESEMPENHO_AMBIENTAL_NAS_EMPRESAS_CONTRIBUICOES_E_LIMITACOES/links/54b98a8c0cf253b50e2a97f9/INSTRUMENTOS-DE-AVALIACAO-DE-DESEMPENHO-AMBIENTAL-NAS-EMPRESAS-CONTRIBUICOES-E-LIMITACOES.pdf

BRANCO, E. P.; BRANCO, A. B. de G.; IWASSE, L. F. A.; ZANATTA, S. C. Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância

com a reforma do Ensino Médio. *Debates em Educação*, v.10, n.21, p-47-70, 2018. Disponível em: http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5087

BRASIL. Política Nacional de Meio Ambiente LEI No 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acessado em: Agosto/2016

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm> Acessado em: Agosto/2016

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza Ambiente LEI No 9.985 DE 18 DE JULHO DE 2000. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acessado em: Agosto/2016

BRASIL, Resolução n° 2 de 15 de Junho de 2012. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866>. Acesso em: agosto/2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As duas fases da história e as fases do capitalismo. 2011.

BRUSAMARELO, B. A abordagem da educação ambiental em material audiovisual utilizado por professores de biologia em escola da rede estadual de Jaciara – MT. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática, Jataí, 2017.

CAMPOS, L.; CANAVEZES, S. Introdução à Globalização. Repositório Universidade de Évora, Editora Instituto Bento de Jesus Caraça, 2007.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CERQUEIRA, J. F. B. Da natureza da animação à animação da natureza: discursos ambientais nas "enviro-toons" brasileiras veiculadas nos festivais Fica, Festcineamazônia e Filmambiente. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco Programa de Comunicação, 329f., 2016.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. "Ecologia" e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. Crítica Marxista, n. 16, São Paulo: Boitempo, p. 1-40, 2003.

COELHO, N; ORZECHOWSKI, S. T. A função social da escola pública e suas interfaces. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCARE, Curitiba, 2011, p.16319-16327. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6443_3792.pdf.

COGGIOLA, O. Ecologia e Marxismo. *Motrivivência*, Florianópolis, n. 22, p. 39-46, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1183>.

COSTA, A. A.; MINASI, L. F. O educador em seu 'quefazer'ambiental: uma análise a partir da dialética materialista. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação

Ambiental, v. 32, n. 1, p. 137-157, 2015. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4978

COSTA, C. A. S.; LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica e interdisciplinaridade: a contribuição da dialética materialista na determinação conceitual. *Revista Terceiro Incluído*, v.3, n.1, p. 1-22, 2013. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/27316

DAMAS, T. Territórios corporativos e a produção de zonas de sacrifício: o caso TKCSA no Rio de Janeiro. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Curitiba, p. 1-30, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt12_1506890002_arquivo_damast-singa.pdf

DEITOS, J. M.; SOBZINSKI, J. S. O materialismo histórico e dialético: contribuições para a análise de políticas educacionais. *Impulso*, v. 25, n. 63, p. 101-118, 2015. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/2101

DELUIZ, N.; NOVICKI, V. Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 18-29, 2004. Disponível em: https://www.ambiente.sp.gov.br/cea/2016/08/02/trabalho-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel/

——————, N.; NOVICKI, V.; PINHEIRO, B., ARAÚJO, C. Trabalho, meio ambiente e educação: um estudo das práticas educativas das ONGs. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 1, n. 1, p. 23-34, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Sony/Downloads/1975-7729-1-PB.pdf

——————, N.; GONZALEZ, W. R. C. Sociedade Civil e as Políticas de Educação de Jovens e Adultos: a atuação das ONG no Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/5773/47965190

DIAS, B. de C. Em busca de uma Práxis em Educação Ambiental Crítica: Contribuições de alguns pesquisadores do Brasil. 2013. 80f. Dissertação mestrado – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Nilópolis, 2013.

——————; BOMFIM, A. M. do. A “teoria do fazer” em educação ambiental crítica: uma reflexão construída em contraposição à educação ambiental conservadora. Encontro Nacional em Pesquisa em Educação e Ciências, VIII, 2011. Anais...2011.

FARIAS, R. de A. Ensino Médio Integrado na rede FAETEC: do tecnicismo a uma nova concepção da educação profissional? Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FIORI, F. A. O reconhecimento de passivos ambientais em empresas do setor mineral. Trabalho de Conclusão de curso – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v. 5, p. 45-67, 2017.

FONTES, Virgínia. Formação dos trabalhadores e luta de classes. Trabalho Necessário [online]. Ano 14, Nº 25/2016, p.13-24. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/ARTIGO_1.pdf. Acessado em:

FOLADORI, G. Limites do Desenvolvimento Sustentável. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FRANÇA, P. I. S. de. O Materialismo Histórico-Dialético e a Educação Superior Brasileira. IN: Estudos do trabalho, ANAIS, 2010. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret2010/Polyana_Imolesi_Silveira_de_Franca_o_materialismo_historicodialetico_educacao_superior_brasileira.pdf

FRANCO, K. J. S. M.; CARMO, A. C. F. B. do; MEDEIROS, J. L. Pesquisa qualitativa em educação: breves considerações acerca da metodologia materialismo histórico e dialético. *Revista Sapiência*: sociedade, saberes e práticas educacionais, v. 2, n. 2, p. 91-103, 2014.

FRERES, H. de A.; RABELO, J.; SEGUNDO, M. das D. M. O papel da educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica. Fortaleza, CE: Imprensa Universitaria, 2015. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/932.pdf

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 233-263, 2006. Disponível em: http://www.midias.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_7.pdf

KAPLAN, L. Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação/ Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

——————, L. A inserção capitalista dependente do Brasil e a política de escolas sustentáveis: estudo de caso na Baía de Sepetiba, (RJ). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação/ Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E. Otra lectura a la historia de la educación ambiental en América Latina y el Caribe. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 3, p.141-158, 2001. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3034

GIDDENS, A. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMIDE, *C. D.;* JACOMELI, M. R. M. O método de Marx na pesquisa sobre Políticas Educacionais. *Políticas Educativas*, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 64-78, *2016*. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/69759

GUIMARÃES, M. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: Vamos Cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em educação ambiental na escola, p. 85-93, 2007.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006. p. 71-103.

GUIMARÃES, M. da C. 10 Anos do Decreto 5.154/04 e o caso do Programa Dupla Escola. Revista do Niep-Marx, v.3, n.4, 2015. Disponível em: http://niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/78

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006, p. 72-103.

LAYRARGUES, P. P. Democracia e arquitetura do poder na política nacional de educação ambiental. *Revista de Educação Ambiental*, v. 14, n. 1, p. 23-42, 2009. Disponível em: https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/1135

————————, P. P. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 7, n. 14, 2012. Disponível em:http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_9827educayyo_ambiental_contba-hegemynica_pdf.pdf

LAMOSA, R. A. C. A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2010.

————————, R. A.C.; KAPLAN, L. Tensão público-privado na Educação Ambiental: análise crítica dos projetos privatistas nas escolas públicas. In: LOUREIRO, C.F.; SANCHEZ, C.; ACCIOLY, I.B.; COSTA, R.N. (orgs.). Pensamento ambientalista numa sociedade em crise. Macaé, NUPEM/UFRJ, 2015. p.77-110.

LÉLIS, U. A. Políticas e Práticas do Terceiro Setor na Educação Brasileira, no contexto de reconfiguração do Estado. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação, Minas Gerais, 2007.

LOPES, C. B.; BORTOLOTO, C. C.; ALMEIDA, S. V. O Ensino Médio: trajetória histórica e a dualidade educacional presente nas diferentes reformas. *Perspectiva*, v. 34, n. 2, p. 555-581, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/36048

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. *Ambiente e Educação*, v. 8, p. 37-54, 2003. Disponível em: https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897

————— , C. F.B. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo.; LAYRARGUES, Philippe Pomier.; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). Pensamento Complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 94, p. 131-152, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a07v27n94.pdf

————— , C. F. B.; COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?". Conceitos e práticas em educação ambiental na escola, p. 57-63, 2007. Disponível em: http://www.unoparsetelagoas.com.br/educacao_%20ambiental/downlod/publicacao_3.pdf#page=58

LOUREIRO, C. F. B.; VIÉGAS, A. Princípios normativos da educação ambiental no Brasil: abordando os conceitos de totalidade e de práxis. Pesquisa em educação ambiental, v. 8, n. 1, p. 11-23, 2013. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/09ba/552725eb2f3ab9a59038fc03684d69367255.pdf

LOUREIRO, C. F. B.; TOZONI-REIS, M. F. de C. Teoria social crítica e pedagogia histórico-critica: contribuições à educação ambiental. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, p. 68-82, 2016. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5960

LOWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7 ed., São Paulo, Cortez, 2000.

MAGALHÃES, M. A. de. Preços de commodities e nível de atividade em uma pequena economia aberta: evidências empíricas para o estado do Espírito Santo. *Economia Social*, Campinas, v.20, n. 3, p. 533-566, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010406182011000300004&script=sci_abstract&tlng=pt

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. Revisitando o território fluminense VI. Rio de Janeiro: *EdUerj*, 2017.

MARONEZE, L. F. Z.; LARA, A. M. de B. A Política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de Estado. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 9. Anais... Curitiba: Champagnat, p. 3279-3293, 2009. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3126_1394.pdf

MARPICA, N. S.; LOGAREZZI, A. J. M. Um panorama das pesquisas sobre livro didático e educação ambiental. *Ciência & educação*, v. 16, n. 1, p. 115-130, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132010000100007&script=sci_abstract&tlng=pt

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e. Pesquisa.* São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, Aug. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022004000200007&lng=en&nrm=iso>.

MENEZES, A. K. Escolas Sustentáveis e conflitos socioambientais: reflexões sobre o programa governamental das escolas sustentáveis sob a ótica da justiça ambiental. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MILANEZ, B.; SCOTTO, G.; SANT'ANA, H. A.; BOSSI, D.; KATO, K. Injustiça ambiental, mineração e siderurgia. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2013. Cap. 5. p. 175-205. Disponível em: https://questoes.blogs.com/files/injusti%C3%A7a-ambiental-minera%C3%A7%C3%A3o-e-siderurgia.pdf

MOEHLECKE, Sabrina. Tendências do acesso à educação integral no Brasil: percursos dissonantes na educação básica. Revista on line de Política e Gestão Educacional, p. 1297-1312, dec. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12013>.

MONTAÑO, C. Terceiro Setor e Questão Social na Reestruturação do Capital: O Canto da Sereia. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. 2007. Disponível em: www.ifrn.edu.br/ojs/index.phd/HOLOS/article/viewfile/11/110.

NEVES, L. M. W. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. In: Anais da 27a Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2004. Disponível em: http://www.anped.org.br/biblioteca/item/reformas-da-educacao-escolar-brasileira-e-formacao-de-um-intelectual-urbano-de-novo

OLIVEIRA, C. L. de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. *Travessias*, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Sony/Downloads/3122-11555-1-PB.pdf

PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul). Companhia Siderúrgica do Atlântico - TKCSA: impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. 2. ed., 2009. Disponível em: http://www.pacs.org.br/files/2013/01/TKCSA.pdf

————. Companhia Siderúrgica do Atlântico - TKCSA, impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. 3a edição atualizada. Rio de Janeiro, 2013.

———— . JUSTIÇA GLOBAL. Violações de direitos humanos na siderurgia: o caso TKCSA. Rio de Janeiro: Instituto PACS; Justiça Global Brasil, 2017.

PEREIRA, N. S. O Programa Dupla Escola: estudo crítico sobre parceria público-privada e o ensino profissionalizante no Estado do Rio de Janeiro. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2015. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/o-programa-dupla-escola-estudo-critico-sobre-parceria-publico-privada-e-o-ensino-profissionalizante-no-estado-do-rio-de-janeiro.pdf

PERONI, V. M. V. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90. São Paulo: Xamã, 2003.

————— , V. M. V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. *Currículo sem fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 234-255, 2013. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf

————— , V.M.V. Relação público-privado na Educação Básica: a democratização da educação? *Movimento*, n. 5, p. 67-75, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Sony/Downloads/318-814-1-PB.pdf

————— , V. M. V.; CAETANO, M. R. Redefinições no papel do Estado: Terceira Via, Novo Desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação. *Educação e Contemporaneidade*, v. 21, n. 38, 2012. Disponível em: http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/497

————— , V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. de; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira, p.761-778, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0730108

PIRES, D. de O. O histórico da relação público-privado e a formação do Estado Nacional: implicações para a constituição da esfera pública. In: PERONI, Vera. M.V. (org) Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 35-51.

PLÁCIDO, P. de O. Os programas de educação ambiental na relação empresaescola: uma análise do Programa de Educação Ambiental da Thyssenkrupp CSA no município de Itaguaí/RJ. 2012, 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação), – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. In: SADER, Emir (Org.). O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

REHEM, H. M. F.; SANTOS, H. de J. dos; CHAVES, C. V. C.; PEIXOTO, A. Videoprocesso como recurso didático para uma educação ambiental crítica: análise qualitativa de narrativas por alunos do ensino médio. *XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*, Florianópolis, 2017.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 121, 2012. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87325199020

ROCHA, R. H. da. Indústria Siderúrgica e Conflitos Ambientais: o caso dos pescadores artesanais de Santa Cruz, bairro da zona Oeste do Rio de Janeiro – RJ. Monografia para a obtenção do grau de especialista em análise ambiental e gestão do território. Rio de Janeiro, 2017.

SANT'ANNA, A. A.; JUNIOR, G. R. B.; ARAÚJO, P. Q. de. Mercado de crédito no Brasil: evolução recente e o papel do BNDES (2004-2008). *Revista do Banco Nacional*

de Desenvolvimento Econômico e Social, v. 16, n. 31, p. 41-59, 2009. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8561

———— .Programa Dupla Escola. Disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1149929.

———— .A Parceria do Programa Dupla Escola. Disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1171139

———— . Colégio NAVE. Disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=2532012

———— . Entenda para que servem o Saerj e o Saerjinho. Disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=616581

———— . C.E. Erich Walter Heine é a primeira escola sustentável da América Latina. In: rj.gov.br/web/seeduc, 06/08/2013. Disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1704998

SENNA, D. L. O resgate da profissionalização: um estudo de caso do Colégio Estadual Walter Orlandini. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P 112. 2013.

SILVA, F. J. R. Transnacionais: o avanço do capital e os impactos socioambientais em comunidades locais. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, n. 13, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Sony/Downloads/14843-49226-1-PB.pdf

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/27745/o-uso-da-analise-de-conteudo-como-uma-ferrament---

SILVA, A. M. MÍDIA E EDUCAÇÃO: PROPOSTA PEDAGÓGICA COM O USO DO VÍDEO COMO RECURSO DIDÁTICO. *Outras Palavras*, v. 12, n. 2, 2016. Disponível em: http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao5/article/view/723

SOUZA, T. L. E. de. As facetas do neoliberalismo e suas consequências na socioeducação de adolescentes em conflito com a lei no sudeste brasileiro. *Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina*, v. 9, n. 17, p. 159-168, 2018. Disponível em: http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/6458

SPARTA, M.; GOMES, W. B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. *Revista Brasileira Orientação Professor*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 45-53, dez. 2005 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902005000200005&lng=pt&nrm=iso>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Educação Para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:

http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/education-for-sustainable-development/

WALTER, T.; ANELLO, L. de F. S. de. A educação ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. *Revista Ambiente & Educação*, Brasília, v. 17, p. 73-98, 2012. Disponível em: https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/2657

ZBOROWSKI, M. B. Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA). Rio de Janeiro: UFRJ/. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO EGRESSOS COLÉGIO ERICH WALTER HEINE

1 – SEXO
( ) Feminino
( ) Masculino

2 – Qual a sua faixa etária?
( ) Até 18 anos
( ) Entre 18 e 21 anos
( ) Entre 21 e 25 anos
( ) Acima de 25 anos

3 – Você mora em que bairro?
_____

4 – Qual seu nível de escolaridade?
( ) Ensino Médio Completo
( ) Ensino Superior Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior em curso
( ) Pós-Graduação Completa
( ) Pós-Graduação Incompleto
( ) Pós-Graduação em curso
Comentário: Qual curso de graduação fez ou está fazendo?
_____

5 – Qual tipo de faculdade cursa ou cursou?
( ) Particular
( ) Pública

6 – As disciplinas profissionalizantes (ensino médio técnico) contribuíram para o seu desempenho profissional?
( ) Muito
( ) Pouco
( ) Razoavelmente
( ) Nada
Comentário: Estudar em uma escola sustentável contribuiu para a sua escolha profissional e/ou acadêmica? Responda sim ou não
_____

7 – Você está exercendo atividade profissional atualmente?
( ) Sim, na minha área de formação técnica
( ) Sim, fora da minha área de formação técnica
( ) Sim, na minha área de graduação
( ) Sim, fora da minha área de graduação
( ) Não

8 – Em que tipo de organização você exerce a sua atividade profissional?
( ) Autônoma
( ) Empresa particular

( ) Empresa pública
( ) A pergunta não se aplica a minha situação atual
Comentário: Caso se sinta à vontade diga a sua faixa salarial (até 3 salários mínimos, entre 3 e 5 salários mínimos, acima de 5 salários mínimos)

_____

9 – O quanto que você considera que estudar em uma escola sustentável foi importante para a sua compreensão da questão ambiental?
( ) Muito
( ) Pouco
( ) Razoavelmente
( ) Nada
Comentário: Quais são os valores e atitudes ambientais que você aprendeu na escola que permanece fazendo até hoje?

_____

10 – Faça agora um depoimento livre sobre o Colégio Estadual Erich Walter Heine, algo que você julga muito importante, não consegue esquecer e possa/queira nos dizer. Pode ser em nível de disciplina, professores, projetos desenvolvidos, atividades extracurriculares, etc. Destacando o que para você pode ser considerado positivo e o que pode ser negativo.

APÊNDICE B

Resposta Questionário Parte 1

Participante	Sexo	Faixa Etária	Bairro em que mora	Escolaridade	Curso Graduação	Faculdade	Você está exercendo atividade profissional atualmente?	Em que tipo de organização você exerce sua atividade profissional?	Qual a sua faixa salarial?
A1	F	entre 18-21 anos	Santa Cruz/RJ	Ensino Superior em Curso	Ciências Contábeis	Pública	Não	Não se aplica	
A2	F	entre 18-21 anos	Santa Cruz/RJ	Ensino Superior em Curso	Administra ção	Particular	Sim, na área da graduação	Pública	
A3	M	entre 18-21 anos	Campo Grande/RJ	Ensino Superior em Curso	Filosofia	Pública	Não	Não se aplica	
A4	M	entre 21-25 anos	Pq. Continental/S P	Ensino Superior em Curso	Psicologia	Particular	Sim, fora da área da graduação	Privada	Até 3 salários mínimos
A5	M	entre 18-21 anos	Santa Cruz/RJ	Ensino Superior em Curso	Administraç	Particular	Sim, fora da área da graduação	Privada	1 salário mínimo
A6	F	entre 21-25 anos	Deodoro/RJ	Ensino Superior em Curso	Jornalismo	Particular	Sim, na área da graduação	Privada	Até 3 salários mínimos
A7	F	entre 18-21 anos	Santa Cruz/RJ	Ensino Superior em Curso	Pedagogia	Pública	Não	Não se aplica	
A8	F	entre 18-21 anos	Santa Cruz/RJ	Ensino Médio Completo			Sim, na área da graduação	Autônoma	

Respostas Questionário Parte 2

Participante	As disciplinas profissionalizantes (Ensino Médio Técnico) contribuiram para o seu desempenho profissional?	Estudar em uma escola sustentável contribuiu para a sua escolha profissional e/ou acadêmica?	O quanto você considera que estudar em uma escola sustentável foi importante para sua compreensão da questão ambiental?	Quais são os valores e atividades ambientais que você aprendeu na escola que permanece fazendo até hoje?
A1	Muito	Sim	Muito	Reutilizar alguns itens, reciclar, plantar, não jogar lixo fora do local apropriado, utilizar produtos que nao agridam tanto a fauna e flora, poupar recursos naturais que podem se esgotar. Muitas coisas, mudou muito a minha rotina.
A2	Muito	Sim	Muito	Sustentabilidade, reutilização, redução de itens que tem impacto no ambiente.
A3	Razoavelmente	Sim	Muito	
A4	Muito	Sim	Muito	A visão de mundo frente o meio ambiente e a ação do homem como um todo sobre esse ambiente.
A5	Muito	Sim	Muito	Economia e reuso de água, aproveitar restos de comidas para fazer adubo, economia de energia e etc
A6	Muito	Não	Muito	Todo o conceito de sustentabilidade e compreensão da importância do meio ambiente passou a fazer parte da minha vida. Economizar recursos, consciência na hora de usar e tudo que está ao alcance para fazer e contribuir. Até abandonei absorventes descartáveis e mudei para coletor.
A7	Muito	Sim	Muito	Plantio de legumes e verduras, coleta de lixo
A8	Muito	Sim	Razoavelmente	Nos ensina a sermos ser humanos melhores

Resposta Questionário Parte 3

Participantes	Faça agora um depoimento livre sobre o Colégio Erich Walter Heine, algo que você julga muito importante, não consegue esquecer e possa/queira nos dizer. Pode ser em nível de disciplina, professores, projetos desenvolvidos, atividades extracurriculares, etc.
A1	O colégio foi um divisor de águas para mim, eu não tinha perspectiva de dar continuidade nos estudos, muito menos numa faculdade ou coisas do tipo, abrangeu muito a minha forma de enxergar o mundo, principalmente a me inserir de forma adequada ao mercado de trabalho. Sou grata a todos os mestres que tive e me orientaram. Agregou muito a minha pessoa os projetos desenvolvidos pelo colégio, tanto no âmbito profissional ou pessoal que, com toda certeza, me fizeram evoluir de alguma forma. Infelizmente o comportamento de algumas pessoas envolvidas na coordenação do colégio faz com que a credibilidade das atividades impostas entrem em declínio, porém, em minha época de Erich, o diretor era super empático em relação aos impactados e resolvia as situações em sua maioria.
A2	É um excelente colégio, que não oferece apenas um ensino escolar ao estudante, mas propõe uma mudança de cultura em nivel social e ambiental. Pontos negativos, os projetos podem ser estendidos a comunidade local de uma forma mais acessível.
A3	O Colégio por ser integral criou um ambiente muito família entre os alunos e professores. Tivemos aulas excelentes, novas propostas pedagógicas, aulas integradas, além da formação técnica tivemos diversos ideais aprendidos.
A4	Só pontos positivos! É um colégio que durante 3 anos na qual eu estudei, me formando em 2015, me proporcionou tantas oportunidades, foi lá que me deparei com muitos projetos extra curriculares e tive a oportunidade de ser bolsista do CNPQ, entrar como Coordenador de uma Organização Brasileira voltada ao incentivo de ciência e tecnologia, pesquisa no geral, foi em projetos que modelei meu perfil profissional como o adminimarketing. Nesse colégio conheço a ciência e arte, a diversidade e a vontade de poder, lá me tornei realmente alguém para esse mundo em que vivemos, num contexto social tão diferenciado dos outros países! É um colégio que não pode perder seu valor muito menos sua raiz, mudou e muda a vida de muita gente! É muito mais que um colégio sustentável! É um colégio consciente da realidade.

Resposta Questionário Parte 3 (Continuação)

A5	Esse Colégio simplesmente representou a melhor fase de toda a minha vida. Todo o caráter pessoal e profissional que carrego comigo hoje em dia, dedico a este colégio que foi simplesmente incrível. Toda a equipe docente e de coordenadoria foram fundamentais na minha formação. Queria que todos os que me rodeiam pudessem sentir o calor no coração que da quando eu falo ou escuto falarem do Erich. Sem duvidas foi uma experiência muito única que eu jamais poderei esquecer. Projetos incríveis como Adminimarketing e Sala de Emprego, são projetos que todas as escolar precisavam adotar pra si, pois torna o aluno muito mais responsável e disciplinado com questão a tudo.
A6	O Erich foi minha melhor experiência acadêmica até hoje. Tudo que foi desenvolvido e aprendido lá é levado para vida, tanto profissional, quanto pessoal. É um colégio que realmente fez a diferença, com professores incríveis e muita responsabilidade com o ensino.
A7	Estudar em um colégio técnico em administração com foco na sustentabilidade foi de grande importância. Durante os 3 anos, aprendemos temas diversos, importante para nossa área profissional como, por exemplo, o Adminimarketing, uma empresa fictícia criada por nós alunos com o intuito de assessorar uma empresa com falhas em divulgação, visando seus competidores e buscando maneiras de ajudar a empresa. Também a sala de emprego, onde tivemos uma simulação de entrevista de emprego, onde tínhamos que pesquisar as informações da empresa e responder a várias perguntas dos entrevistadores(professores), foi de muita importância pois, dessa maneira, sabemos nos comportar numa entrevista e garantir uma vaga. Os professores são bem preparados, bem solícitos e empenhados com a integração de uma matéria com outra, em propor projetos para nos auxiliar no Enem, além de serem compreensivos e conscientes.
A8	No Erich conheci pessoas muitos especiais e inteligentes, aprendi a ser uma pessoa melhor

APÊNDICE C

GUIA ELETRÔNICO DE AVALIAÇÃO PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE (GEAPS)

1) Sua escola trabalha com educação ambiental?
a) Não sei
b) Não tem
c) Todas as disciplinas trabalham com a temática ambiental
d) Tem disciplina específica que trabalha essa temática
e) Trabalha em dias específicos como do meio ambiente (dá palestras e promove atividades envolvendo a questão ambiental)

2) Sua escola ao trabalhar com a educação ambiental trata mais de quais conteúdos?
a) Não sei
b) Não tem
c) Comportamento individual (não jogar lixo na rua, andar mais de bicicleta, utilizar sacolas retornáveis, etc)
d) Consumismo (diminuição do consumo de produtos)
e) Relação do homem com a natureza (transformações sociais, econômicas, ambientais e políticas)
f) Relação da indústria com o ambiente (os desafios sobre prevenção, poluição, impactos na população, etc)

3) Sua escola tem especificidades em seu interior relacionado ao meio ambiente?
a) Não sei
b) Não tem
c) Tem lixeiras para coleta seletiva, horta, mecanismos para reaproveitamento de água e sistema inteligente de iluminação
d) Tem lixeiras para coleta seletiva, horta e separação de lixo orgânico

4) Sua escola tem separação de material reciclável?
a) Não sei
b) Não tem
c) Tem, mas depois de coletado vai tudo para o caminhão de lixo comum
d) Tem, possui recolhimento especial feito por um caminhão específico
e) Tem, possui recolhimento feito por uma equipe de catadores que levam para as cooperativas

5) Sua escola envolve os pais e responsáveis nas questões sobre o meio ambiente?
a) Não sei
b) Não tem
c) Somente em eventos (semana do meio ambiente, semana da família, semana do folclore, etc)
d) Estão sempre envolvidos inclusive sugerindo temáticas, atividades, etc

6) A sua escola inclui a comunidade nos projetos e ações do colégio?
a) Não sei
b) Não tem
c) Inclui pouco (apenas em atividades específicas)
d) Sempre inclui (as portas da escola estão sempre abertas a comunidade)

7) A sua escola possui apoio do Estado (ajuda na infraestrutura, em projetos, etc)
a) Não sei
b) Não tem
c) Não conta com apoio

d) Sempre conta com esse apoio

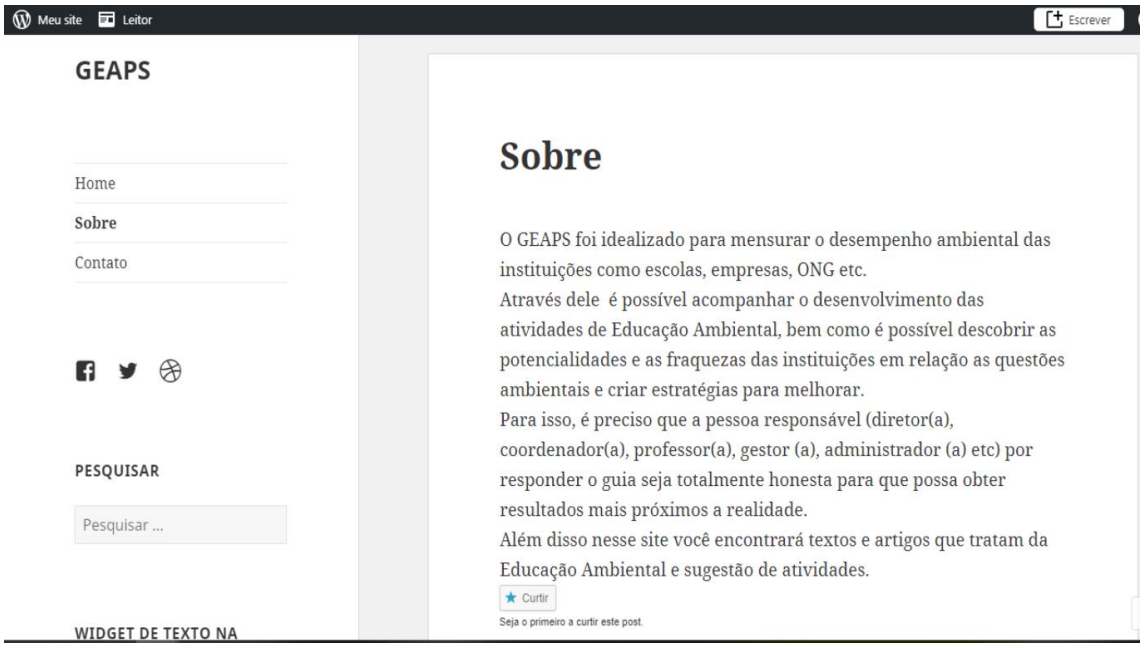
8) Sua escola possui apoio de alguma ONG ou Empresa?
a) Não sei
b) Não tem
c) Tem a participação de uma ONG que auxilia na elaboração das atividades e na sugestão de material didático
d) Tem a participação de uma Empresa Privada que auxilia na elaboração das atividades e na sugestão de material didático

9) Sobre a proposta de escolas sustentáveis (escolas que se organizam para impactar menos o meio ambiente)
a) Minha escola não se encaixa
b) Minha escola se encaixa porque reutiliza água, tem horta, tem reciclagem de lixo, etc.
c) Minha escola se encaixa porque está sempre desenvolvendo atividades que tem como foco o meio ambiente (feiras específicos onde se realizam o recolhimento de material reciclável, palestras sobre meio ambiente etc)
d) Minha escola se encaixa porque está sempre discutindo nas aulas as transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais

10) As decisões tomadas são feitas em conjunto?
a) Não sei
b) Não, só a diretoria e a coordenação pedagógica que tomam as decisões
c) Sim, a diretoria, a coordenação pedagógica, os professores e os alunos tomam as decisões
d) Sim, a diretoria, a coordenação pedagógica, os professores, os alunos, os responsáveis e a comunidade do entorno tomam as decisões

APÊNDICE D

Visual do site do GEAPS


Meu site
Leitor
Escrever
GEAPS
Home
Sobre
Contato
PESQUISAR
Pesquisar ...
WIDGET DE TEXTO NA
Sobre
O GEAPS foi idealizado para mensurar o desempenho ambiental das instituições como escolas, empresas, ONG etc.
Através dele é possível acompanhar o desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental, bem como é possível descobrir as potencialidades e as fraquezas das instituições em relação as questões ambientais e criar estratégias para melhorar.
Para isso, é preciso que a pessoa responsável (diretor(a), coordenador(a), professor(a), gestor (a), administrador (a) etc) por responder o guia seja totalmente honesta para que possa obter resultados mais próximos a realidade.
Além disso nesse site você encontrará textos e artigos que tratam da Educação Ambiental e sugestão de atividades.
Curtir
Seja o primeiro a curtir este post.